

# iscte

INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

Variações em torno da Quinta do Balteiro:

Centro Interpretativo do Vale do Jamor

Leonor Cécile Pourbaix Andrade

Mestrado Integrado em Arquitectura

Orientadores:

Doutora Paula Cristina André Ramos Pinto, Professora Auxiliar  
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Doutor José Luís Possolo de Saldanha, Professor Auxiliar  
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2020



TECNOLOGIAS  
E ARQUITETURA

---

Departamento de Arquitectura e Urbanismo

Variações em torno da Quinta do Balteiro:

Centro Interpretativo do Vale do Jamor

Leonor Cécile Pourbaix Andrade

Mestrado Integrado em Arquitectura

Orientadores:

Doutora Paula Cristina André Ramos Pinto, Professora Auxiliar  
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Doutor José Luís Possolo de Saldanha, Professor Auxiliar  
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

## notas prévias

Este ensaio encontra-se em conformidade com o antigo Acordo Ortográfico.

Foi utilizada, como sistema de referência, a Norma Portuguesa NP 405.

Todas as citações utilizadas mantiveram a sua formatação original, não sendo traduzidas, por forma a evitar equívocos ou interpretações erróneas.

*Aos meus pais, aos meus irmãos, à minha avó*

## agradecimentos

Professora Paula André

Professor José Luís Saldanha

Arquitecta Sofia Pimenta

Arquitecto Miguel Reimão Costa

Hugo, João e Francisca, pela amizade incondicional,  
pela ajuda preciosa e por todo o percurso que vai ainda no início

Rita Pereira, pelas dicas de arquitecta

Carlos Félix e Simão Abreu, pelo companheirismo

André Picardo, Loraine Meister, Pedro Costa e Sandra Varela, pela presença constante

Joana Costa, pela paz, amizade e partilha de um percurso musical paralelo

Coro ISCTE e Nova Era Vocal Ensemble, pelos novos desafios e novas amizades

Anne et Thérèse, pour le soutien inestimable

Miguel, pela música. Por tudo.



## resumo – abstract

O Vale do Jamor, Oeiras (Portugal), sofreu fortes modificações ao nível paisagístico desde que, na década de 30 do século passado se iniciou o processo de idealização e construção do Estádio Nacional, a implantar neste local. Do anterior contexto, profundamente rural, restam actualmente escassos vestígios, nomeadamente as ruínas de algumas das Quintas de Recreio que, à data, pontuavam o vale, como é o caso da Quinta do Balteiro. Sob pretexto do ano olímpico e de um hipotético acolhimento do evento em Portugal, o presente estudo tem por base o projecto de reestruturação do Centro Desportivo Nacional do Jamor, por forma a adquirir as exigências associadas a uma Olimpíada. A Quinta do Balteiro, hoje propriedade deste complexo, apresenta-se como exemplar de uma tipologia marcante e definidora da paisagem dos arredores de Lisboa, e surge, no presente estudo, como ponto de partida para a procura de um entendimento actual sobre a posição a adoptar, por parte do arquitecto, perante os conceitos de Património Construído e Ruína, com o intuito de intervir de forma crítica, integrada e informada. A intervenção proposta visa a criação de um centro interpretativo para a valorização e promoção do Vale do Jamor, enquanto património histórico e paisagístico.

Palavras-chave: Vale do Jamor; Quinta do Balteiro; Centro Interpretativo; ruína; refuncionalização; conservação crítica.

*Vale do Jamor*, Oeiras (Portugal), has undergone severe landscape changes since the 1930s, when the process of idealization and construction of the National Stadium began. From the previous context, deeply rural, there are currently scarce remains, namely the ruins of some of the *Quintas de Recreio* that, at the time, punctuated the valley, as is the case of *Quinta do Balteiro*. Under the pretext of the Olympic year and a hypothetical hosting of the event in Portugal, this study is based on an exercise of restructuring the National Sports Centre of Jamor, in order to achieve the requirements of an Olympiad. *Quinta do Balteiro*, today included in this complex, is an example of an important and defining typology of the landscape on the outskirts of Lisbon, and is, on this present essay, the starting point for an inquiry on a contemporary understanding about the architect's role while dealing with the concepts of Built Heritage and Ruin, in order to develop informed critical intervention, integrated in the context. The proposed intervention intends to create an interpretive centre with the purpose of promoting and adding value to the region of *Vale do Jamor*.

Keywords: Vale do Jamor; Quinta do Balteiro; Interpretive Centre; ruin; refunctionalisation; critical conservation.

# índice

## índice geral

<b>Resumo – Abstract</b> .....	<b>v</b>
<b>Índice</b> .....	<b>vi</b>
Índice Geral.....	vi
Índice de Imagens .....	viii
Lista de Acrónimos.....	xii
<b>Introdução</b> .....	<b>1</b>
Tema .....	1
Objectivos .....	2
Objecto de Estudo .....	6
Recorte Temporal .....	7
Metodologia .....	8
Estado da Arte .....	9
Estrutura .....	15
<b>Capítulo 1 – Do Vale à Ruína</b> .....	<b>16</b>
Vale do Jamor .....	16
Rio Jamor e suas margens .....	17
O Vale citado na literatura portuguesa .....	21
Estádio Nacional – contexto histórico e político .....	24
Situação actual .....	36
Eixo Verde-Azul .....	42
Quintas de Recreio .....	44
Quinta do Balteiro .....	52
<b>Capítulo 2 – Da Ruína ao Centro</b> .....	<b>74</b>
Património: um debate em processo .....	74
Ruína como ponto de partida .....	79
Espaço, Ambiente, Lugar .....	90
Centro Interpretativo: um programa .....	94
<b>Capítulo 3 – O Projecto</b> .....	<b>98</b>
Contexto.....	98
Programa.....	103

Conceito .....	108
Proposta .....	111
Estratégia e Implantação .....	111
Reabilitação .....	125
Construção Nova .....	131
<b>Considerações finais e reflexões a prolongar .....</b>	<b>137</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>140</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>144</b>

## índice de imagens

Figura 1 – Limites de Lisboa em 1874

SILVA, Augusto Vieira da – **Os Limites de Lisboa**. Revista Municipal [Em linha]. Volume nº5, 1941. Mapa 1. [Consult. Outubro 2019]. Disponível na internet: <URL: [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N5/N5\\_master/N5.pdf](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N5/N5_master/N5.pdf) >

Figura 2 – Limites de Lisboa em 1940

SILVA, Augusto Vieira da – **Dispersos** [Em linha]. 2ª Edição. Lisboa: CML, 1968. [Consult. Outubro 2019]. Disponível na internet: <URL: [http://geo.cm-lisboa.pt/fileadmin/GEO/Imagens/GEO/Livro\\_do\\_mes/Vieira\\_da\\_Silva/Dispersos/MON\\_69-P\\_PART\\_02.pdf](http://geo.cm-lisboa.pt/fileadmin/GEO/Imagens/GEO/Livro_do_mes/Vieira_da_Silva/Dispersos/MON_69-P_PART_02.pdf) >

Figura 3 – Proposta de grupo à escala de Lisboa

Anexo B

Figura 4 – Ortofotomapa: Estádio Nacional e povoações adjacentes.

Imagem: Leonor Andrade, a partir de Google Earth, 2020.

Figura 5 – Curso do rio Jamor.

Planta: Leonor Andrade, 2020

Figura 6 – Rio Jamor.

Fotografia: Leonor Andrade, Novembro 2020

Figura 7 – Salazar lendo o discurso onde promete a construção do Estádio Nacional

O Notícias Ilustrado, nº 287, 10 de Dezembro de 1933 in GUIA, Diogo [et. al.] – **Jamor: o Palco Maior do Desporto Nacional**. 1ª Edição. Lisboa: INCM, MND, IPDJ, 2014. P. 35.

Figura 8 – Proposta de Carlos Ramos para o Estádio Nacional (à esquerda, em cima)

LEITE, José – **Restos da colecção : Estádio Nacional** [Em linha]. 23 de Maio de 2013. [Consult. Outubro 2020]. Disponível na internet: <URL: <https://restosdecolecção.blogspot.com/2013/05/estadio-nacional.html> >

Figura 9 – Proposta de Cristino da Silva para o Estádio Nacional (à esquerda, em baixo)

ANDRESEN, Teresa in TOSTÕES, Ana [et al.] – **Do Estádio Nacional ao Jardim da Gulbenkian**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. P. 32.

Figura 10 – Proposta de Jorge Segurado para o Estádio Nacional (à direita)

ANDRESEN, Teresa in TOSTÕES, Ana [et al.] – **Do Estádio Nacional ao Jardim da Gulbenkian**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. P. 32.

Figura 11 – Estudos de Caldeira Cabral e Wiesner sobre organização espacial do Vale do Jamor e sua acessibilidade por via férrea

ANDRESEN, Teresa in TOSTÕES, Ana [et al.] – **Do Estádio Nacional ao Jardim da Gulbenkian**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. P. 34.

Figura 12 – Plano Geral do Estádio Nacional

ANDRESEN, Teresa in TOSTÕES, Ana [et al.] – **Do Estádio Nacional ao Jardim da Gulbenkian**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. P. 149.

Figura 13 – Perímetro dos terrenos a expropriar: planta executada por Caldeira Cabral e Wiesner

ANDRESEN, Teresa in TOSTÕES, Ana [et al.] – **Do Estádio Nacional ao Jardim da Gulbenkian**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. P. 37.

Figura 14 – Estação Ferroviária do Estádio Nacional, de Miguel Jacobetty Rosa

GUIA, Diogo [et. al.] – **Jamor: o Palco Maior do Desporto Nacional**. 1ª Edição. Lisboa: INCM, MND, IPDJ, 2014. P. 35.

- Figura 15 – Bilhete de entrada para Inauguração do Estádio Nacional  
GUIA, Diogo [et. al.] – **Jamor: o Palco Maior do Desporto Nacional**. 1ª Edição. Lisboa: INCM, MND, IPDJ, 2014. P. 211.
- Figura 16 – Situação do Valo do Jamor em 1989  
Direcção Geral dos Desportos – Complexo Desportivo do Jamor : Programa Gráfico 1992.  
Lisboa: D. G. D., D.L., 1989. P. 37.
- Figura 17 – Bancadas do Estádio Nacional.  
Fotografia: Leonor Andrade, Setembro 2019
- Figura 18 – Campo Central de Ténis.  
Fotografia: Leonor Andrade, Setembro 2019
- Figura 19 – Pista de Actividades Náuticas do CDNJ.  
Fotografia: Leonor Andrade, Novembro 2020
- Figura 20 – Campos de mini-golfe do CDNJ.  
Fotografia: Leonor Andrade, Novembro 2020
- Figura 21 – Organização espacial do CDNJ: modalidades  
Planta produzida pela autora
- Figura 22 – Eixo Verde-Azul junto à Pista de Actividades Náuticas do CDNJ.  
Fotografia: Leonor Andrade, Novembro 2020
- Figura 23 – Eixo Verde-Azul junto ao Centro de Canoagem do CDNJ.  
Fotografia: Leonor Andrade, Novembro 2020
- Figura 24 – Eixo Verde-Azul junto ao Centro de Ténis do CDNJ.  
Fotografia: Leonor Andrade, Novembro 2020
- Figura 25 – Quinta do Balteiro, vista aérea.  
Fotografia: João Antunes, Julho 2020
- Figura 26 – Pórtico entre dois pátios na Quinta do Balteiro.  
Fotografia: Leonor Andrade, Novembro 2020
- Figura 27 – Anexo C: Páginas do Testamento de Manuel Annes Balteiro, 1864  
Julgado d’Oeiras – **Testamento de Manuel Annes Balteiro** [Em linha]. Livro 8º de registo de testamentos do Concelho de Oeiras, 1864. [Consult. Novembro 2019]. Disponível na internet: <URL: <http://arquivo.cm-oeiras.pt/Result.aspx?id=142985&type=PCD> >
- Figura 28 – Tabela de expropriações para a construção do Estádio Nacional, 1936.  
Arquivo CDNJ
- Figura 29 – Genealogia da família Annes Balteiro  
Esquema: Leonor Andrade, 2020
- Figura 30 – Região do Vale do Jamor sobrevoada em 1934  
Arquivo CDNJ
- Figura 31 – Postal: Antigo caminho de Linda-a-Velha, s/ data.  
Gazeta de Miraflores
- Figura 32 – Planta da Quinta do Balteiro anterior a 1930  
FERREIRA, Raul Hestnes [et al.] – **Adaptação da Quinta do Balteiro**: Clube e Federação de Golfe (estudo prévio). Acervo do Centro Desportivo Nacional do Jamor.

- Figura 33 – Carta Militar de Portugal de 1942  
Centro de Informação Geoespacial do Exército [Em linha]. [Consult. Outubro 2019].  
Disponível na internet: <URL:  
<https://www.igeoe.pt/index.php?id=186&p=1&distrito=11&escala=1&concelho=157&freguesia=1647> >
- Figura 34 – Planta de Lisboa Estudos Olissiponenses – 1948  
Arquivo do Gabinete de Estudos Olissiponenses
- Figura 35 - Carta Militar de Portugal de 1970  
Centro de Informação Geoespacial do Exército [Em linha]. [Consult. Outubro 2019].  
Disponível na internet: <URL:  
<https://www.igeoe.pt/index.php?id=186&p=1&distrito=11&escala=1&concelho=157&freguesia=1647> >
- Figura 36 – Artigo de “O Século” 10 de Maio de 1973  
**O Século**. [Em linha]. Lisboa: 10 de Maio de 1973. [Consult. Janeiro 2020]. Disponível na internet: <URL: <http://arquivo.cm-oeiras.pt/Result.aspx?id=119552&type=PCD>>
- Figura 37 – Planta da Quinta do Balteiro em 1975  
FERREIRA, Raul Hestnes [et al.] – **Adaptação da Quinta do Balteiro**: Clube e Federação de Golfe (estudo prévio). Arquivo CDNJ
- Figura 38 – Quinta do Balteiro, vista aérea.  
Fotografia: João Antunes, Julho 2020
- Figura 39 – Estrutura octogonal sobre antigo poço. Detalhes de interior e exterior.  
Fotografias: João Antunes e Leonor Andrade, Julho 2020
- Figura 40 – Artigo do “Diário Popular” de 23 de Outubro de 1984  
Arquivo Municipal de Oeiras [Em linha]. [Consult. Janeiro 2020]. Disponível na internet:  
<URL: <http://arquivo.cm-oeiras.pt/Result.aspx?id=120280&type=PCD> >
- Figura 41 – Planta da Quinta do Balteiro em 1986  
FERREIRA, Raul Hestnes [et al.] – **Adaptação da Quinta do Balteiro**: Clube e Federação de Golfe (estudo prévio). Arquivo CDNJ
- Figura 42 – Proposta de paisagismo do Arq. Hestnes Ferreira  
FERREIRA, Raul Hestnes [et al.] – **Adaptação da Quinta do Balteiro**: Clube e Federação de Golfe (estudo prévio). Arquivo CDNJ
- Figura 43 – Carta Militar de Portugal de 1992  
Centro de Informação Geoespacial do Exército [Em linha]. [Consult. Outubro 2019].  
Disponível na internet: <URL:  
<https://www.igeoe.pt/index.php?id=186&p=1&distrito=11&escala=1&concelho=157&freguesia=1647> >
- Figura 44 – Carta do Sr. Presidente da Câmara de Oeiras à população em 1993  
Arquivo Municipal de Oeiras [Em linha]. [Consult. Janeiro 2020]. Disponível da internet:  
<URL: <http://arquivo.cm-oeiras.pt/Result.aspx?id=77443&type=PCD> >
- Figura 45 – Carta Militar de Portugal de 2009  
Centro de Informação Geoespacial do Exército [Em linha]. [Consult. Outubro 2019].  
Disponível na internet: <URL:  
<https://www.igeoe.pt/index.php?id=186&p=1&distrito=11&escala=1&concelho=157&freguesia=1647> >
- Figura 46 – Azulejos provenientes da Quinta do Balteiro  
Arquivo CDNJ

- Figura 47 – Vista aérea da ruína da Quinta do Balteiro  
Fotografia: João Antunes, Julho 2020
- Figura 48 – Fachada principal da antiga casa da Quinta  
Fotografia: Leonor Andrade, Maio 2020
- Figura 49 – Pórtico de conexão entre dois pátios  
Fotografia: Leonor Andrade, Maio 2020
- Figura 50 – Levada e fonte.  
Fotografia: Leonor Andrade, Maio 2020
- Figura 51 – Fachada norte da antiga casa da Quinta.  
Fotografia: Leonor Andrade, Maio 2020
- Figura 52 – Detalhe da fachada principal.  
Fotografia: Leonor Andrade, Maio 2020
- Figura 53 – Piso térreo: interior.  
Fotografia: Leonor Andrade, Maio 2020
- Figura 54 – Primeiro piso: interior.  
Fotografia: Leonor Andrade, Maio 2020
- Figura 55 – Pórtico e edifício anexo.  
Fotografia: Leonor Andrade, Maio 2020
- Figura 56 – Pantheon in cemento armato. A. Libera  
USTÁRROZ, Alberto – **La lección de las Ruinas**. Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos, 1997. P.239. ISBN 84-922594-0-x.
- Figura 57 – Esquema com abordagens de intervenção arquitectónica em pré-existências elaborado por Beatrice Vivio  
VETRONE, Mariana Lunardi – Diálogos com a preexistência: leitura crítica de projetos de intervenção no património edificado de Coimbra nas últimas décadas. **GE Conservación** [Em linha]. 15, 2019. P. 78. [Consult. Abril 2020]. Disponível na internet: <URL: <https://www.ge-iic.com/ojs/index.php/revista/article/view/678/896> >. ISSN: 1989-8568.
- Figura 58 – Casa da Covilhã, Guimarães  
TÁVORA, Fernando. Casa da Covilhã in TRIGUEIROS, Luiz (coord.) [et al.] – **Fernando Távora**. Lisboa: Editorial BLAU, 1993. ISBN 9789728311292. P. 131.  
Fotografia: autor desconhecido.
- Figura 59 – Abadia de Villers-la-Ville – vista aérea.  
Abbaye de Villers. En photos [Em linha]. [Consult. Outubro 2020]. Disponível na internet: <URL: <http://villers.be/fr/photos>>.
- Figura 60 – Abadia de Villers-la-Ville.  
Fotografia: Leonor Andrade, Janeiro 2018.
- Figura 61 – Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas da Ribeira Grande  
Fotografia: Leonor Andrade, Abril 2017.
- Figura 62 – Proposta de logótipo oficial dos Jogos Olímpicos Lisboa 2020
- Figura 63 – Proposta de folheto informativo oficial dos Jogos Olímpicos Lisboa 2020
- Figura 64 – Planta e cortes do CDNJ: localização de equipamentos a intervir
- Figura 65 – Instituições de ensino próximas do CDNJ
- Figura 66 – Eixo Verde-Azul no CDNJ

Figura 67 – Planta de localização da Quinta do Balteiro  
Figura 68 – Esquiços de estudo  
Figura 69 – Maquetes de estudo  
Figura 70 – Planta esquemática da intervenção  
Figura 71 – Plantas da pré-existência  
Figura 72 – Plantas de alterações.  
Figura 73 – Alçados gerais: alterações  
Figura 74 – Cortes gerais: alterações  
Figura 75 – Planta de implantação do Centro Interpretativo do Vale do Jamor  
Figura 76 – Alçados gerais da proposta  
Figura 77 – Cortes gerais da proposta  
Figura 78 – Planta à cota 3,80 m  
Figura 79 – Planta à cota 4,65 m  
Figura 80 – Axonometria explodida de edifícios reabilitados  
Figura 81 – Corte construtivo FF’ pelo Centro Interpretativo – exposição permanente  
Figura 82 – Corte construtivo GG’ – conexão entre edifícios  
Figura 83 – Pormenores construtivos P1 e P2  
Figura 84 – Corpo central reabilitado, piso 1: render  
Figura 85 – Axonometria explodida de construção nova  
Figura 86 – Corte construtivo EE’ pelo Serviço Educativo  
Figura 87 – Corte construtivo EE’ pela sala polivalente e cafetaria  
Figura 88 – Pormenores construtivos P3 e P4  
Figura 89 – Edifício novo, cafetaria: render

## lista de acrónimos

CDNJ – Centro Desportivo Nacional do Jamor  
CP – Comboios de Portugal  
INEF – Instituto Nacional de Educação Física  
ISEF – Instituto Superior de Educação Física  
PFA – Projecto Final de Arquitectura  
PPS – *Project for Public Spaces*  
SETH – Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos



# introdução

## tema

No contexto da Unidade Curricular de Projecto Final de Arquitectura<sup>1</sup>, os alunos finalistas do ano lectivo 2019/2020 foram desafiados a escolher uma das cinco turmas, e assim um dos cinco temas propostos pelo corpo docente para desenvolver no último ano do Mestrado Integrado em Arquitectura do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa. Partindo do tema geral seleccionado, é desenvolvido um trabalho de projecto de arquitectura complementado por um ensaio de investigação teórica.

A turma escolhida, orientada pelo Professor Arquitecto José Luís Saldanha, foi desafiada a trabalhar sobre o território do Vale do Jamor, concelho de Oeiras, sob a premissa hipotética de que os Jogos Olímpicos de 2020 ocorreriam em Lisboa e o Centro Desportivo Nacional do Jamor seria o principal anfitrião do evento.

O Estádio Nacional do Jamor, construído entre 1939 e 1944, surge de um concurso lançado pelo governo português, fazendo cumprir uma promessa de António de Oliveira Salazar inspirada na obra grandiosa do Estádio Olímpico de Berlim. O seu projecto obrigou à expropriação de numerosas quintas, as quais seriam utilizadas pelos seus proprietários para veraneios e exploração agrícola.

O projecto geral do complexo desportivo sofreu diversas mutações ao longo do tempo, não só por ter recebido influência de vários arquitectos, nomeadamente Jorge Segurado, Miguel Jacobetty Rosa e o paisagista Francisco Caldeira Cabral, como pelo contexto socio-político em que se encontrava a Europa e Portugal à data do seu desenvolvimento<sup>2</sup>.

Como referido, o Estádio Nacional do Jamor passou a ter sob sua administração diversas antigas quintas de recreio, de entre as quais se destaca a Quinta do Balteiro, a qual será objecto de estudo tanto para um ensaio de investigação histórica e teórica, como para o desenvolvimento de uma proposta de projecto de arquitectura, tendo por base uma estratégia de grupo desenvolvida como resposta ao enunciado proposto.

O trabalho a desenvolver de forma individual prende-se com o entendimento e reconhecimento para futura reabilitação e refuncionalização da Quinta do Balteiro, uma

---

<sup>1</sup> Anexo A: Enunciado da UC de Projecto Final de Arquitectura, 2019/2020.

<sup>2</sup> GUIA, Diogo [et. al.] – **Jamor: o Palco Maior do Desporto Nacional**. 1ª Edição. Lisboa: INCM, MND, IPDJ, 2014. P. 80.

antiga quinta de recreio expropriada e integrada como parte do Estádio Nacional do Jamor, para o qual terá servido como Casa de Função nas primeiras décadas da sua existência, e que actualmente se encontra em estado de ruína.

A investigação que se propõe levantará variadas questões sobre a ética da intervenção na pré-existência, o valor do património construído, a sua ligação com o espírito do lugar e a história e evolução do Vale do Jamor. Encontra-se na Quinta do Balteiro valor arquitectónico e interesse histórico na sua localização e relação com o rio Jamor, mas também na presença de variados elementos característicos de uma época da arquitectura e sociedade portuguesa definidora de uma tipologia, a Quinta de Recreio, marcante na paisagem portuguesa ainda nos dias de hoje.

## objectivos

O património construído é o reflexo do seu tempo. Temos nas nossas casas o espelho da nossa forma de viver e habitar. A pontuação constante, mas em franco desaparecimento, da paisagem dos arredores de Lisboa por Quintas de Recreio mostra também ela uma forma de habitar característica de uma determinada época, e abandonar o construído é permitir o esquecimento de um passado e da história de um lugar. A ruína da Quinta do Balteiro é um exemplo desta injustificada e lamentável falta de valorização. A escolha do tema de investigação recai sobre a busca de um *modus operandi* de reconhecimento e intervenção neste tipo de património, no sentido da sua valorização e adaptação ao contexto socio-económico, geográfico e programático actual em que se insere.

O Vale do Jamor, em tempos local de veraneios da burguesia lisboeta e pequenas explorações agrícolas, vê-se hoje anfitrião de um centro desportivo de grande envergadura com ambição de parque de utilização pública, integrado em diversos projectos de requalificação urbana e paisagística<sup>3</sup> e onde uma quinta de recreio, com produção agrícola e estruturas de recolha de água para regadio já não se enquadraria. Este é o impasse em que se encontra a Quinta do Balteiro. São-lhe facilmente reconhecidas qualidades arquitectónicas apesar do seu estado avançado de degradação, e o tempo encarrega-se de perpetuar este estado de inutilidade.

---

<sup>3</sup> ANDRESEN, Teresa [et al.] – **O Estádio Nacional: Um paradigma na arquitectura do desporto e do lazer**. Oeiras: CMO, 2007. P.58.

Na Quinta foi alojada uma comunidade de famílias timorenses retornadas a Portugal, algumas das quais permaneceram no local durante várias décadas, em condições de habitabilidade precárias<sup>4</sup>. Após a resolução desta polémica, pensou-se ainda na possibilidade de ali instalar a Federação de Golfe no Balteiro, cujo projecto foi desenvolvido pelo arquitecto Raul Hestnes Ferreira<sup>5</sup>, no entanto, este acabou por não se concretizar.

O projecto que se propõe neste trabalho de PFA enquadra-se na estratégia de intervenção pensada em grupo, em colaboração com Carlos Félix, Nanci Boletto, Renata Almeida, Simão Abreu e Stefani Roman, e que definiu três focos principais de preocupação. Por um lado, e considerando o momento dos Jogos Olímpicos como uma oportunidade de transformação e divulgação da cidade anfitriã, foi fundamental um estudo histórico do crescimento e desenvolvimento de Lisboa. Compreendeu-se que a magnitude do evento a acolher influenciaria de forma drástica o funcionamento da capital, não só no mês olímpico como também posteriormente, pelo que a estratégia partiria também de uma intervenção de fundo ao nível da rede de transportes públicos. Uma segunda preocupação, no início do processo, foi a compreensão histórica e geográfica daquele que seria o território central das olimpíadas, o Centro Desportivo Nacional do Jamor, sobre o qual se debruçariam os projectos a desenvolver de forma individual, em função da trajectória obtida pelo grupo. A terceira frente de investigação que se demonstrou fulcral na definição da estratégia a adoptar envolveu o reconhecimento de todas as modalidades desportivas previstas para os Jogos Olímpicos de 2020<sup>6</sup> assim como a infraestrutura necessária para cada uma delas e o número de atletas admitidos a competição.

Assim, à macro-escala, propõe-se uma revisitação dos momentos marcantes da expansão de Lisboa – as estradas de circunvalação, que em tempos fixavam os limites físicos e fiscais da cidade.

---

<sup>4</sup> LOPES, Murillo – **Quarenta famílias em situação dramática: Na Quinta do Balteiro ao Vale do Jamor**. Diário Popular [Em linha] 23 Out. 1984, p.12. [Consult. 5 Jan. 2020]. Disponível em WWW: <<http://arquivo.cm-oeiras.pt/digitalizacao/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=120280&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1>>.

<sup>5</sup> FERREIRA, Raul Hestnes [et al.] – Adaptação da Quinta do Balteiro: Clube e Federação de Golfe (estudo prévio).

<sup>6</sup> Olympics: Sports [Em linha] Olympic Organization [Consult. 2019] Disponível na internet: URL<<https://www.olympic.org/sports>>.

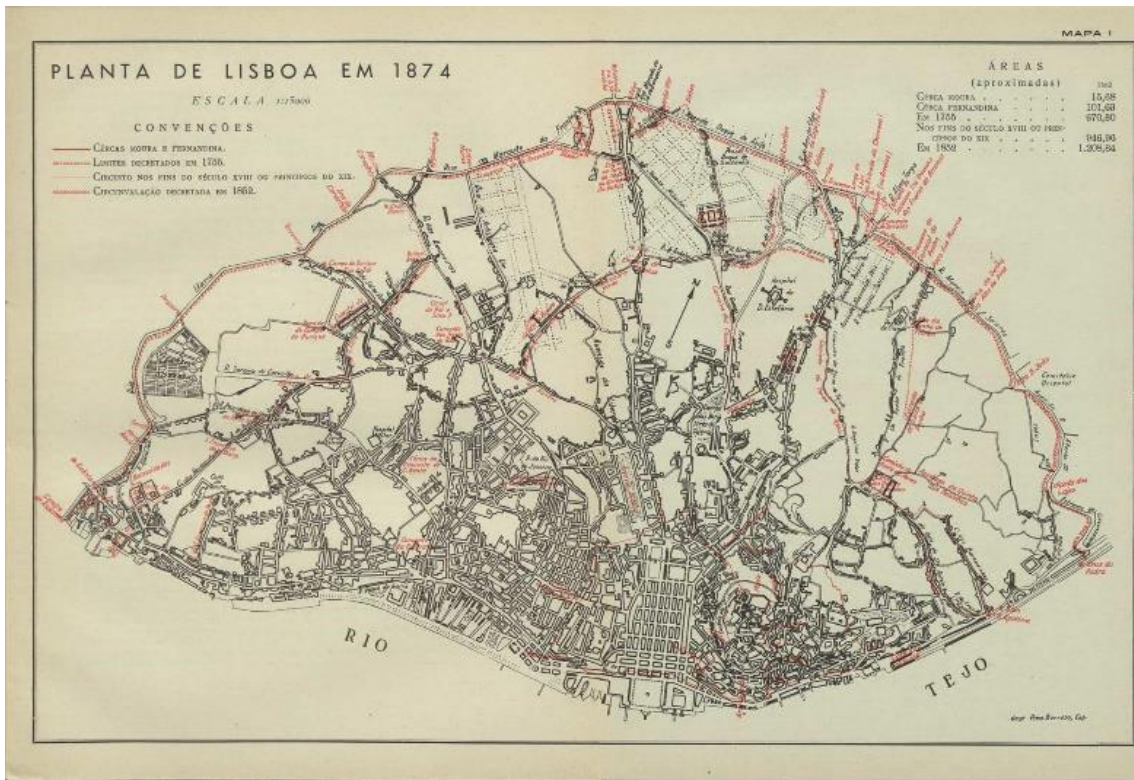


Figura 1 – Limites de Lisboa em 1874

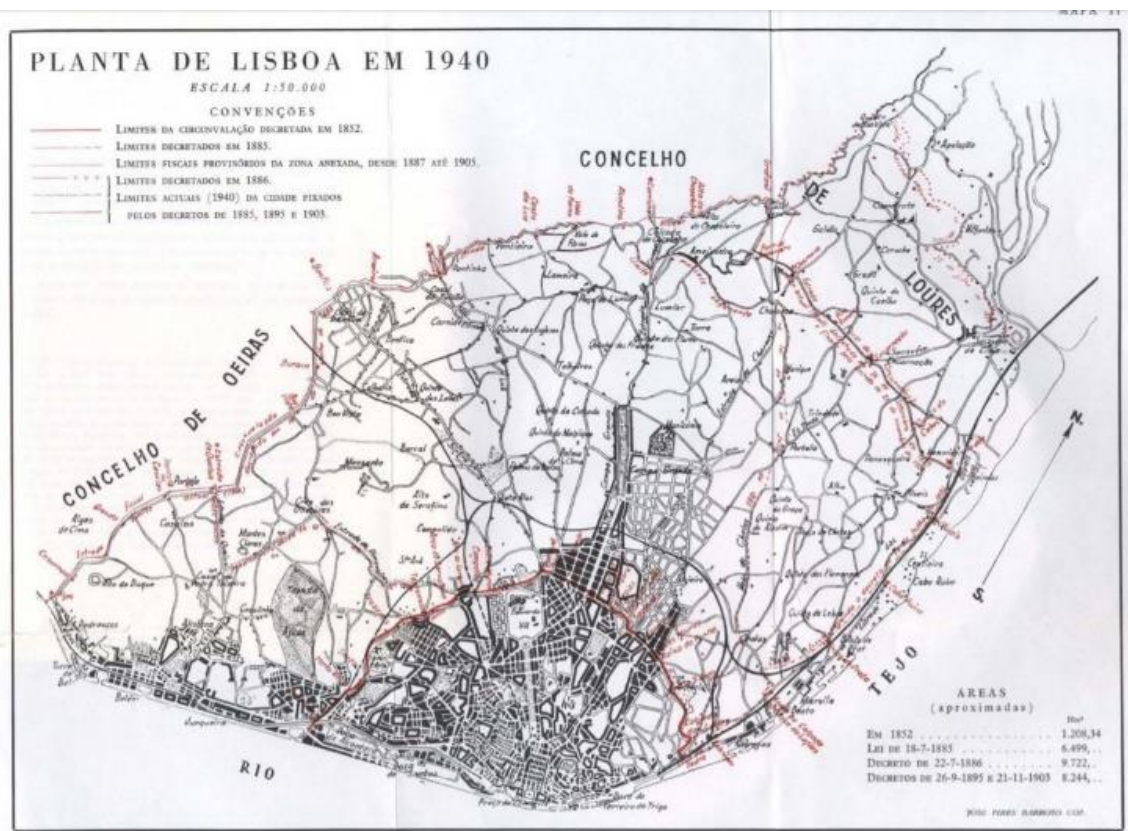


Figura 2 – Limites de Lisboa em 1940

Regista-se a memória das referidas estradas de circunvalação através da activação de duas ligações de transporte público: uma carreira de eléctrico coincidente com a estrada de circunvalação interna (1852) e que reutiliza troços da antiga carreira nº 27, inaugurada em 1958 e suprimida em 1990, da qual sobram ainda hoje vestígios dos seus carris, e uma nova linha de metro unificadora de todas as estações finais das restantes linhas actuais, às quais se propõem também algumas alterações, com base no traçado da estrada de circunvalação externa.

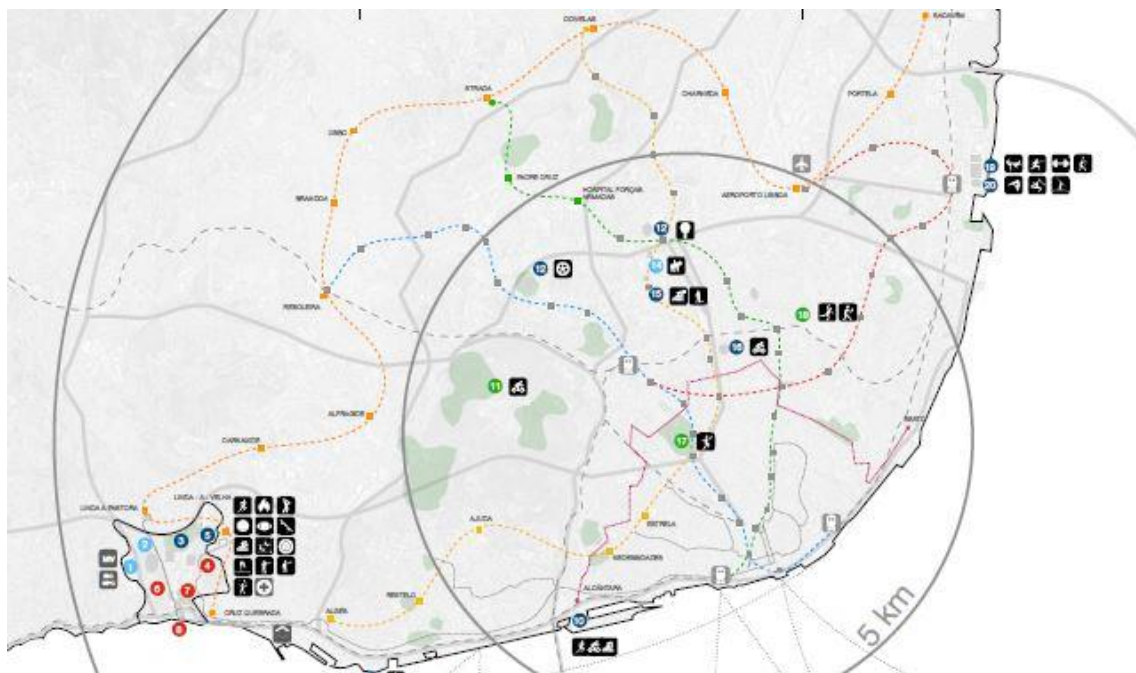


Figura 3 – Proposta de grupo à escala de Lisboa

Esta proposta de linha de metro teria a vantagem de facilitar o acesso à Cruz Quebrada e ao Vale do Jamor, resolvendo de forma eficaz, por um lado, a deslocação de massas ao centro do evento olímpico, e por outro a acessibilidade do quotidiano dos trabalhadores e utilizadores do CDNJ.

Com a rede de transportes públicos melhorada, e com base no exemplo dos Jogos Olímpicos de Estocolmo, considerou-se que o capital construído de Lisboa poderia ser útil para acolher diversas modalidades, com as devidas adaptações às especificidades dos desportos e à escala do evento, o que permite desde logo uma economia a nível de construção nova. Por outro lado, evita-se a criação de uma cidade olímpica que viria a ficar inutilizada no período pós-olímpico, como aconteceu em diversos exemplos no passado, nomeadamente no Rio de Janeiro.

Resolvida a dificuldade de acessibilidade ao Vale do Jamor, o grupo focou-se em criar uma proposta detalhada na zona do Centro Desportivo Nacional, o qual viria a acolher não só treze modalidades olímpicas, como os principais eventos comemorativos dos Jogos Olímpicos Lisboa 2020. Esta proposta, desenvolvida com um olhar atento sobre os projectos originais de Caldeira Cabral e Jacobetty Rosa, tem como preocupações principais a reestruturação dos eixos principais de circulação, a conexão com meios de transporte, a adaptabilidade do local à recepção do evento a que se propõe, e sobretudo à sua utilização e vivência futura.

Considerando as alterações propostas para o local, o Centro Desportivo Nacional passará então a possuir infra-estruturas de excelência direccionadas para diversas utilizações, o que se demonstra de enorme vantagem para todos os que agora acedem facilmente ao local, mas sobretudo para os habitantes dos bairros adjacentes e as suas escolas. As instituições de ensino vizinhas terão assim material didáctico de muito fácil acesso, não só a nível desportivo, mas histórico, geológico, social e ecológico. Estes últimos ficariam ao cuidado de equipas especializadas que teriam como local de trabalho e divulgação o Centro Interpretativo do Vale do Jamor, sediado na Quinta do Balteiro, e cujo papel principal será o de dar a conhecer a história do local que viu nascer e crescer o maior complexo desportivo do país.

## objecto de estudo

A Quinta do Balteiro, localizada na margem esquerda do rio Jamor, na encosta de Linda-a-Velha, é actualmente uma ruína de uma antiga Quinta de Recreio denominada na época Lugar da Ribeira do Jamor (1864) e herda o nome do seu primeiro proprietário de que se tem registo, Manuel Annes Balteiro<sup>7</sup>. Integrada na sua envolvente, era uma das quintas que pontuavam a paisagem do vale do rio Jamor, local de veraneio para as famílias que viriam aproveitar o ambiente campestre que aqui se encontrava.

É neste contexto de conjunto que a propriedade é maioritariamente citada em diversas publicações, nomeadamente por Colaço e Archer em *Memórias da Linha de Cascais*:

---

<sup>7</sup> Apêndice: Testamento de Manuel Annes Balteiro (1864) [Em linha] – Julgado de Oeiras, Registo nº 188, registado e copiado para o livro de registo de testamentos pelo Escrivão da Administração do Concelho de Oeiras, José Vitorino Monteiro. [Consult. 2020]. Disponível na internet <URL: <http://arquivo.cm-oeiras.pt/SearchResults.aspx?search=manuel%20balteiro&type=PCD&mode=1&page=1&submode=0&useaut=0&useesp=0&usemef=0&dig=false> >



“... a Cruz Quebrada tem frondosas quintas, casas risonhas de gente abastada, perspectivas deliciosas de aldeia bucólica.”<sup>8</sup>

A sua proximidade com o rio Jamor confere-lhe uma significativa vantagem ao nível da captação de água, e desta forma, o corpo principal da casa convive com corpos secundários adjacentes que foram sofrendo alterações em função da utilização dada à quinta, e ainda com uma nora coberta, de estrutura octogonal, para extracção de água junto ao leito do rio. Esta permitiu uma relevante actividade agrícola ao longo de várias décadas.

Na época de construção do Estádio, a propriedade acolheu várias famílias que habitaram construções efémeras com poucas condições<sup>9</sup>, algumas das quais ali se fixaram durante várias décadas. Desde a resolução desta situação que a Quinta do Balteiro tem ficado ao abandono, encontrando-se hoje parcialmente soterrada, devido à regularização do leito do rio e consequente movimentação de terras das suas margens.

## recorte temporal

A investigação incidirá maioritariamente no período de existência do objecto em foco, desde meados do século XIX até à contemporaneidade, percorrendo as suas várias fases de utilização e relação com o contexto, por forma a gerar a reconstituição temporal do Vale do Jamor. Recuar-se-á na linha temporal de modo a entender-se a origem da tipologia em que se insere a Quinta do Balteiro.

Da mesma forma, e no mesmo intervalo temporal, será percorrida a evolução de conceitos-chave na actuação do arquitecto perante património construído e a ruína.

---

<sup>8</sup> COLAÇO, Branca; ARCHER, Maria – **Memórias da Linha de Cascais**. Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia, 1943. P.115.

<sup>9</sup> MONTEIRO, Carlos Branquinho – **Ribeiras dos Concelhos de Oeiras e Cascais**. Oeiras: CMO, 1987. P. 27.

## metodologia

A investigação será suportada e desenvolvida através do cruzamento de fontes primárias e secundárias.

Como fonte primária primordial, considerou-se o local de intervenção e de implantação do objecto de estudo, assim como a própria quinta e os seus elementos arquitectónicos construídos. A sua leitura geográfica e histórica contou com a consulta de documentação vária a nível de cartografia histórica do arquivo da Câmara Municipal de Oeiras e do arquivo do Forte de Sacavém, assim como cartografia Militar proveniente do Centro de Informação Geoespacial do Exército. Do arquivo do Centro Desportivo Nacional do Jamor foi ainda possível obter o Estudo Prévio do projecto que o arquitecto Raúl Hestnes Ferreira realizou para a Quinta do Balteiro, bem como material gráfico de extrema relevância para a reconstituição temporal do Vale do Jamor.

Por outro lado, a consulta de documentação de história local e, em especial, de recortes de imprensa, existente no arquivo da Câmara Municipal de Oeiras revelou-se essencial para relacionar o objecto de estudo com o contexto político e socio-cultural em que se inseriu ao longo do tempo. Procedeu-se ainda à leitura de diversas publicações monográficas promovidas por instituições como a Fundação Calouste Gulbenkian, a Câmara Municipal de Oeiras, o Instituto Português do Desporto e Juventude ou por motivação pessoal. Consultou-se ainda material bibliográfico e fotográfico arquivado na Biblioteca Nacional Portuguesa e no Museu Nacional do Desporto. Do Arquivo Nacional da Torre do Tombo obteve-se acesso aos livros de registo de baptismos e matrimónios da família Balteiro, reveladores de indispensável informação histórica, geográfica e genealógica.

A nível de fontes secundárias, encontram-se várias teses, dissertações, livros, documentários e conferências mencionando tanto a Quinta do Balteiro e o Vale do Jamor, como a teoria e prática arquitectónica relacionada com a ruína e a intervenção em património construído.



## estado da arte

O presente ensaio é suportado por diversas matérias amplamente estudadas e debatidas no âmbito tanto profissional quanto académico. Se por um lado importam questões de património histórico, reabilitação em arquitectura e a refuncionalização de edifícios, importa também a temática da ruína e as diferentes possibilidades e metodologias da sua abordagem. Assim, são de extrema relevância algumas obras e investigações que se podem classificar nos seguintes grandes grupos: obras implicadas em questões da história da arquitectura mundial ou portuguesa, obras de natureza técnica ou específica sobre diálogo e intervenção em património edificado, investigações académicas de cruzamento e confronto de teorias ou apresentação e análise de casos de estudo e ainda artigos de imprensa problematizando questões como a multiplicidade de abordagens perante património em ruína, diálogos possíveis com a pré-existência ou a temática das Quintas de Recreio.

Maria Cordeiro, na dissertação *(Re)Interpretar a memória*, propõe-se reabilitar a Casa das Heras com o objectivo de ali implantar o Centro de Interpretação do Património de Santiago do Cacém, no seguimento da constatação de que os centros históricos de grande parte das povoações portuguesas estão hoje deixados ao abandono e condenados à ruína. Os seus aglomerados edificados foram-se tornando obsoletos e desajustados ao desenvolvimento socioeconómico das cidades, resultando num êxodo dos seus habitantes. A preocupação em retornar a estes centros prende-se então com a ideia de que, de uma perspectiva antropológica e arqueológica da arquitectura, “a cidade é o maior testemunho da história da humanidade”<sup>10</sup>.

Levando esta questão a um extremo, talvez a própria casa enquanto unidade seja igualmente relevante e informativa, uma vez que a organização espacial e os seus elementos arquitectónicos dizem muito sobre a forma de viver e habitar à época da sua construção.

A Quinta de Recreio é um exemplo de tipologia que se insere justamente nesta categoria de unidade informadora e reveladora, com valor patrimonial, refere Aurora Carapinha na sua tese de doutoramento *Da Essência do Jardim Português*, não só pela sua presença repetitiva e numerosa ao longo da paisagem, mas também pelo papel que cumpriu na cultura portuguesa. A tese apresenta um trabalho de inventariação extensiva

---

<sup>10</sup> CORDEIRO, Maria – **(Re)Interpretar a memória**. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, 2019. Dissertação de Mestrado. P. 2.

dos diversos tipos de jardim existentes no território português, identificando e definindo as suas características diferenciadoras. Desta forma, através da leitura dos dados recolhidos, considera a autora que “a Quinta de Recreio é o espaço mais característico da Arte de Jardinar em Portugal”<sup>11</sup>. Consequentemente, a autora dedica a segunda parte do documento inteiramente ao estudo da origem, evolução, compreensão e análise desta tipologia.

Como o centro histórico se torna obsoleto face às necessidades habitacionais de uma sociedade que evolui, também a Quinta de Recreio surge num sistema socioeconómico que se deixa ultrapassar pelas mudanças que o século XX veio trazer ao contexto português. Da mesma forma que não se atribui auroria arquitectónica pelo desenho de um centro histórico, a questão autoral da grande maioria das casas, e em específico, das Quintas de Recreio, também não se aplica, salvo algumas excepções, como referido por Amílcar de Gil e Pires no seu artigo *O Lugar da Quinta de Recreio na Periferia de Lisboa*<sup>12</sup>.

Focando o olhar no contexto da região de Lisboa, é de referir a publicação de José Manuel Fernandes, *Arquitectura Vernácula da Região Saloia*<sup>13</sup>, que dedica este volume a uma tentativa de síntese do edificado característico da região de Lisboa, através de uma análise geo-etnográfica e da identificação de determinados elementos arquitectónicos utilizados de forma sistemática e recorrente na extensão rural em estudo.

A publicação de autoria de João Vieira Caldas, *A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*<sup>14</sup>, acrescenta uma visão importante neste estudo, demonstrando a forma como a análise da arquitectura vernácula da região não se cinge à procura de uma tipologia fixa mas consiste sim numa mutação sucessiva do património edificado, em função da sua utilização e do seu contexto social. As construções ganham o seu valor patrimonial e digno de olhar atento por apresentarem determinadas características arquitectónicas, por pertencerem a um grupo ou tipologia de interesse histórico, por gerarem relações de interacção entre diversos elementos ao seu redor, como a paisagem, os limites, a topografia, o edificado e/ou o habitante.

---

<sup>11</sup> CARAPINHA, Aurora – **Da Essência do Jardim Português**, Vol. 1. Évora: Universidade de Évora, 1995. Tese doutoramento. P. 22.

<sup>12</sup> PIRES, Amílcar de Gil e – **O Lugar da Quinta de Recreio da Periferia de Lisboa**. Sintra: Revista Tritão, nº1, Dezembro 2012. P. 5.

<sup>13</sup> FERNANDES, José Manuel – **Arquitectura Vernácula da Região Saloia**. 1ª Edição. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1991.

<sup>14</sup> CALDAS, João Vieira – **A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII**. 2ª Edição. Porto: FAUP, 1999.

Este lugar gerado pela Quinta de Recreio, independentemente do estado de degradação em que se encontre, possui então uma carga afectiva sentida pela sociedade portuguesa, eventualmente comparável à conexão intrínseca que qualquer ser humano integrado numa sociedade civilizada e organizada segundo os preceitos da Grécia Antiga tem com a Acrópole de Atenas, ainda que, o que dela reste seja apenas a sua ruína. Darío Álvarez Álvarez, no seu artigo *El paisaje como obra de arte total: Dimitris Pikionis y el entorno de la acrópolis* explora o processo projectual da intervenção urbanística em redor da Acrópole, desenvolvida pelo arquitecto Dimitris Pikionis, revelando que a insistente e aprofundada procura sensorial e afectiva do Lugar foi um elemento fundamental para alimentar a solução encontrada. Pode ler-se a preocupação e sentido de responsabilidade que o arquitecto reconhecia no projecto a desenvolver: “mi intervención en el área será extremadamente delicada y pesará sobre mi una responsabilidad inconmensurable”<sup>15</sup>.

Porém, esta preocupação associada à intervenção em património histórico edificado, não é temática recente. Importa salientar o trabalho da autoria de Soraia Santos, que apresenta na sua dissertação de mestrado *A Reabilitação como Processo de Adição e Estratificação Contínua*<sup>16</sup> uma recolha relevante de publicações de autores incontornáveis em questões de reabilitação de património construído. Se por um lado apresenta uma visão historiográfica com base na publicação *A Alegoria do Património*, de Françoise Choay, revisitando autores como Victor Hugo, Ludovic Vitet, John Ruskin, William Morris, Viollet-le-Duc, Prosper Mérimée e Camillo Boito, Soraia Santos oferece também uma confrontação de momentos que marcaram o século XX neste campo, sendo eles as Cartas de Atenas e Veneza, motivadas pelas trágicas consequências das duas Guerras Mundiais, e ainda a Carta de Cracóvia, um documento do princípio do actual século, que surge como elemento definidor de boas práticas do restauro de património construído à luz dos preceitos actuais de multidisciplinaridade, realçando a importância de cada disciplina relacionada ao exercício, mas lembrando a relevância da abordagem e entendimento do edifício “como um todo e não como um somatório de partes”. No seguimento da aprofundada contextualização histórica, são mencionados e confrontados autores do contexto português actual, numa perspectiva de levantamento das vantagens

---

<sup>15</sup> PIKIONIS, Dimitris in ÁLVAREZ, Darío Álvarez – El Paisaje como obra de arte total: Dimitris Pikionis y el entorno de la Acrópolis. **Revista de Arquitectura** [Em linha], Vol. 13 (2011). P.37. [Consult. Abril 2020]. Disponível na internet: <URL: <https://revistas.unav.edu/index.php/revista-de-arquitectura/article/view/4942>>.

<sup>16</sup> SANTOS, Soraia – **A Reabilitação como Processo de Adição e Estratificação Contínua**. Leiria: ESAD, Politécnico de Leiria, 2015. Tese de mestrado.

ou desvantagens da reabilitação do património construído, questionando a eventual alteração dos seus usos<sup>17</sup>.

Considerando as posturas distintas e controversas que Françoise Choay reúne e explora na sua obra *A Alegoria do Património*, ganha interesse o artigo da autoria de Mariana Vetrone, *Diálogos com a preexistência: leitura crítica de projetos de intervenção no património edificado de Coimbra nas últimas décadas*, publicado no contexto das Investigações em Conservação do Património da revista GE-Conservación. Aqui, num contexto já actual, são apresentadas três metodologias de observação, análise e definição de posição a adoptar perante um projecto de intervenção contemporânea em edificado pré-existente, de autores ligados à reabilitação de património e ao restauro crítico italiano. Giovanni Carbonara, Claudio Varagnoli e Beatrice Vivio sistematizam as suas visões em três esquemas distintos, onde identificam grupos e categorias através das quais classificam as diferentes possibilidades de intervenção ou abordagem do património construído<sup>18</sup>.

Uma abordagem suplementar que, pela sua complexa e profunda argumentação, merece o realce, é a linha de pensamento sugerida por Derek Latham, que este denomina de *Re-Usa Creativo de Edifícios*. Apresentada e analisada por Elizabeth Arroyo na sua tese de doutoramento *Arquitecturas transformadas: Reutilización adaptativa de edificaciones en Lisboa 1980 – 2002. Los antiguos conventos*, esta visão é considerada pela autora como a mais adequada ao estudo que esta se propõe desenvolver, mais especificamente direccionada a antigos conventos em Lisboa, mas que para a investigação aqui em foco, ganha relevo por se dirigir não apenas a património edificado histórico ou de carácter monumental, mas por também demonstrar interesse em edificado de referência para a memória colectiva<sup>19</sup>.

Considerando o objectivo deste trabalho, focado na reabilitação e refuncionalização de um edifício de valor arquitectónico em ruína, visando da sua integração na vida activa do contexto em que se encontra, é de mencionar o trabalho de Nádía Luís,

---

<sup>17</sup> SANTOS, Soraia – **A Reabilitação como Processo de Adição e Estratificação Contínua**. Leiria: ESAD, Politécnico de Leiria, 2015. Tese de Mestrado. P. 24 – 35.

<sup>18</sup> VETRONE, Mariana Lunardi – *Diálogos com a preexistência: leitura crítica de projetos de intervenção no património edificado de Coimbra nas últimas décadas*. **GE Conservación** [Em linha]. 15, 2019. P. 76 – 88. [Consult. Abril 2020]. Disponível na internet:  
<URL: <https://www.ge-ic.com/ojs/index.php/revista/article/view/678/896> >. ISSN: 1989-8568.

<sup>19</sup> ARROYO, Elizabeth – **Arquitecturas transformadas: Reutilización adaptativa de edificaciones en Lisboa 1980 – 2002. Los antiguos conventos**. Barcelona: Universidad Politécnica de Cataluña, 2011. Tese de doutoramento. P. 35 – 39.

*Refuncionalização da Arquitectura: Abordagens Patrimoniais na Cidade*<sup>20</sup>, no qual a autora considera o universo português, mais especificamente focado em Lisboa, no contexto da reabilitação e refuncionalização de património arquitectónico, levantando questões de adaptabilidade de um edifício à sua situação urbana e socio-económica, no processo e momento da intervenção. A investigação, partindo de uma aprofundada pesquisa histórica, foca-se assim nas consequências que a intervenção numa pré-existência pode trazer, não só a nível social e económico, como na possibilidade vantajosa de activação ou integração na teia cultural que a envolve. A abordagem da autora ganha também relevância ao considerar a temática da indústria turística, que nas recentes décadas assolou Lisboa e despoletou polémicas diversas sobre a ética da intervenção no património edificado, acima de tudo no contexto do seu centro histórico.

Relativamente à proposta projectual arquitectónica que se pretende desenvolver a par da investigação teórica, importa referir a dissertação de mestrado *Entre terra e água. Museu e Centro Interpretativo do Baixo Sabor*<sup>21</sup>, da autoria de Pedro Tavares. Esta dissertação apresenta um estudo aprofundado e multidisciplinar ao território do Baixo Sabor, em Trás-os-Montes, despoletado pela construção de uma Central Hidroeléctrica que provocou fortes alterações ao nível da paisagem local. O autor encontra aqui uma oportunidade de intervenção que permite responder a dois problemas que identifica: por um lado a necessidade de arquivar e preservar o grande espólio existente sobre o território, e por outro, o interesse em relatar a história e eternizar a memória de um lugar que se viu algo descaracterizado pelo surgimento de uma barragem. Pedro Tavares faz assim uma sistematização e articulação da informação recolhida, integrando temáticas como o clima, a fauna e flora e a leitura histórica do local, e desenvolve o seu projecto de arquitectura com base na informação que virá a integrar o percurso e a vivência do Centro Interpretativo.

A publicação anual *OBL/QUE: Critical Conservation*<sup>22</sup> sediada na Escola de Design da Universidade de Harvard apresenta-se como um espaço especulativo em torno das questões da conservação arquitectónica, onde académicos, estudantes e arquitectos analisam e reinterpretam projectos que, de forma imediata ou tangencial, se relacionam

---

<sup>20</sup> LUÍS, Nádía – **Refuncionalização da Arquitectura: Abordagens Patrimoniais na Cidade**. Lisboa: ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 2016. Tese de mestrado.

<sup>21</sup> TAVARES, Pedro – **Entre terra e água. Museu e Centro Interpretativo do Baixo Sabor**. Braga: Universidade do Minho, 2019. Tese de mestrado.

<sup>22</sup> CASTRILLON, Natalia Escobar [et al.] – **Oblique: Critical Conservation** [Em linha]. Vol. 2. Cambridge: Harvard University, 2017. Disponível na internet: <URL: <http://www.criticalconservation.com/downloads> >.

com a temática da conservação. Se por um lado Huopu Zhang desenrola o seu ensaio sobre a intervenção de Paulo Mendes da Rocha na Pinacoteca de São Paulo, e analisa a forma como a sua intervenção vem alterar a percepção de eixo centralizador do edifício pré-existente, por outro deparamo-nos com o texto de Silvia Danielak, onde são apresentadas as potencialidades dinamizadoras que uma presença física como a “Linha Verde”, no Chipre, pode ser intervencionada de distintas formas, com o intuito de transformar a memória conflituosa que o muro representa, em potenciais momentos pacificadores. A revista vem trazer ao debate arquitectónico dedicado à conservação, uma visão extremamente actual e abrangente, cruzando a disciplina com outras áreas de estudo, que cada vez faz mais sentido considerar em momentos de intervenção em pré-existências.

Para um entendimento mais vasto sobre as possíveis relações entre a teoria e prática projectual relacionadas com as temáticas referidas, foram ainda consultados diversos trabalhos académicos e monográficos implicados na apresentação e análise de projectos de reabilitação, refuncionalização e reactivação de património construído, bem como exemplos de propostas arquitectónicas, programática ou paisagisticamente relacionáveis com o trabalho a desenvolver.

## estrutura

O presente ensaio tem como principal finalidade alimentar, complementar e fundamentar uma proposta projectual arquitectónica de intervenção numa quinta de recreio em ruína, localizada na região de Lisboa, integrando uma estratégia previamente desenvolvida de conexão entre o Centro Desportivo Nacional do Jamor e as urbanizações adjacentes.

Um primeiro capítulo, **Do Vale à Ruína**, será dedicado à apresentação do contexto em que surge o objecto de estudo, desde o seu enquadramento histórico e geográfico à análise socio-económica, climática e ambiental. Deste modo, far-se-ão notar as problemáticas justificativas da proposta a desenvolver para a Quinta do Balteiro, cuja actual ruína será também aqui apresentada e analisada. A contextualização permitirá explorar temáticas fundamentais como a Quinta de Recreio, a ruína enquanto património, o conceito de *placemaking* enquanto referência para a proposta arquitectónica, a memória do lugar, passando pela incontornável realidade da construção do Estádio Nacional do Jamor, e a análise da situação actual, tanto do Vale do Jamor como da própria Quinta do Balteiro enquanto ruína.

No segundo capítulo, **Da Ruína ao Centro**, será abordada a temática da refuncionalização arquitectónica, neste caso sugerindo a transformação de uma Quinta de Recreio em Centro Interpretativo. Serão assim levantadas questões como a intervenção arquitectónica em património construído, e a intervenção em ruínas. Após uma análise às diversas linhas de pensamento que orientam uma intervenção deste carácter, será explicada a posição a adoptar perante o objecto de estudo bem como o entendimento do Centro Interpretativo enquanto programa.

Finalmente, será apresentada a proposta de intervenção arquitectónica resultante da investigação desenvolvida.

# capítulo 1 – do vale à ruína

## vale do jamor

O Vale do Jamor, parque urbano localizado no concelho de Oeiras, entre as localidades de Linda-a-Pastora, Linda-a-Velha, Dafundo e Cruz Quebrada, acolhe actualmente o Centro Desportivo Nacional do Jamor, um espaço de referência a nível nacional para a prática de actividade física tanto amadora como profissional.

Apresenta uma multiplicidade de espaços adaptados às exigências de cada modalidade, conectados entre si por uma rede de percursos pedonais e de espaços exteriores de acesso público, potenciando igualmente momentos de lazer à população que habita as povoações adjacentes e que aqui se desloca, vinda de concelhos limítrofes.



Figura 4 – Ortofotomapa: Estádio Nacional e povoações adjacentes.



## rio jamor e suas margens

O Rio Jamor surge no concelho de Sintra, pela confluência das Ribeiras de Belas e de Venda Seca. A primeira, de curso mais importante, tem nascente na Serra da Carregueira, junto a Dona Maria, e vem unir-se à segunda, também conhecida por Ribeira de Carenque, nos arredores de Queluz<sup>23</sup>. A partir deste ponto, o curso de água denomina-se Jamor e percorre cerca de 15,8km, até à sua foz na praia da Cruz Quebrada. A bacia hidrográfica gerada por este rio e os seus afluentes, estende-se ao longo dos concelhos de Sintra, Odivelas, Amadora e Oeiras, podendo identificar-se duas unidades distintas delimitadas pela serra de Carnaxide<sup>24</sup>. A montante, a primeira das unidades mencionadas, o rio Jamor agracia os jardins do Palácio de Queluz, alimentando as vistosas fontes e o regadio dos jardins de buxo.

“O Jamor vem de longe. Canta e baila nas cascatas do jardim régio de Queluz.”<sup>25</sup>



Figura 5 – Curso do rio Jamor. (Planta: Leonor Andrade, 2020)

<sup>23</sup> MONTEIRO, Gilberto – **O Sítio da Cruz Quebrada**: Nótulas de Micro-História. Lisboa: Tipografia Ibérica, 1964. P. 27.

<sup>24</sup> ANDRESEN, Teresa in GUIA, Diogo [et. al.] – **Jamor: o Palco Maior do Desporto Nacional**. 1ª Edição. Lisboa: INCM, MND, IPDJ, 2014. P. 64.

<sup>25</sup> COLAÇO, Branca; ARCHER, Maria – **Memórias da Linha de Cascais**. Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia, 1943. P.115.

A jusante, já no actual território do CDNJ, o rio Jamor testemunhou uma incessante mutação da paisagem desde o tempo em que estas eram terras plenamente rurais. Recuando à dinastia Filipina, a passagem do rio era feita longe da foz, num troço mais estreito. Carroças, cavaleiros e peões viviam à mercê das condições climáticas que definiam o caudal do Jamor. O atravessamento do rio tornou-se facilitado no ano de 160826, data da construção das duas primeiras pontes de que se tem registo, unindo assim as duas margens que no seu conjunto formam o referido vale: uma junto à aldeia da Cruz Quebrada e a outra, entretanto demolida, no sopé da encosta de Linda-a-Pastora. Mais tarde, em 1889, esta passagem passou a poder ser feita de comboio, com a extensão da linha ferroviária de Pedrouços a Cascais. Após um episódio de chuvas torrenciais que provocou cheias no rio Jamor, a recente ponte cedeu e terá sido substituída pela que hoje se encontra no local, inaugurada em 1896. Esta nova via de comunicação veio promover o desenvolvimento de indústrias ao longo da costa e desencadear o processo de urbanização das diversas povoações marginais.

“[A Cruz Quebrada] era então uma pequena aldeia de 20 fogos, 80 almas, vivendo da agricultura e do seu rio de lavadeiras.”<sup>27</sup>

A vivência do rio e suas margens fazia parte do quotidiano e dela surgiram tradições e lendas que ainda actualmente se fazem seguir. O Santuário de Nossa Senhora da Rocha, situado na margem direita do curso de água, junto a Linda-a-Pastora, viu-se edificado na sequência de um episódio cuja narrativa perpetua ao longo dos séculos: a 23 de Maio de 1822, um grupo de sete rapazes que se banhavam no Jamor, avistou um melro que perseguiu na tentativa de o capturar. Tendo sido surpreendidos por um coelho, alteraram o seu alvo mas este conseguiu esconder-se na cavidade de uma rocha. Ao ouvir o sino para a missa, o grupo de jovens aprisionou o coelho na expectativa de voltar e tentar entrar no recanto do roedor, e retornados e armados com uma lanterna, encontraram não só o coelho, mas também uma gruta escavada na rocha e nela, numerosos ossos humanos e pedaços de loiça. Dias depois, no mesmo local, foi avistada uma imagem de Nossa

---

<sup>26</sup> MONTEIRO, Gilberto – **O Sítio da Cruz Quebrada**: Nótulas de Micro-História. Lisboa: Tipografia Ibérica, 1964. P. 121.

<sup>27</sup> COLAÇO, Branca; ARCHER, Maria – **Memórias da Linha de Cascais**. Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia, 1943. P.99.

Senhora envolvida num manto de seda velho, que viria a ser adorada pela população das localidades ao seu redor<sup>28</sup>.

“Esse templo que alveja sobre a rocha na margem do Jamor  
tem por baixo uma gruta escura e fria  
onde uns moços, acaso, um dia,  
encontraram a Mãe do Salvador.”<sup>29</sup>

A paisagem frondosa e fresca gerada pela passagem deste rio, foi sendo, ao longo dos séculos XVIII e XIX, pontuada por diversas quintas de recreio, cujos proprietários encontravam ali um equilíbrio perfeito entre a calma e tranquilidade rural e a relativa proximidade à cidade-metrópole, beneficiando ainda de recursos hídricos abundantes. Assim surgiram as quintas do Rodízio, de S. José, do Balteiro e da Graça: lugares de veraneio, com vastos terrenos para exploração agrícola, espaços dedicados ao lazer do proprietário e construções anexas de apoio às actividades das quintas ou habitação dos trabalhadores. Surgia assim uma bipartição da sociedade que agora partilhava o vale do Jamor: os senhores das quintas, famílias privilegiadas que se deslocavam a esta habitação secundária para usufruir da paz rural, e os habitantes das localidades alcandoradas ao Jamor, saloios que viviam de agricultura e lavadeiras que viviam do rio, como descrito por Colaço e Archer em Memórias da Linha de Cascais:

“Deu-se ali um caso de partilha espontânea – a Cruz Quebrada  
popular caminha para a praia enquanto a Cruz Quebrada  
“snob” procura o campo.  
Deus louvado, ambas têm por onde escolher.”<sup>30</sup>

---

<sup>28</sup> **Narração da Descuberta da Imagem de N. Sra da Conceição da Rocha em o dia 31 de Maio de 1822.** Porto: Imprensa do Gandra, 1824.

<sup>29</sup> RIBEIRO, Tomás in MONTEIRO, Gilberto – **O Sítio da Cruz Quebrada:** Nótulas de Micro-História. Lisboa: Tipografia Ibérica, 1964. P. 29.

<sup>30</sup> COLAÇO, Branca; ARCHER, Maria – **Memórias da Linha de Cascais.** Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia, 1943. P.115.



Figura 6 – Rio Jamor. (Fotografia: Leonor Andrade, Novembro 2020)

o vale citado na literatura portuguesa

As já mencionadas qualidades do vale do Jamor atraíram, desde o século XVIII, numerosas famílias socialmente privilegiadas, que ali encontraram lugar para os seus momentos de tranquilidade e veraneio. Foi também nestes círculos que surgiram os principais nomes da literatura e poesia, que graças à estabilidade económica de que usufruíam, se podiam permitir dedicar-se a actividades intelectuais, filosóficas e contemplativas.

Almeida Garrett terá, em meados do século XIX, morado numa das habitações da Quinta do Rodízio. Dali partiria a pé ou a cavalo para longos passeios, visitando Linda-a-Velha e Linda-a-Pastora, que se julga terem inspirado a escrita da sua obra *Folhas Secas*<sup>31</sup>. Da colectânea *Romanceiro*, do mesmo autor, pode retirar-se o seguinte excerto que descreve um dos momentos de excursão ao longo do Vale, mencionando por um lado a já referida ponte de 1608 junto a Linda-a-Pastora, e por outro, a quinta onde habitaria.

“... chegando à beira do Jamor, parei extasiado no meio da sua ponte, porque a várzea que daí se estende, recurvando-se para a direita para Carnaxide e os montes que a abrigam em derredor, estava tudo de uma beleza que verdadeiramente fascinava. O trigo verde e viçoso ondeava com a viração desde as veigas que regam o Jamor, até os altos onde velejam centenaes moinhos. Árvores grandes e belas, como rara vez se encontram nesta província dendroclasta rodeavam melancolicamente no mais fundo do vale, a velha mansão do Rodízio... E lá, em perspectiva, no fundo do quadro, uma aldeia Suíça com suas casinhas brancas, suas ruas em socalcos... O lugarejo é bem conhecido de nome e fama, chama-se Linda-a-Pastora.”<sup>32</sup>

Também o já citado poeta Tomás Ribeiro deixa apontamentos na sua obra que demonstram a sua relação próxima com o lugar. Adquiriu a Casa Branca, em Carnaxide,

---

<sup>31</sup> COLAÇO, Branca; ARCHER, Maria – **Memórias da Linha de Cascais**. Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia, 1943. P.113.

<sup>32</sup> GARRETT, Almeida in GOMES, Levy Nunes – **Cruz Quebrada – Dafundo : Património e Personalidades**. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, Gabinete de Comunicação, 2006. P. 51.

onde habitou a partir de 1882. Revelou-se uma das importantes personalidades no culto à Nossa Senhora da Rocha, tendo contribuído para a construção do respectivo santuário<sup>33</sup>. No poema *O Mensageiro de Fez*, faz referência a uma dúvida frequentemente levantada sobre a toponímia da Cruz Quebrada:

“Desce o Jamor: na fundada  
ao pé do mar,  
donde saíste a embarcar,  
plantei uma cruz, que brada  
ao céu, contra ti, malvado!”<sup>34</sup>

Em meados do século XIX, o poeta Cesário Verde e a sua família foram habitar junto a Linda-a-Pastora, na Quinta de S. Domingos, também conhecida como Quinta dos Verdes<sup>35</sup>, que familiares haviam adquirido em 1797 e que, por direito de sucessão, acabou por pertencer ao pai do escritor. Esta decisão de êxodo foi motivada pelo caos que se vivia na capital, provocado pela epidemia de febre amarela.

“Foi quando em dois verões seguidamente, a Febre  
E a cólera também andaram na cidade,  
Que esta população com um terror de lebre,  
Fugiu da capital, como da tempestade.”<sup>36</sup>

O autor escreve o poema *Nós* relatando a experiência familiar de vida rural, onde é evidente e constante a dicotomia cidade-campo, pela qual Cesário Verde é conhecido. De forma intercalada surgem versos de adoração à qualidade de vida que a quinta e o vale ofereciam, e descrições da conturbada realidade que se sentia em Lisboa. A relação com aquela ruralidade tornou-se de tal forma especial para a família, que esta acabou por lá se fixar, apesar da dissolução do problema epidémico.

---

<sup>33</sup> RIBEIRO, Tomás in MONTEIRO, Gilberto – **O Sítio da Cruz Quebrada**: Nótulas de Micro-História. Lisboa: Tipografia Ibérica, 1964. P. 29.

<sup>34</sup> RIBEIRO, Tomás in COLAÇO, Branca; ARCHER, Maria – **Memórias da Linha de Cascais**. Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia, 1943. P.114.

<sup>35</sup> ANDRESEN, Teresa in GUIA, Diogo [et. al.] – **Jamor: o Palco Maior do Desporto Nacional**. 1ª Edição. Lisboa: INCM, MND, IPDJ, 2014. P. 66.

<sup>36</sup> VERDE, Cesário in MONTEIRO, Gilberto – **O Sítio da Cruz Quebrada**: Nótulas de Micro-História. Lisboa: Tipografia Ibérica, 1964. P. 128.

“E o campo desde então, segundo o que lembro  
É todo o meu amor de todos estes anos!  
Nós vamos para lá; somos provincianos,  
Desde o calor de Maio aos fins de Novembro.”<sup>37</sup>

Diversos outros autores contemporâneos terão passado pelo território do Jamor, em condição de habitantes ou veraneantes, não existindo, no entanto, uma evidência directa deste facto nas suas obras. Este é o caso de Pinheiro Chagas<sup>38</sup>, Eça de Queiroz<sup>39</sup> ou Henrique Lopes de Mendonça, autor dos versos que originaram o hino português, *A Portuguesa*<sup>40</sup>.

---

<sup>37</sup> VERDE, Cesário in MONTEIRO, Gilberto – **O Sítio da Cruz Quebrada**: Nótulas de Micro-História. Lisboa: Tipografia Ibérica, 1964. P. 129.

<sup>38</sup> GOMES, Levy Nunes – **Cruz Quebrada – Dafundo : Património e Personalidades**. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, Gabinete de Comunicação, 2006. P. 41.

<sup>39</sup> GOMES, Levy Nunes – **Cruz Quebrada – Dafundo : Património e Personalidades**. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, Gabinete de Comunicação, 2006. P. 139.

<sup>40</sup> MONTEIRO, Gilberto – **O Sítio da Cruz Quebrada**: Nótulas de Micro-História. Lisboa: Tipografia Ibérica, 1964. P. 60.

## estádio nacional – contexto histórico e político

A decisão de se implantar no Vale do Jamor a grande obra pública que viria a originar o Estádio Nacional, condenou, de forma irreversível, ao seu desaparecimento o ambiente campestre característico da região. A prática desportiva em Portugal surgia tardia e lentamente, no final do século XIX, graças à iniciativa de pequenas associações ou entidades privadas, e não se difundiam os apelos que alguns privilegiados da elite letrada faziam, de que o exercício físico transportava vantagens para a saúde do corpo e da mente.

“É hoje de domínio de toda a gente que os governos pouco ou nada têm feito em prol da educação física em Portugal.”<sup>41</sup>

A causa desportiva começou a ganhar importância na década de 20, quando, em simultâneo se vivia um período de extrema debilidade ao nível político, económico, social e também fisiológico no país. Ainda em paralelo com estas instabilidades, era também notório o atraso relativamente à construção e infra-estruturas desportivas. Passavam-se já mais de 20 anos desde que Atenas acolhia o primeiro evento das Olimpíadas da era moderna, e em Portugal não se via qualquer preocupação governamental em promover a actividade física. É neste contexto, e já após a instituição do Estado Novo, que se organiza um Congresso Nacional do Desporto, em 1933<sup>42</sup>.

Salazar, convencido pela ideia de que o desporto exerce um alto valor patriótico, encontra aqui uma oportunidade para criticar as decisões da República, mostrando-se assim dedicado a melhorar a qualidade de vida do povo português. Num discurso ruralista, em Dezembro de 1933, embalado pelas visões higienistas que inspiraram a construção das novas cidades europeias<sup>43</sup>, assina um compromisso com a causa desportiva, ao prometer a construção de um Estádio Nacional.

---

<sup>41</sup> SERRADO, Ricardo in GUIA, Diogo [et. al.] – **Jamor: o Palco Maior do Desporto Nacional**. 1ª Edição. Lisboa: INCM, MND, IPDJ, 2014. P. 33.

<sup>42</sup> SERRADO, Ricardo in GUIA, Diogo [et. al.] – **Jamor: o Palco Maior do Desporto Nacional**. 1ª Edição. Lisboa: INCM, MND, IPDJ, 2014. P. 34.

<sup>43</sup> ANDRESEN, Teresa in GUIA, Diogo [et. al.] – **Jamor: o Palco Maior do Desporto Nacional**. 1ª Edição. Lisboa: INCM, MND, IPDJ, 2014. P. 63.





Figura 7 – Salazar lendo o discurso onde promete a construção do Estádio Nacional, 1933

A intenção inicial previa inaugurar a grande obra em 1940, ano de comemoração de dois centenários relevantes para a pátria portuguesa: 800 anos após a criação da nação e 300 após a restauração da sua independência<sup>44</sup>.

Feita a promessa, é seguidamente constituída uma comissão para definição do programa de construções a desenvolver na nova grande obra pública, e cujo projecto é lançado a concurso. Terão participado os arquitectos Carlos Ramos, em co-autoria com o holandês Jan Wils e Cristino da Silva, em colaboração com Constantino Constantini<sup>45</sup>, sendo o projecto atribuído a Jorge Segurado, cuja proposta viria a servir de base para a fase seguinte do processo.

---

<sup>44</sup> ANDRESEN, Teresa in GUIA, Diogo [et. al.] – **Jamor: o Palco Maior do Desporto Nacional**. 1ª Edição. Lisboa: INCM, MND, IPDJ, 2014. P. 63.

<sup>45</sup> ANDRESEN, Teresa in TOSTÕES, Ana [et al.] – **Do Estádio Nacional ao Jardim da Gulbenkian**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. P. 31.

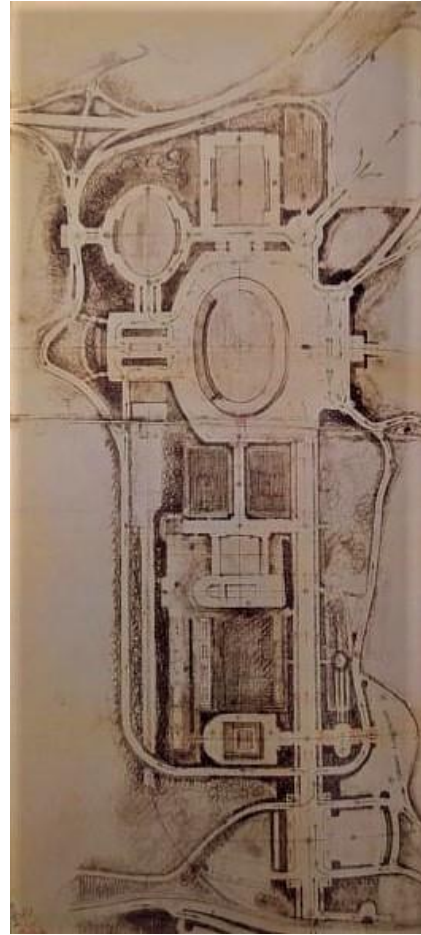
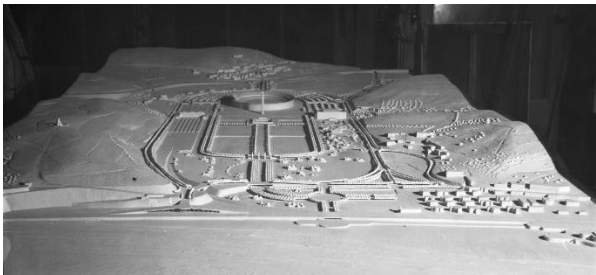
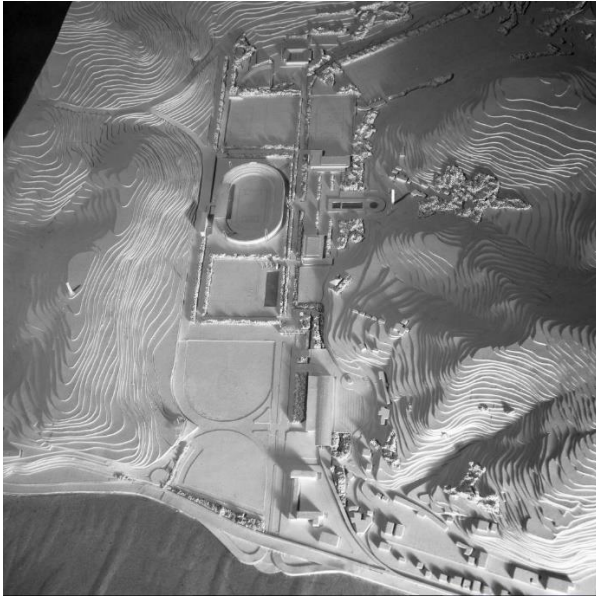


Figura 8 – Proposta de Carlos Ramos para o Estádio Nacional (à esquerda, em cima)

Figura 9 – Proposta de Cristino da Silva para o Estádio Nacional (à esquerda, em baixo)

Figura 10 – Proposta de Jorge Segurado para o Estádio Nacional (à direita)

Em 10 de Janeiro de 1935 foi autorizada a empreitada no Vale do Jamor, pelo que, no ano seguinte começam a ser expropriados terrenos, apesar de não se encontrar concluída a definição do projecto, uma vez que nenhuma das três propostas oferecia as qualidades desejáveis ao plano programático definido.

É neste contexto que, em 1937, Francisco Caldeira Cabral, à época estudante de Arquitectura Paisagista, em Berlim, é contactado por José Belard da Fonseca, director da Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos (SETH), convidando-o a colaborar no importante projecto que tinha em mãos<sup>46</sup>. Imediatamente, numa primeira reunião e visita ao Vale do Jamor, Caldeira Cabral recebe o Plano Geral executado por Jorge Segurado a partir do qual deverá trabalhar para encontrar uma solução mais favorável.

<sup>46</sup> ANDRESEN, Teresa in TOSTÕES, Ana [et al.] – **Do Estádio Nacional ao Jardim da Gulbenkian**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. P. 31.

O jovem arquitecto paisagista começa por fazer uma leitura do local à luz dos conhecimentos adquiridos na Alemanha, e que lhe permite gerar considerações sobre três factores fundamentais na génese de qualquer projecto: topografia, ventos e solos<sup>47</sup>

“Deverá o Estádio de Lisboa a construir no Vale do Jamor, ter o carácter de um parque dentro do qual estarão situados os vários edifícios e campos de jogos por forma a que os que o frequentarem ao mesmo tempo que executam ou se associam a exercícios se sintam em contacto com a vida da natureza através da vegetação do parque. Além desta razão fundamental a favor da criação de uma zona de vegetação em torno do Estádio outras se poderiam aduzir como protecção contra o vento, ensombramento, etc.”<sup>48</sup>

Após observação da proposta desenvolvida por Jorge Segurado, Caldeira Cabral exerce fortes críticas relativas não somente à implantação do Estádio de Honra, como também à orientação dos eixos principais e à escala dos mesmos.

“Dentro do conjunto da planta esta avenida, de proporções monumentais, não tem função que esteja de acordo com a sua importância.”<sup>49</sup>

O empenho do estudante levou-o a tomar a iniciativa de sugerir uma nova proposta de ante-projecto que teria a colaboração de arquitectos experientes no desenho de estruturas desportivas semelhantes à que se pretendia, nomeadamente o arquitecto alemão Konrad Wiesner. A dupla foi surpreendida ao compreender que a Comissão mantinha interesse em prosseguir com a solução anteriormente aceite, produzida por Jorge Segurado, esperando de Caldeira Cabral apenas um projecto para o parque que a enquadrasse no contexto.

---

<sup>47</sup> ANDRESEN, Teresa in TOSTÕES, Ana [et al.] – **Do Estádio Nacional ao Jardim da Gulbenkian**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. P. 32.

<sup>48</sup> CABRAL, Francisco Caldeira cit. por ANDRESEN, Teresa in TOSTÕES, Ana [et al.] – **Do Estádio Nacional ao Jardim da Gulbenkian**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. P. 32.

<sup>49</sup> CABRAL, Francisco Caldeira cit. por ANDRESEN, Teresa in TOSTÕES, Ana [et al.] – **Do Estádio Nacional ao Jardim da Gulbenkian**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. P. 33.

Não satisfeito com o facto de a sua crítica ter sido ignorada, Caldeira Cabral terá avançado com a sua proposta, demonstrando que, para além da capacidade de análise e detecção de problemas, possuía também meios para os resolver e encontrar uma solução mais sensata.

“Espero, com esta proposta, poder provar à Comissão que as minhas palavras não representam apenas uma mera crítica, mas que, dentro das possibilidades existentes, também será possível remediar os erros.”<sup>50</sup>

Concluída a polémica análise crítica, Francisco Caldeira Cabral investe numa longa e fundamentada memória descritiva para corroborar a ideia de que o projecto previamente considerado não reunia as condições necessárias à intervenção que o Vale do Jamor merecia. A primeira grande divergência relativamente ao projecto de Segurado, consiste na escolha do local de implantação do Estádio de Honra. Se o primeiro planeava instalá-lo nos terrenos baixos do vale, em pleno leito de cheia, Caldeira Cabral propõe, por sua vez, que este venha coroar a encosta do Farol do Esteiro, deixando livre o vale e oferecendo aos espectadores um espectáculo não só desportivo como também visual<sup>51</sup>. Esta sugestão surge de um intensivo estudo sobre as características e vantagens do estádio grego, por oposição ao anfiteatro romano, totalmente encerrado sobre si próprio, e sem usufruto da paisagem que o acolhe<sup>52</sup>.

Ao longo de cerca de três anos, Caldeira Cabral e Wiesner estiveram envolvidos no projecto, tendo desenvolvido duas propostas consideravelmente distintas, apesar de ambas fundamentadas pelos mesmos princípios. A proposta inicial, implantava o Estádio de Honra no topo da colina do Esteiro, com abertura orientada a Sul (figura 11).

---

<sup>50</sup> CABRAL, Francisco Caldeira cit. por ANDRESEN, Teresa in TOSTÕES, Ana [et al.] – **Do Estádio Nacional ao Jardim da Gulbenkian**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. P. 34.

<sup>51</sup> ANDRESEN, Teresa in TOSTÕES, Ana [et al.] – **Do Estádio Nacional ao Jardim da Gulbenkian**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. P. 36.

<sup>52</sup> ANDRESEN, Teresa [et al.] – **O Estádio Nacional: Um paradigma na arquitectura do desporto e do lazer**. Oeiras: CMO, 2007. P. 18.

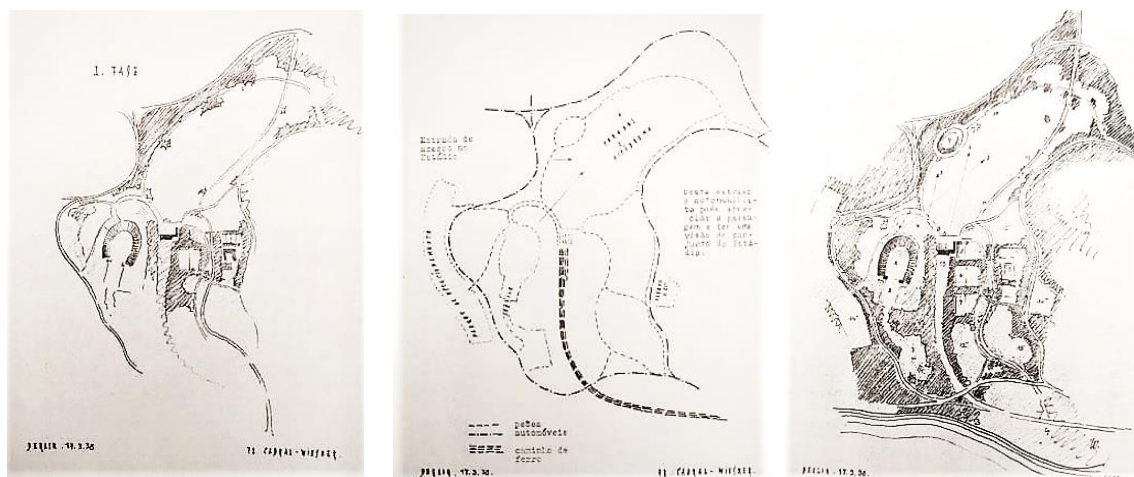


Figura 11 – Estudos de Caldeira Cabral e Wiesner sobre organização espacial do Vale do Jamor e sua acessibilidade por via férrea

Permanecem desconhecidas as motivações que levaram à alteração de planos por parte da Comissão, no entanto, em 10 de Setembro de 1938 terá sido concedido à dupla luso-alemã o cargo de desenvolvimento do novo projecto do Estádio Nacional<sup>53</sup>.

O atraso no processo de selecção dos autores reduziu para menos de dois anos o tempo disponível até à data prevista de inauguração, em 1940. Assim, Caldeira Cabral e Wiesner depararam-se com a árdua tarefa de produzir os documentos necessários para ante-projecto em apenas um mês, e sendo este aprovado, teriam também pouco tempo para produzir os desenhos do projecto definitivo<sup>54</sup>.

Urgia igualmente resolver-se a polémica expropriação dos terrenos necessários para o iminente início da empreitada. Para tal, Caldeira Cabral, entretanto retornado à Alemanha para concluir os estudos, envia a 26 de Novembro a planta dos limites definitivos do Estádio Nacional, para que a Comissão pudesse avançar com o referido processo de expropriação.

<sup>53</sup> GUIA, Diogo [et. al.] – **Jamor: o Palco Maior do Desporto Nacional**. 1ª Edição. Lisboa: INCM, MND, IPDJ, 2014. P. 351.

<sup>54</sup> ANDRESEN, Teresa in TOSTÕES, Ana [et al.] – **Do Estádio Nacional ao Jardim da Gulbenkian**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. P. 39.





Figura 12 – Plano Geral do Estádio Nacional

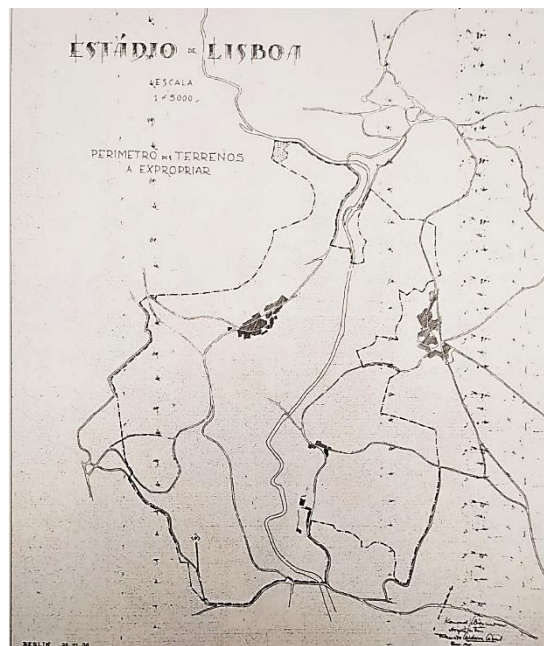


Figura 13 – Perímetro dos terrenos a expropriar: planta executada por Caldeira Cabral e Wiesner

Em 1938 preparavam-se já as grandes festividades de celebração da nação que ocorreriam em 1940, pelo que foi constituída a Comissão dos Centenários, em cujo programa se incluía, juntamente com a Exposição do Mundo Português, a construção do Estádio Nacional. No entanto, as constantes indefinições do projecto, as dificuldades de comunicação por correspondência e a situação tensa entre projectistas e a Comissão Coordenadora da empreitada<sup>55</sup>, levaram a que Duarte Pacheco – Ministro das Obras Públicas e grande impulsionador da construção do Estádio – convidasse Caldeira Cabral e Wiesner a afastarem-se do projecto<sup>56</sup>.

Já iniciadas as obras de construção, mas com a dupla de arquitectos afastada do projecto, tornou-se impossível o cumprimento do prazo inicialmente previsto para a grandiosa inauguração.

Os desentendimentos entre Caldeira Cabral e Duarte Pacheco levaram a que Miguel Jacobetty Rosa, arquitecto na Câmara Municipal de Lisboa, ficasse responsável por retomar a coordenação da arquitectura do Estádio Nacional. Assim, com base no projecto à macro-escala já desenvolvido, aprovado e em plena construção, Jacobetty Rosa terá desenhado e pormenorizado diversas estruturas que viriam a compor o Estádio Nacional

<sup>55</sup> ANDRESEN, Teresa [et al.] – **O Estádio Nacional: Um paradigma na arquitectura do desporto e do lazer**. Oeiras: CMO, 2007. P. 22.

<sup>56</sup> GUIA, Diogo [et. al.] – **Jamor: o Palco Maior do Desporto Nacional**. 1ª Edição. Lisboa: INCM, MND, IPDJ, 2014. P. 79.

enquanto conjunto<sup>57</sup>. Este conjunto arquitectónico seria caracterizado por uma arquitectura eclética, onde o poder e a grandiosidade característicos dos grandes regimes contemporâneos, que Salazar encarava como modelos, se cruzavam com a exaltação da “alma” portuguesa que vivera o seu expoente máximo na Exposição do Mundo Português, em 1940<sup>58</sup>.

A construção do Estádio viu-se fortemente prejudicada devido ao inesperado falecimento de Duarte Pacheco, em 1943, e fixando-se a data de inauguração do Estádio de Honra para dia 10 de Junho do ano seguinte, diversos projectos de Jacobetty Rosa acabaram por ficar retidos<sup>59</sup>.

Construiu-se a Estação Ferroviária, entretanto demolida, e ainda o Centro de Ténis e o Estádio de Honra.



Figura 14 – Estação Ferroviária do Estádio Nacional, de Miguel Jacobetty Rosa

A inauguração do Estádio, a 10 de Junho de 1944, beneficiou não só de um conjunto de outras obras públicas contemporâneas como também de numerosas tácticas de divulgação e gestão do evento a nível nacional. Vindos dos mais diversos pontos do país, chegavam a Lisboa autocarros que transportavam espectadores<sup>60</sup>. De seguida, estes tinham ao seu dispor uma linha de caminho-de-ferro Lisboa-Cascais com um ramal que os encaminharia directamente ao Estádio. As famílias que possuíam automóvel próprio, tinham a possibilidade de optar por um percurso ao longo do rio Tejo, fazendo uso da estrada Marginal, ou aceder ao Estádio por norte, dando utilidade à recente auto-estrada, actual A5.

---

<sup>57</sup> GUIA, Diogo [et. al.] – **Jamor: o Palco Maior do Desporto Nacional**. 1ª Edição. Lisboa: INCM, MND, IPDJ, 2014. P. 190.

<sup>58</sup> ANDRESEN, Teresa [et al.] – **O Estádio Nacional: Um paradigma na arquitectura do desporto e do lazer**. Oeiras: CMO, 2007. P. 48.

<sup>59</sup> GUIA, Diogo [et. al.] – **Jamor: o Palco Maior do Desporto Nacional**. 1ª Edição. Lisboa: INCM, MND, IPDJ, 2014. P. 190.

<sup>60</sup> GUIA, Diogo [et. al.] – **Jamor: o Palco Maior do Desporto Nacional**. 1ª Edição. Lisboa: INCM, MND, IPDJ, 2014. P. 224.



Figura 15 – Bilhete de entrada para Inauguração do Estádio Nacional

O evento contou com mais de 50 mil espectadores e cerca de 12 mil participantes, integrados em federações desportivas ou pertencentes à Mocidade Portuguesa. Os mais altos representantes do Estado, presidente do Conselho, os ministros e outras personalidades de relevo, foram acomodadas na Tribuna de Honra, da autoria de Miguel Jacobetty Rosa. A restante população preencheu as bancadas radiais do estádio<sup>61</sup>.

Foram lançados foguetes, cumpriu-se o alinhamento definido pela Comissão Organizadora da Inauguração, com desfiles de atletas das mais diversas modalidades e confrontos desportivos, cantou-se *A Portuguesa* e, aproveitando o sucesso da celebração e visibilidade do evento, foram declamados discursos de valorização da nação e do regime.

“[...] a inauguração do Estádio Nacional ultrapassa os limites de uma simples festa desportiva para atingir um significado mais alto e mais profundo. É que o Estádio, finalmente construído e vivido, é o documento monumental de que passou [...] a época das promessas que não se cumpriram [...]. A festa de inauguração do Estádio Nacional não é apenas, portanto a grande festa do Desporto nacional mas, acima de tudo, a apoteose do Portugal Novo, a confiança do dia de hoje e a certeza do dia de amanhã!”<sup>62</sup>

<sup>61</sup> GUIA, Diogo [et. al.] – **Jamor: o Palco Maior do Desporto Nacional**. 1ª Edição. Lisboa: INCM, MND, IPDJ, 2014. P. 241.

<sup>62</sup> GUIA, Diogo [et. al.] – **Jamor: o Palco Maior do Desporto Nacional**. 1ª Edição. Lisboa: INCM, MND, IPDJ, 2014. P. 235.



Terminada a inauguração da grande obra da década, o Estádio Nacional foi anfitrião de múltiplas provas desportivas importantes, mas o seu conjunto sofreu poucas transformações e tentativas de aproximação ao que teria sido o Plano Geral original. Enquanto crescia o projecto de florestação das encostas ao redor do rio Jamor, o território do vale, permanecia expectante e pouco trabalhado. Um ano depois da grande celebração, foi inaugurado o Campo de Ténis projectado por Miguel Jacobetty Rosa, e em 1953 surgiram as instalações destinadas ao Instituto Nacional de Educação Física.

Várias instalações construídas mudaram de função, por forma a responder às necessidades que surgiram, como foi o caso do edifício de balneários do Estádio de Honra que passou, em 1958, a acolher os serviços da Comissão Directora do Estádio Nacional<sup>63</sup>.

Nas duas décadas que se seguiram, foram inauguradas diversas estruturas como a Carreira de Tiro, mas este crescimento faseado e desordenado levou a que, em 1979, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais encomendasse um estudo dedicado aos aspectos paisagísticos, ocupação de solos e estrutura desportiva, com o intuito de criar um Plano de Ordenamento do Vale do Jamor<sup>64</sup>. Esta análise lançou alguns princípios segundo os quais se deveriam reger os projectos posteriores a desenvolver para o local, colocando em plano prioritário um maior equilíbrio entre zonas de desporto de recreação e zonas dedicadas ao alto rendimento, este último prejudicado pelo anterior. A Quinta da Graça surge igualmente como ponto fulcral a incluir na zona de ordenamento, e é ainda mencionada a necessidade de construção de uma piscina olímpica<sup>65</sup>.

Com base no anterior estudo, foi desenvolvido um novo Plano Geral para o, agora denominado, Complexo Desportivo do Jamor, a partir do qual se basearam todas as futuras intervenções no local, permitindo preservar o Vale do Jamor enquanto grande referência para a prática desportiva a nível nacional.

---

<sup>63</sup> GUIA, Diogo [et. al.] – **Jamor: o Palco Maior do Desporto Nacional**. 1ª Edição. Lisboa: INCM, MND, IPDJ, 2014. P. 352.

<sup>64</sup> Direcção Geral dos Desportos – **Complexo Desportivo do Jamor : Programa Gráfico 1992**. Lisboa: D. G. D., D.L., 1989. P. 22.

<sup>65</sup> Direcção Geral dos Desportos – **Complexo Desportivo do Jamor : Programa Gráfico 1992**. Lisboa: D. G. D., D.L., 1989. P. 23.

1 – Estádio de Honra: Relvado e Pista de Atletismo  
2 – Administração  
3 – Parques de Estacionamento  
4 – Praça da Maratona  
5 – Campos de Râguebi  
6 – Campos de Futebol  
7 – Zona de Recreação  
8 – Campo de Futebol  
9 – Tiro com Arco  
10 – Piscina  
11 – Campo de Futebol Pelado  
12 – Aterros  
13 – Antiga Estação da CP

14 – ISEF  
15 – Quinta da Graça  
16 – Viveiro do Falcão  
17 – Estacionamento de Eléctricos  
18 – Centro de Ténis  
19 – Centro de Estágio  
20 – Carreira de Tiro  
21 – Quinta das Biscoiteiras  
22 – Quinta do Balteiro  
23 – Pista de Corta Mato  
24 – Campo de Treino de Golfe  
25 – Fábrica Lusalite  
26 – Fermentos Holandeses  
27 – Viaduto do Caminho de Ferro



Figura 16 – Situação do Jamor em 1989

## situação actual

Actualmente, o Vale do Jamor acolhe o Centro Desportivo Nacional do Jamor que resulta da sobreposição e interacção entre diversos planos, uma vez que os projectos de Francisco Caldeira Cabral e de Miguel Jacobetty Rosa nunca foram concretizados na sua totalidade.

O complexo oferece uma multiplicidade de infra-estruturas para actividade física, tanto no interior como ao ar livre, adaptadas às mais recentes exigências de controlo de qualidade e apropriação às diversas modalidades desportivas.

O Estádio de Honra é constituído pelo campo de jogo em relva natural, uma pista de atletismo de oito corredores com 400m, zonas para salto em comprimento e triplo salto e uma vala para corrida de obstáculos. Estas instalações são diariamente utilizadas por atletas de alto rendimento bem como por atletas amadores e acolhem eventos desportivos de relevância nacional.



Figura 17 – Bancadas do Estádio Nacional. (Fotografia: Leonor Andrade, Setembro 2019)

Para além do estádio inaugurado em 1944, existem hoje seis outros relvados com medidas oficiais no recinto do complexo para a prática de futebol, râguebi e hóquei.

O CDNJ dispõe de um centro de treino de ténis com 35 campos onde se encontra sediado o Centro de Alto Rendimento desta modalidade. Os campos interiores em piso sintético e exteriores, em pó-de-tijolo ou betão poroso, podem ser usufruídos por praticantes federados ou amadores, e as competições principais ocorrem no campo central. Supõe-se que este campo terá sido construído sobre a Quinta do Rodízio, onde anteriormente habitou Almeida Garrett, e que também aqui perto se encontraria a ponte de 1608, semelhante à que ainda hoje existe junto à foz do Jamor.

O estádio e o campo de ténis são actualmente as duas grandes obras construídas que fazem referência ao plano original que o arquitecto Miguel Jacobetty Rosa previu para o Vale do Jamor.



Figura 18 – Campo Central de Ténis. (Fotografia: Leonor Andrade, Setembro 2019)



Em 1989, o Ministério da Educação e Cultura, promove um novo projecto de intervenção e expansão para centro desportivo, para o qual foi constituída uma comissão composta por elementos dos vários ministérios envolvidos<sup>66</sup>. Deste plano, com previsão de conclusão para 1992, surgem projectos de diversas outras infra-estruturas que actualmente formam o CDNJ, não tendo, no entanto, sido cumpridos os prazos inicialmente propostos.

O complexo de piscinas, construído no local da antiga estação ferroviária, foi inaugurado a 22 de Julho de 1998 e representa a primeira instalação coberta com possibilidade de acolher provas de todas as disciplinas da natação em Portugal. Possui um tanque olímpico e um outro de 25m com fundo amovível, permitindo a prática da modalidade de saltos para a água. Para tal, o complexo possui ainda uma torre de saltos com as diferentes altitudes regulamentares. As restantes modalidades aquáticas são executadas na pista de actividades náuticas, que consiste num plano de água exterior com cerca de 12 mil m<sup>2</sup>, integrado no parque urbano do Jamor. A execução desta pista envolveu a alteração do leito do rio Jamor, junto à sua foz<sup>67</sup>.



Figura 19 – Pista de Actividades Náuticas do CDNJ. (Fotografia: Leonor Andrade, Novembro 2020)

---

<sup>66</sup> Direcção Geral dos Desportos – **Complexo Desportivo do Jamor : Programa Gráfico 1992**. Lisboa: D. G. D., D.L., 1989. P. V.

<sup>67</sup> CDNJ – História [Em linha]. [Consult. Outubro 2020]. Disponível na internet: <URL: <https://jamor.ipdj.pt/index.php?lang=pt&s=white&pid=108&title=historia> >.

Na mesma data, foram inauguradas as instalações para a prática de Crosse que ainda hoje se encontram disponíveis.

No local onde se havia previsto a construção de um hipódromo<sup>68</sup>, implanta-se actualmente o Centro Nacional de Formação de Golfe, onde se pode praticar a modalidade em formato “Jogo Curto”, ou aceder ao processo de formação disponibilizado<sup>69</sup>. Outras modalidades de prática no exterior, como a escalada, o ginásio ao ar livre ou o mini-golfe, foram implantadas em espaços intersticiais, aumentando assim a versatilidade da oferta do CDNJ e diversificando a paisagem do seu território.



Figura 20 – Campos de mini golfe do CDNJ. (Fotografia: Leonor Andrade, Novembro 2020)

A pista de treino de atletismo, maioritariamente utilizada por atletas federados ou de alto rendimento, encontra-se aproximadamente no local que originalmente Francisco Caldeira Cabral havia destinado ao efeito, apesar de esta só ter vindo a ser contruída já no actual século.

A multiplicidade de modalidades acolhidas no CDNJ actualmente pode ser sintetizada na seguinte planta:

---

<sup>68</sup> Direcção Geral dos Desportos – **Complexo Desportivo do Jamor : Programa Gráfico 1992**. Lisboa: D. G. D., D.L., 1989. P. 20.

<sup>69</sup> CDNJ – Centro Nacional de Formação de Golfe [Em linha]. [Consult. Outubro 2020]. Disponível na internet: <URL: [https://jamor.ipdj.pt/index.php?lang=pt&s=white&pid=15&title=centro\\_nacional\\_de\\_formacao\\_de\\_golfe&ppid=1](https://jamor.ipdj.pt/index.php?lang=pt&s=white&pid=15&title=centro_nacional_de_formacao_de_golfe&ppid=1) >.

- 1 – Estádio de Honra: Futebol e atletismo
- 2 – Centro de Ténis
- 3 – Complexo de Piscinas
- 4 – Centro de treino de Râguebi
- 5 – Centro de treino de Atletismo
- 6 – Centro Nacional de Formação de Golfe
- 7 – Crosse
- 8 – Canoagem
- 9 – Hóquei
- 10 – Carreira de Tiro
- 11 – Mini-Golfe
- 12 – Tiro com Arco
- 13 – BTT
- 14 – Parque Aventura
- 15 – Parede de Escalada
- 16 – Ginásio ao ar livre





Figura 21 – Organização espacial do CDNJ: modalidades

## eixo verde-azul

A implementação de um parque urbano no Vale do Jamor teve, desde a sua génese, a intenção de oferecer um local de passeio em contacto com a natureza, como forma de combater a sedentarização da comum vida citadina pouco saudável.

Os diferentes planos programáticos do CDNJ foram, ao longo de décadas, metamorfoseando o Vale do Jamor no sentido de se aproximarem desta vontade inicial, ao mesmo tempo que expandiam as suas valências ao nível desportivo.

Observando este espaço como uma oportunidade, os municípios de Oeiras, Sintra e Amadora assinaram, em 2016, o contrato que viria a originar um novo projecto – Eixo Verde-Azul – focado em requalificar a bacia hidrográfica do rio Jamor, repartida pelo território dos três concelhos. Assim, seguindo a linha do curso de água, o projecto pretende gerar um corredor verde, pedonal e ciclável unificador dos diversos espaços verdes de lazer que igualmente constituem a proposta. Aproveitando o investimento, os municípios apontam também à recuperação do património ecológico da região, reforçando o controlo e manutenção da bio-diversidade e flora autóctone.

O primeiro troço do projecto, actualmente construído, une Algés a Carnaxide num passeio contínuo, sempre ladeado de um ambiente natural. Este é também o troço que atravessa o CDNJ e com quem convive, integrando-se no sistema de vias do local.





Figura 22 – Eixo Verde-Azul junto à Pista de Actividades Náuticas do CDNJ. (Fotografia: Leonor Andrade, Novembro 2020)



Figura 23 – Eixo Verde-Azul junto ao Centro de Canoagem do CDNJ. (Fotografia: Leonor Andrade, Novembro 2020)



Figura 24 – Eixo Verde-Azul junto ao Centro de Ténis do CDNJ. (Fotografia: Leonor Andrade, Novembro 2020)

## quintas de recreio

De acordo com os autores Aurora Carapinha e João Vieira Caldas, entende-se por Quinta de Recreio uma tipologia de edificações de ampla representatividade ao longo de toda a extensão do território português, que se disseminou maioritariamente a partir do século XVI, como reacção ao período dos Descobrimentos e ao conseqüente crescimento político, social e económico da cidade de Lisboa. A sua denominação está intimamente relacionada com a origem do seu surgimento, uma vez que, desde a idade média, a quinta é uma estrutura integrada de habitação e actividade rural, onde os camponeses e agricultores habitam e subsistem do trabalho da terra<sup>70</sup>.

No momento da Reconquista, o território português foi repartido por elementos da Coroa, Clero e Nobreza, e assim, a gestão das quintas ficou à responsabilidade de senhorios sem nenhum conhecimento sobre o trabalho agrícola. Faziam uso de trabalho gratuito dos camponeses com saber e experiência, para manter activa a função económica da propriedade, mas se, à partida, estes locais representavam exclusivamente espaços de produção e alojamento dos trabalhadores, com a alteração de proprietários as quintas ganharam uma nova utilidade – a de fruição e recreio – que vem assim complementar a denominação da tipologia<sup>71</sup>.

O surgimento das ideologias renascentistas promoveu, nos países da Europa, um grande desenvolvimento destas novas habitações, coincidentes com uma nova forma de pensar e de viver destas classes. O caso português, que graças à riqueza efémera resultante das descobertas acompanhou esta mudança de paradigma na alta sociedade, a partir de 1578 entrou num período de instabilidade política devido à ocupação Filipina, que tornou pouco propícia a construção e vivência de locais de recreio. As quintas que haviam pertencido aos nobres, altos funcionários e regressados da Índia, foram sucessivamente deixadas à gestão das comunidades camponesas que as trabalhavam e habitavam permanentemente. A ideia da fruição da quinta deixou de se adequar ao contexto de conflito que o país atravessava, e só após a Restauração da Independência e o tratado de paz de 1668, voltou a surgir a oportunidade de, como forma de festejo desta mesma reconquista, construir ou modificar as Quintas de Recreio que permitiam a qualidade de

---

<sup>70</sup> CARAPINHA, Aurora – **Da Essência do Jardim Português**, Vol. 1. Évora: Universidade de Évora, 1995. Tese doutoramento. P. 191.

<sup>71</sup> CARAPINHA, Aurora – **Da Essência do Jardim Português**, Vol. 1. Évora: Universidade de Évora, 1995. Tese doutoramento. P. 192.

vida a que aspiravam os nobres senhorios, elementos da corte ou membros da alta sociedade<sup>72</sup>.

Esta palavra, “quinta”, abundantemente usada em exemplos descritivos do território português, distancia-se de toponímias equivalentes como o “château” francês ou a “villa” italiana, que, segundo viajantes estrangeiros, não abarcavam as particularidades espaciais que aqui encontravam<sup>73</sup>.

“He afterwards proposed accompanying us about half-a-mile farther to the *quinta* of Marvila, which belongs to his father. This spot has great picturesque beauties. The trees are old and fantastic, bending over ruined fountains...”<sup>74</sup>

Este novo estilo de vida que assentava numa dualidade entre a agitação laboral, doentia e frenética da grande capital e as potencialidades revitalizantes da experiência rural foi consequência da ascensão de correntes humanistas na literatura europeia que disseminara pelas classes mais favorecidas a memória dos cenários idílicos dos grandes autores clássicos, devolvendo valor à vivência campestre numa paisagem agora adaptada ao desejo de quem a ocupa, por oposição à experiência de uma ruralidade imaculada<sup>75</sup>.

“Os escritos dos humanistas retomam a paisagem ideal da literatura antiga e cantam a vida rústica, mas honrada e livre dos pastores, enquadrada pelas sombras frescas dos pinheiros, dos loureiros e dos ciprestes, pelos prados floridos, pelo murmúrio dos ribeiros, das frescas fontes e pelo canto dos rouxinóis.”<sup>76</sup>

---

<sup>72</sup> STOOP, Anne de, BESSA, A. Moura (coord.) – **Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa**. Barcelos: Livraria Civilização, 1986. P. 13.

<sup>73</sup> CALDAS, João Vieira – **A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII**. 2ª Edição. Porto: FAUP, 1999. P. 34.

<sup>74</sup> BECKFORD, William. **Italy: with sketches of Spain and Portugal**, Vol. 2. Londres: Richard Bentley, New Burlington Street, 1834. P. 90.

<sup>75</sup> CARAPINHA, Aurora – **Da Essência do Jardim Português**, Vol. 1. Évora: Universidade de Évora, 1995. Tese doutoramento. P. 193.

<sup>76</sup> CARAPINHA, Aurora – **Da Essência do Jardim Português**, Vol. 1. Évora: Universidade de Évora, 1995. Tese doutoramento. P. 193.

Encontra-se então uma divergência entre esta tipologia da Quinta de Recreio e outras tipologias características da paisagem portuguesa, como sendo o casal saloio – pequena habitação dos arredores de Lisboa, com reduzidas porções de terreno para exploração agrícola – ou a herdade – propriedade de grandes dimensões muito comum nas regiões do Alentejo e Ribatejo<sup>77</sup>. Se por um lado, a já referida renovação cultural humanista influenciou fortemente o modo de vida e ocupação da alta sociedade, proprietária das quintas, por outro, a riqueza obtida através das descobertas portuguesas permitiu a transformação arquitectónica das anteriores construções precárias e meramente funcionais das unidades agrárias que serviam e que não possuíam os “requisitos de conforto<sup>78</sup>” considerados necessários à sua habitabilidade e fruição. Assim, a qualidade formal e arquitectónica destas reconstruções ou melhoramentos ficou dependente não apenas dos desejos do novo senhorio, como também dos arquitectos – geralmente anónimos – dos construtores e dos costumes locais<sup>79</sup>.

Estas quintas representavam para os seus proprietários um lugar de estadias curtas que intercalavam com o quotidiano nas cidades, onde geralmente se localizavam as suas residências principais. Assim, a distância da quinta à cidade não era uma característica aleatória, mas sim uma opção estratégica a nível de rentabilidade da quinta. O seu importante papel ao nível da actividade agrícola tornava-se vantajoso graças à facilidade com que os produtos chegavam à cidade para serem comercializados, e eventualmente até exportados para a Europa. A distância era então um factor de distinção entre as propriedades, que podiam ser consideradas como parcialmente urbanas ou rurais. Esta distinção não resultava numa divergência a nível arquitectónico ou paisagístico, mas apenas na frequência com que eram visitadas pelos seus proprietários.

“As quintas mais próximas caracterizavam-se apenas por permitirem aos seus habitantes desempenhar as suas funções citadinas e voltarem a casa ao fim da tarde para gozar o

---

<sup>77</sup> CALDAS, João Vieira – **A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII**. 2ª Edição. Porto: FAUP, 1999. P. 34.

<sup>78</sup> CARAPINHA, Aurora – **Da Essência do Jardim Português**, Vol. 1. Évora: Universidade de Évora, 1995. Tese doutoramento. P. 193.

<sup>79</sup> PIRES, Amílcar de Gil e – **A Quinta de Recreio em Portugal: Vilegiatura, Lugar e Arquitectura**. Sintra: Caleidoscópio, 2013. P. 269.

crepúsculo e as brisas do rio sentados nas varandas ou terraços.”<sup>80</sup>

A relação de dependência económica entre as propriedades agrícolas e as cidades começou por se fazer sentir em Lisboa, principal centro de trocas comerciais e onde mais rapidamente se fez sentir a agitação e sujidade da vida mercantil e urbana, surgindo assim um elevado número de quintas de recreio nos arredores da capital<sup>81</sup> mas este interesse expandiu-se sucessivamente ao longo do país, gerando diversos sistemas socio-económicos, onde as cidades – Guarda, Viseu, Leiria, Évora, Sintra, entre outras – eram polos geradores e centralizadores ao redor dos quais se implantavam as quintas de recreio como satélites que dependiam da conexão à urbanização para, por um lado, gerar a riqueza que as mantinha, e por outro, permitir a fácil acessibilidade dos proprietários que usufruíam delas para seu descanso e lazer, função esta inerente ao próprio conceito de Quinta de Recreio.

“Conceptualmente, não existe por si só, mas em contraponto à vida cidadina.”<sup>82</sup>

Como referido anteriormente, a materialização arquitectónica das numerosas quintas surgia do trabalho de arquitectos geralmente anónimos que, juntamente com os construtores locais desenvolviam as acções de melhoramento das habitações antigas, ou construção de novas arquitecturas, de forma a suprir os desejos do proprietário. Apesar da influência da habitação muçulmana, mas também da “villa” italiana, não existia uma estrutura fixa de organização espacial. Assim, a característica definidora da tipologia prende-se acima de tudo com questões programáticas.

“A Quinta de Recreio é um todo organizado: mata, edifício, horto de recreio, pomar/horta. É um lugar versátil, onde recreio

---

<sup>80</sup> CALDAS, João Vieira – **A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII**. 2ª Edição. Porto: FAUP, 1999. P. 35.

<sup>81</sup> CARAPINHA, Aurora – **Da Essência do Jardim Português**, Vol. 1. Évora: Universidade de Évora, 1995. Tese doutoramento. P. 194.

<sup>82</sup> CARAPINHA, Aurora – **Da Essência do Jardim Português**, Vol. 1. Évora: Universidade de Évora, 1995. Tese doutoramento. P. 198.

e produção compartilham o mesmo espaço, invadindo-se mutuamente, estabelecendo relações formais e funcionais.”<sup>83</sup>

Os elementos que compõem o complexo da Quinta de Recreio podem ser identificados sistematicamente nos numerosos exemplares desta tipologia que pontuam o território português. As relações espaciais entre eles não seguem uma fórmula única, sendo apesar disso possível reunir algumas características mais frequentes em determinadas zonas. A título de exemplo, o território dos arredores de Lisboa reúne uma grande densidade de quintas que, em tempos, pertenceram a elementos da corte, maioritariamente sediada na capital. Assim, encontra-se nelas uma dualidade de realidades – a “popular” e a “erudita”. Por um lado, a região de Lisboa era marcada por uma arquitectura saloia, de origem popular e com intuito meramente habitacional, que sofreu um período de estagnação durante a ocupação espanhola. Por outro, dada a sua proximidade à capital, às classes mais abastadas, culturalmente actualizadas com as correntes de pensamento dos países da Europa, e que facilmente se permitiam recorrer a arquitectos e engenheiros, os trabalhos de remodelação e reconstrução das quintas eram executados de forma mais informada, cuidada e ambiciosa<sup>84</sup>.

“A casa do Cavaleiro em Corinde era uma edificação dos fins do século XVIII, sem elegância e sem arte, pintada de amarelo, lisa e vasta, catorze janelas de frente, quase ao meio duma quinta chã, toda de terras lavradas. Mas uma avenida de castanheiros conduzia, com alinhada nobreza, ao pátio da frente, ornada por dois tanques de mármore.”<sup>85</sup>

A Quinta de Recreio é então constituída por uma multiplicidade de espaços interiores e exteriores, delimitados total ou parcialmente por estruturas muradas, que lhe confere as

---

<sup>83</sup> CARAPINHA, Aurora – **Da Essência do Jardim Português**, Vol. 1. Évora: Universidade de Évora, 1995. Tese doutoramento. P. 23.

<sup>84</sup> CALDAS, João Vieira – **A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII**. 2ª Edição. Porto: FAUP, 1999. P. 143.

<sup>85</sup> **Obras de Eça de Queiroz : A Ilustre Casa de Ramires**. Volume 1. Porto: Lello & Irmão Editores, [?]. P. 1273.



características da tipologia: o edificado habitacional, o horto de recreio, o pátio, a horta/pomar, a mata e as construções secundárias de apoio à exploração agrícola.

A casa, residência principal ou secundária do proprietário, é o elemento centralizador e de maior importância na quinta, e a análise da sua arquitectura, qualidade construtiva e materialidade permite uma leitura do contexto social em que se insere. Contrariamente à grande maioria das casas populares da região saloia e sul de Portugal, esta organiza-se em dois pisos, sendo o superior considerado o piso nobre, local onde é feita a chegada e recepção, em circunstâncias sociais de maior relevância. Geralmente precedida por um pátio de honra ou um terreiro que se associa geometricamente à organização espacial do edifício, a Sala de Entrada ou “Casa de Fora” é a divisão a que se acede e primeiro lugar, pelo que tende a apresentar qualidades arquitectónicas, espaciais e decorativas representativas do estatuto socioeconómico do proprietário. Por influência da arquitectura popular, os compartimentos não têm a si atribuída uma função específica, com excepção da Cozinha e deste compartimento de chegada, o único a que realmente se pode chamar Sala<sup>86</sup>. As restantes divisões servem alternada e simultaneamente como locais de permanência, repouso, trabalhos domésticos, podendo assumir a função de escritório, ou espaço para dormir<sup>87</sup>.

O acesso a esta “Casa de Fora” é feito por uma escadaria exterior, frequentemente em lanços duplos<sup>88</sup>, que pode relacionar-se com o corpo habitacional de maneiras distintas em função não só da sua época e localização, mas também das posses do proprietário. Nas Quintas de Recreio dos arredores de Lisboa, o tratamento da fachada principal não é executado da maneira premeditada e ostensiva, como o é no “château” ou na “villa”<sup>89</sup>. Assim, a escadaria exterior não tem de obedecer a uma racionalidade ou simetria, e a sua justaposição ao edifício varia em função dos desnivelamentos do terreno e da organização geral da quinta e da casa.

Um elemento característico, apesar de nem sempre presente e não definidor da tipologia da Quinta de Recreio, é a capela. Localizada no limite da propriedade, anexa à

---

<sup>86</sup> PIRES, Amílcar de Gil e – **A Quinta de Recreio em Portugal: Vilegiatura, Lugar e Arquitectura**. Sintra: Caleidoscópico, 2013. P. 272.

<sup>87</sup> CALDAS, João Vieira – **A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII**. 2ª Edição. Porto: FAUP, 1999. P. 68.

<sup>88</sup> STOOP, Anne de, BESSA, A. Moura (coord.) – **Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa**. Barcelos: Livraria Civilização, 1986. P. 16.

<sup>89</sup> CALDAS, João Vieira – **A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII**. 2ª Edição. Porto: FAUP, 1999. P. 86.

fachada ou na “Sala de Fora”, esta denuncia uma vivência harmoniosa entre a comunidade, o quotidiano e a religião<sup>90</sup>.

No interior, a passagem de um compartimento para o outro é feita de forma directa, sem a necessidade de percorrer um corredor. Em casas mais abastadas, estes podem existir por motivos de ordem pragmática e funcional, mas apresentam reduzidas dimensões e não devem ser percorridos por convidados. O momento de refeição não ocorre num local que lhe é especificamente dedicado, sendo escolhido o compartimento em concordância com o grau de intimidade ou importância que a ocasião solicitava<sup>91</sup>. Só em construções mais tardias, a partir do final do século XVIII, surge no contexto da alta sociedade a Casa de Jantar enquanto espaço exclusivamente destinado às refeições. A Cozinha, que, como referido anteriormente, é o único compartimento cuja localização é premeditada e fixa, surge na Quinta de Recreio como uma herança da arquitectura popular. Localizada no piso térreo, é o lugar mais importante da habitação, tanto a nível funcional como vivencial<sup>92</sup>.

A organização espacial do exterior da Quinta de Recreio é também uma marca que a diferencia da quinta rústica, meramente direccionada à produção agrícola. Os factores do lazer e deleite obrigam a uma diversidade programática que se organiza espacialmente ao longo da propriedade de forma premeditada e geralmente geometrizada, circunscrita numa propriedade delimitada, total ou parcialmente murada.

Para subsistência e manutenção da quinta, a produção de excedentes é uma fonte de rendimento que interessa preservar, pelo que o Pomar e a Horta são elementos sempre presentes, ocupando grande parte do solo disponível, preferencialmente nas zonas de menor declive<sup>93</sup>. O trabalho da terra não é executado pelo proprietário, por não possuir conhecimentos e experiência nessa área, mas sim por camponeses e lavradores contratados para a tarefa. As espécies produzidas variam sazonalmente e em função das condições geográficas e edafoclimáticas do local<sup>94</sup>.

---

<sup>90</sup> STOOP, Anne de, BESSA, A. Moura (coord.) – **Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa**. Barcelos: Livraria Civilização, 1986. P. 16.

<sup>91</sup> CALDAS, João Vieira – **A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII**. 2ª Edição. Porto: FAUP, 1999. P. 71.

<sup>92</sup> PIRES, Amílcar de Gil e – **A Quinta de Recreio em Portugal : Vilegiatura, Lugar e Arquitectura**. Sintra: Caleidoscópio, 2013. P. 274.

<sup>93</sup> COSTA, Luís Filipe – **Há Só uma Terra : As Cheias de 1967**. [Registo vídeo]. [Em linha]. Lisboa: Arquivo RTP, 1973. Programa documental. (28min). Preto e branco. Disponível na internet: <URL: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/as-cheias-de-1967/> >.

<sup>94</sup> CARAPINHA, Aurora – **Da Essência do Jardim Português**, Vol. 1. Évora: Universidade de Évora, 1995. Tese doutoramento. P. 207.

A Mata representa igualmente uma grande porção da área da propriedade, e é preservada praticamente sem necessitar de intervenção. Situada nas zonas de maior declive do terreno, o seu valor surge graças às qualidades que oferece ao nível da auto-suficiência da quinta e do controlo da drenagem das águas pluviais<sup>95</sup>. Se por um lado assegura uma renovação constante e assim a fertilidade dos solos, por outro, aumenta a permeabilidade da terra permitindo uma maior infiltração da água proveniente das chuvas. Uma terceira vantagem da mata é a sua propriedade climatizadora, que oferece sombra à propriedade e abriga-a de ventos indesejáveis à produção agrícola e às actividades de lazer<sup>96</sup>.

O Horto de Recreio, denominação ancestral do actual Jardim, localiza-se nas imediações da habitação do proprietário, permitindo que das varandas ou “loggias” se estabeleçam relações visuais e olfativas com os canteiros cuidadosamente desenhados, com variedades de flores e plantas aromáticas. Numa retícula geometrizada, geralmente estruturada por ângulos rectos, os espaços de plantação e de percurso encontram-se claramente demarcados através de muretes ou sebes, e pontualmente surgem entre eles outros elementos como tanques, fontes ou pérgolas, que se inserem funcionalmente no sistema do horto, mas fundamentalmente geram a ambiência de fruição característica destes lugares<sup>97</sup>. A existência de elementos como fontes e tanques pressupõe a constante utilização de água, pelo que frequentemente se encontra uma ou diversas noras na propriedade da Quinta.

Os vários constituintes do espaço exterior da Quinta de Recreio trabalham autonomamente, geram diversidade de funções e complementaridades vivenciais de uma forma regradada, mas orgânica, onde o ambiente de vilegiatura não se restringe rigidamente à área do horto de recreio. Segundo Aurora Carapinha, esta característica está na génese do Jardim Português<sup>98</sup>.

---

<sup>95</sup> COSTA, Luís Filipe – **Há Só uma Terra : As Cheias de 1967**. [Registo vídeo]. [Em linha]. Lisboa: Arquivo RTP, 1973. Programa documental. (28min). Preto e branco. Disponível na internet: <URL: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/as-cheias-de-1967/>>.

<sup>96</sup> CARAPINHA, Aurora – **Da Essência do Jardim Português**, Vol. 1. Évora: Universidade de Évora, 1995. Tese doutoramento. P. 208.

<sup>97</sup> PIRES, Amílcar de Gil e – **A Quinta de Recreio em Portugal: Vilegiatura, Lugar e Arquitectura**. Sintra: Caleidoscópio, 2013. P. 277.

<sup>98</sup> CARAPINHA, Aurora – **Da Essência do Jardim Português**, Vol. 1. Évora: Universidade de Évora, 1995. Tese doutoramento. P. 205.

## quinta do balteiro



Figura 25 – Quinta do Balteiro, vista aérea. (Fotografia: João Antunes, Julho 2020)

A Quinta do Balteiro surge no princípio do século XIX, presumivelmente construída sobre anteriores ruínas localizadas à beira do rio Jamor<sup>99</sup>. Pode encontrar-se um vestígio desta data de construção da quinta num dos pórticos ainda existentes mas parcialmente destruídos (figura 26). Ao centro, por cima dos desenhos decorativos em alto relevo, pode ler-se a primeira metade do ano de construção, tendo os restantes algarismos, necessários para uma datação mais precisa, caído com a destruição do reboco.



Figura 26 – Pórtico entre dois pátios na Quinta do Balteiro. (Fotografia: Leonor Andrade, Novembro 2020)

<sup>99</sup> FERREIRA, Raul Hestnes [et al.] – Adaptação da Quinta do Balteiro: Clube e Federação de Golfe (estudo prévio). P. 12.



O primeiro registo oficial da sua existência reporta a 1864, ano de redacção do testamento daquele que deu nome à quinta, sua propriedade, Manuel Annes Balteiro – provavelmente justificando o M que pode ler-se ao centro do pórtico. Este documento, testemunho do seu tempo, mostra a forma como a sociedade e as famílias interagiam em pleno século XIX, e de onde se pode deduzir o ambiente que caracterizava o Vale do Jamor: uma ecossistema gerado pelas várias propriedades agro-pecuárias e suas respectivas construções<sup>100</sup>; uma comunidade circunscrita ao território, onde a escala do ser humano prevalece; uma sociedade onde as funções advêm das necessidades, e que se equilibra por si só.

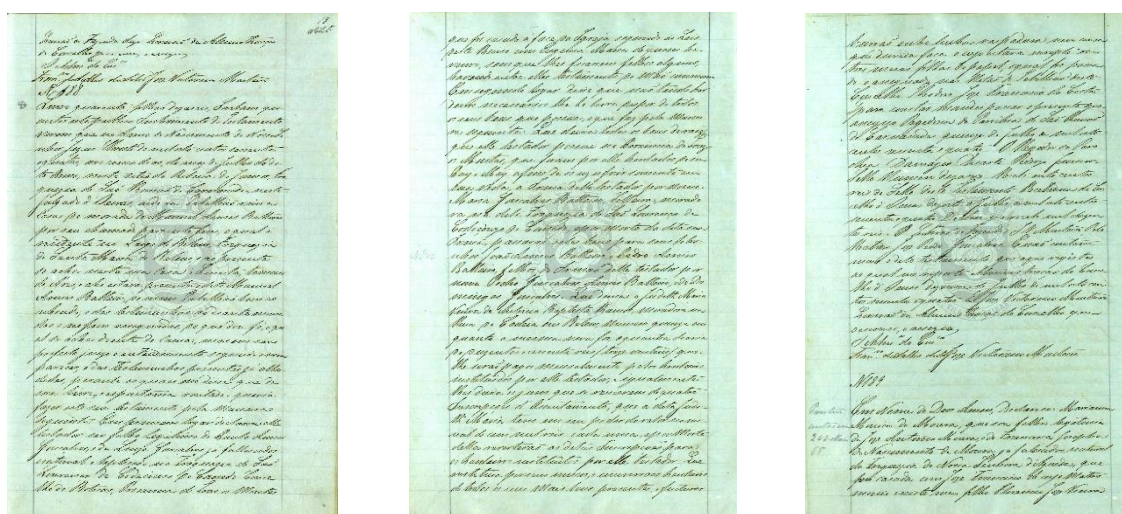


Figura 27 – Anexo C: Páginas do Testamento de Manuel Annes Balteiro, 1864

Graças à linguagem utilizada no testamento de Manuel Annes Balteiro e às condições que regeram o processo do seu falecimento, torna-se possível depreender questões sociais de época, como as relações familiares ou a forma esporádica como as quintas de recreio continuavam ainda, em 1864, a ser utilizadas pelos seus proprietários.

“... casa de morada de Manuel Annes Balteiro, ..., o qual é residente no Largo de Belém, Freguesia de Santa Maria de Belém, e ao presente se acha nesta sua Casa e Quinta, tomando Ares...”<sup>101</sup>

<sup>100</sup> MONTEIRO, Carlos Branquinho – **Ribeiras dos Concelhos de Oeiras e Cascais**. Oeiras: CMO, 1987. P. 27.

<sup>101</sup> Anexo C: Julgado d’Oeiras – **Testamento de Manuel Annes Balteiro** [Em linha]. Livro 8º de registo de testamentos do Concelho de Oeiras, 1864. [Consult. Novembro 2019]. Disponível na internet: <URL: <http://arquivo.cm-oeiras.pt/Result.aspx?id=142985&type=PCD> >.

Manuel Annes Balteiro, oriundo de Trás-os-Montes, ter-se-á instalado em Lisboa, provavelmente por motivos laborais, tendo como residência principal o Largo de Belém. Deslocava-se à sua propriedade junto a Linda-a-Velha em momentos de descanso, e para aproveitar o ar campestre que lhe proporcionava.

Cruzando a informação que fornece o referido testamento com diversos outros documentos de registo – certidões de baptismo<sup>102</sup> e casamento<sup>103</sup> – tornou-se possível compreender a genealogia da família Annes Balteiro e descodificar o parentesco dos nomes – Maria Domingas Balteiro e Paulo Annes Balteiro – que surgem na tabela de expropriações para a construção do Estádio Nacional.

Numeração do levantamento do Imp. Predial de Paris	Nome do Ex-proprietário	Numeração do levantamento da Direcção Geral dos Serviços Agrícolas
102	Augusto Irineu Gervata	210
103-103	Manuel António Rodrigues Loução	210, 204 e 202
104	Joaquim Fernal Segueira	209
105	Manuel António Rodrigues Loução	215
106	Manuel Ventura Vitorino	243
107	Maria da Graça Machado	247
108	Feliciana Ribeiro	227
109	Luís de Olive Leterino	206
110-110	Manuel Ventura Vitorino	220
111	Augusto Irineu Gervata	221
112	José Baptista	245
113	Maria da Graça Machado	244
114	Joaquim Fernal Segueira	207
115	José Baptista	248
117	Maria da Graça Machado	204
119	Jorge Verde	250 e 207
120	Henrique Francisco Raimundo	228
121	José Baptista	245
122	Jorge Verde	226
123	Henrique Francisco Raimundo	220
124	Manuel António Rodrigues Loução	221 e 202
126	Jorge Verde	20
127	Maria Domingas Balteiro	30
128	Maria José de Melo Campelo de Almeida	225
129	Jorge Verde	20
130	Elias de Costa Pinto	24
132	Manuel António Rodrigues Loução	24
133	Maria José de Melo Campelo de Almeida	220
134	Vicente de Carmoide	270
135	Paulo Annes Balteiro	274
137	Jorge Verde	22
138-138-138	Paulo Annes Balteiro	254 e 100
139	Henrique Francisco Raimundo	102 e 277 parte
144	Vicente de Carmoide	101
220	Pedro Pereira de Costa	20 parte

Maria Domingas Balteiro

Paulo Annes Balteiro

Figura 28 – Tabela de Expropriações para a construção do Estádio Nacional, 1936

<sup>102</sup> Livros de Registo de Baptismos, Arquivo Nacional Torre do Tombo [Em linha]. [Consult. Outubro 2020]. Disponível na internet: <URL: <https://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=4817456> >.

<sup>103</sup> Livros de Registo de Casamentos, Arquivo Nacional Torre do Tombo [Em linha]. [Consult. Outubro 2020]. Disponível na internet: <URL: <https://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=4817522> >.

Manuel Annes Balteiro, não tendo deixado descendência directa, levanta no seu testamento questões relacionadas com a herança, que lançam as primeiras pistas para a definição da genealogia da família: as propriedades na sua terra natal seriam deixadas à sua irmã, Maria Gonçalves Balteiro e os dois possíveis herdeiros das restantes posses, incluindo a Quinta à beira do Jamor, seriam os sobrinhos Pedro e João, mediante determinadas condicionantes. Pedro apenas mereceria a herança se aceitasse contrair matrimónio com a sobrinha da esposa de Manuel Annes Balteiro, Maria Joaquina. No caso de incumprimento desta premissa, o único herdeiro passaria a ser o sobrinho João<sup>104</sup>.

Assim, e após cruzados os dados dos diversos livros de registo, foi possível reconstituir até quatro gerações da família Balteiro:

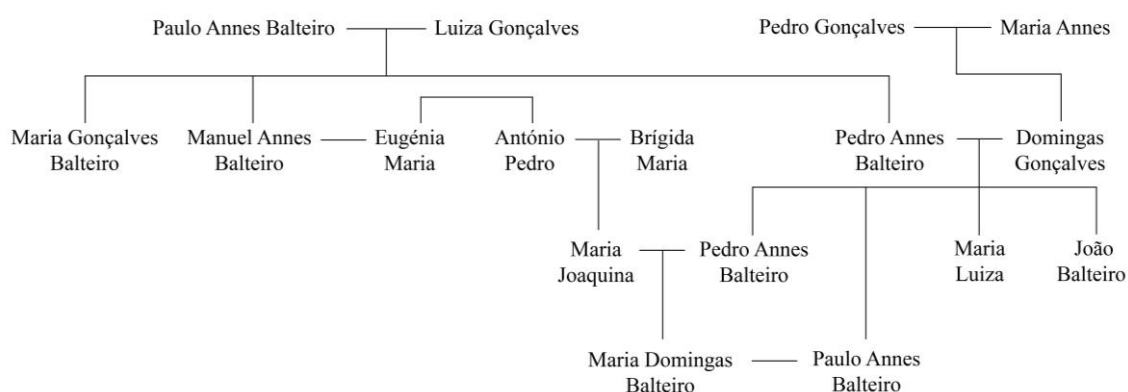


Figura 29 – Genealogia da família Annes Balteiro. Esquema: Leonor Andrade, 2020

São de notar alguns dados que a investigação e genealogia acima permitem deduzir relativamente à forma como seriam vividas as relações interpessoais e familiares ao longo do século XIX. Considerando as exigências de Manuel Annes Balteiro quanto à herança, reveladoras de um interesse em manter os bens materiais num círculo familiar fortemente restrito, pode reforçar-se esta depreensão ao notar-se as semelhanças de apelidos dos diferentes ramos familiares. Os relacionamentos consanguíneos eram comuns e frequentemente incentivados, e no caso da família Balteiro as gerações não definiam barreiras. Maria Domingas Balteiro esposa de Paulo Annes Balteiro, últimos proprietários da Quinta antes da expropriação, terão sido casados à luz da Igreja, apesar do seu parentesco de tio – sobrinha (figura 29).

<sup>104</sup> Anexo C: Julgado d’Oeiras – **Testamento de Manuel Annes Balteiro** [Em linha]. Livro 8º de registo de testamentos do Concelho de Oeiras, 1864. [Consult. Novembro 2019]. Disponível na internet: <URL: <http://arquivo.cm-oeiras.pt/Result.aspx?id=142985&type=PCD> >.



Figura 30 – Região do Vale do Jamor sobrevoada em 1934



Na década de 30 do século XX, o contexto da região da Cruz Quebrada, Linda-a-Velha e Linda-a-Pastora era ainda extremamente rural (figura 30), fazendo notar-se a presença de várias quintas com explorações agrícolas de dimensões consideráveis, valorizadas pela forte presença do rio Jamor.



Figura 31 – Postal: Antigo caminho de Linda-a-Velha, s/ data

Cerca de 1930, a propriedade outrora pertencente a Manuel Annes Balteiro, encerrada por muros a toda a volta, acolhia um complexo edificado que se desenvolvia em torno de dois pátios. A sua exploração agrícola consistia num extenso pomar fundamentalmente composto por citrinos. No interior do terreno murado situavam-se dois poços com noras, cada um associado a um tanque, permitindo assim o regadio das plantações. A planta desta data (figura 32) regista que o acesso se fazia pela encosta de Linda-a-Velha, não existindo qualquer via de separação entre o edificado e a nora adjacente ao rio Jamor.



Figura 32 – Planta da Quinta do Balteiro anterior a 1930

Aquando do início da construção do Estádio Nacional, em 1940, a Quinta do Balteiro deixou de servir a sua função recreativa e agrícola, tendo sido deixada ao serviço da empreitada. Passou a acolher construções efémeras para alojamento de trabalhadores do Estádio e respectivas famílias.

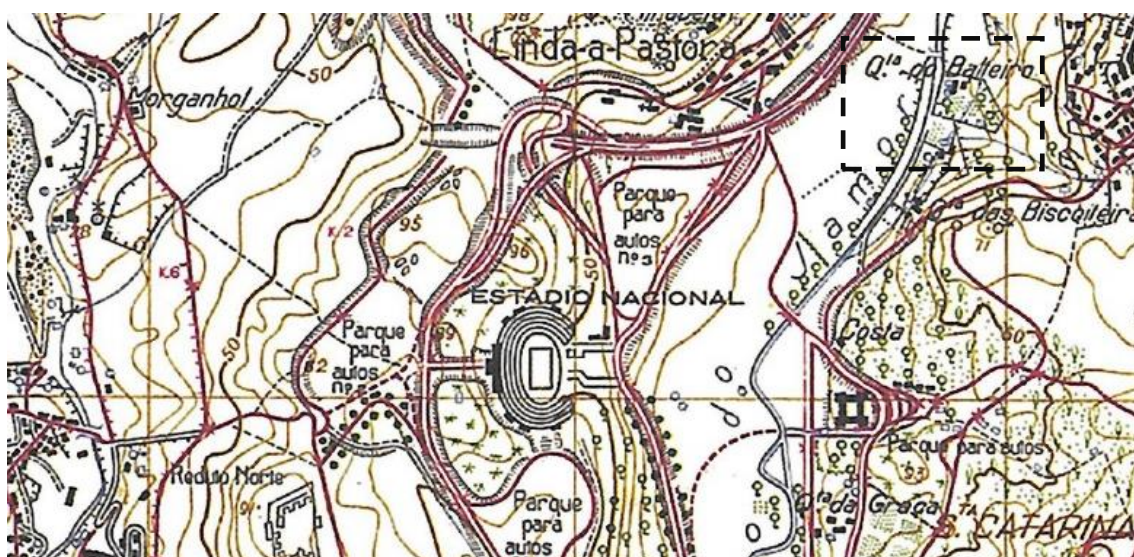


Figura 33 – Carta Militar de Portugal de 1942



Na carta militar anterior pode ver-se os limites bem definidos da Quinta do Balteiro, cercada por muros de alvenaria. No seu interior confirma-se a presença do complexo edificado, bem como o arvoredo apesar de não especificado e ainda os dois poços para regadio. Da mesma forma, podem ainda reconhecer-se os primeiros avanços na construção do complexo desportivo planeado: o estádio e o campo de ténis principal.

“As obras do Estádio metamorfosearam tudo. Estes terrenos baixos estão hoje aproveitados para campos de «football» e atletismo, para treinos e exibições de menor importância (...) e, na encosta do poente, (...), o monumento magno do Olimpismo, o nosso Estádio Nacional.”<sup>105</sup>

A planta do Concelho de Oeiras do Gabinete de Estudos Olissiponenses de Lisboa de 1948 oferece um maior detalhe sobre os limites da quinta à data, mostrando claramente a implantação dos edifícios e a presença dos dois poços. Esta planta evidencia novamente a relação entre a Quinta do Balteiro e a urbanização de Linda-a-Velha a partir da qual se acedia à propriedade.

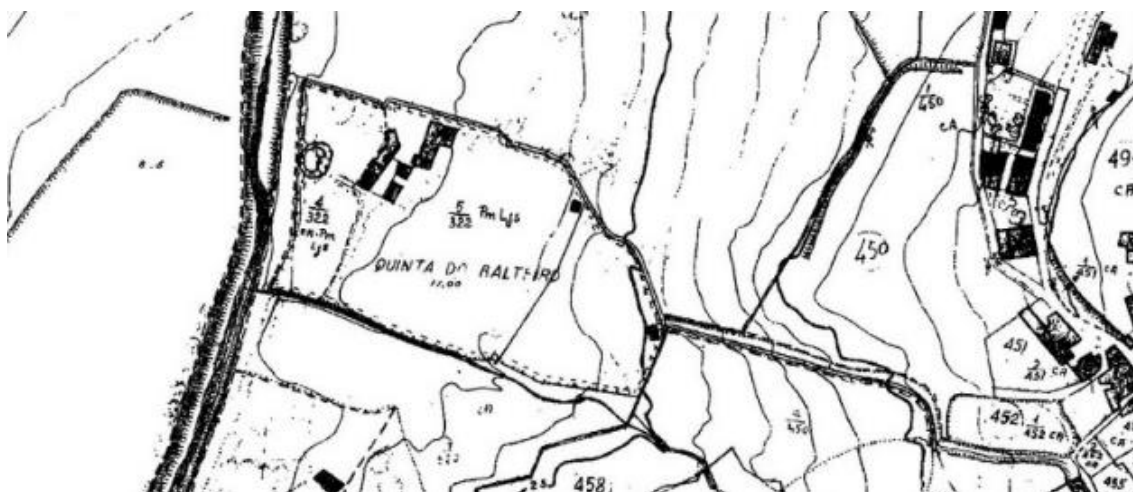


Figura 34 – Planta Gabinete de Estudos Olissiponenses de Lisboa de 1948

Com os avanços na construção do Estádio Nacional, mas também da auto-estrada A5 que delimitava a norte o seu território, as urbanizações adjacentes – Dafundo, Linda-a-Velha, Linda-a-Pastora – desenvolveram-se passando a poder caracterizar-se esta zona

<sup>105</sup> MONTEIRO, Gilberto – *O Sítio da Cruz Quebrada: Nótulas de Micro-História*. Lisboa: Tipografia Ibérica, 1964. P. 31.

como um arredor de Lisboa. O acesso por automóvel estava facilitado, o Estádio Nacional obtinha cada vez mais infra-estruturas passíveis de utilização, havia sido construído e inaugurado o Instituto Nacional de Educação Física, promovendo a vinda de estudantes para a zona, e assim se começava a apagar a memória do antigo ambiente veraneante e rural que se vivia neste vale.

“Diluíram-se na florestação as velhas quintas do Balteiro, do Rodízio; a de S. José nem sequer a terra e o local resistiram, tal foi a violenta obra das máquinas escavadoras, as «Bulldozers», quando da construção do Estádio.”<sup>106</sup>

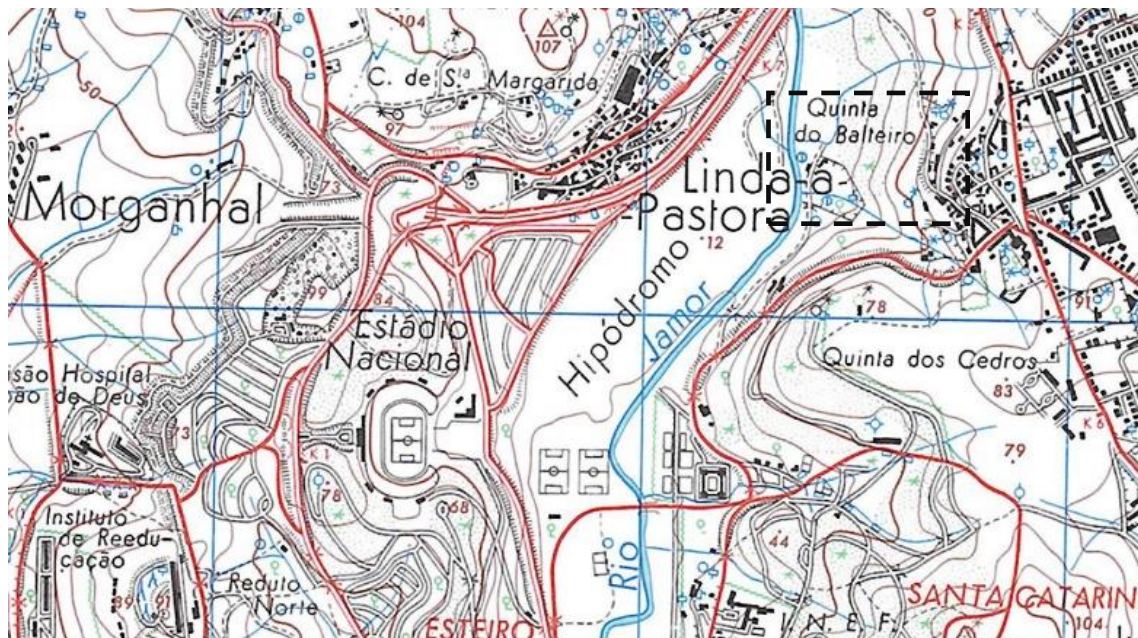


Figura 35 – Carta Militar de Portugal de 1970

Cercada pelos trabalhos de construção e expansão do Estádio Nacional, a Quinta do Balteiro assistiu a diversas modificações ao nível do território. Não apenas se destruíram várias outras quintas que pontuavam o vale para ali implantar a nova grande obra pública, mas também a própria morfologia do terreno sofreu alterações. Na sequência de diversos episódios de cheias, o leito do rio Jamor, bem como diversos outros rios e ribeiras nos

<sup>106</sup> MONTEIRO, Gilberto – *O Sítio da Cruz Quebrada: Nótulas de Micro-História*. Lisboa: Tipografia Ibérica, 1964. P. 30.

arredores de Lisboa, sofreu obras de regularização, alterando não só o seu percurso como as cotas das suas margens.



Figura 36 – Artigo de “O Século” 10 de Maio de 1973

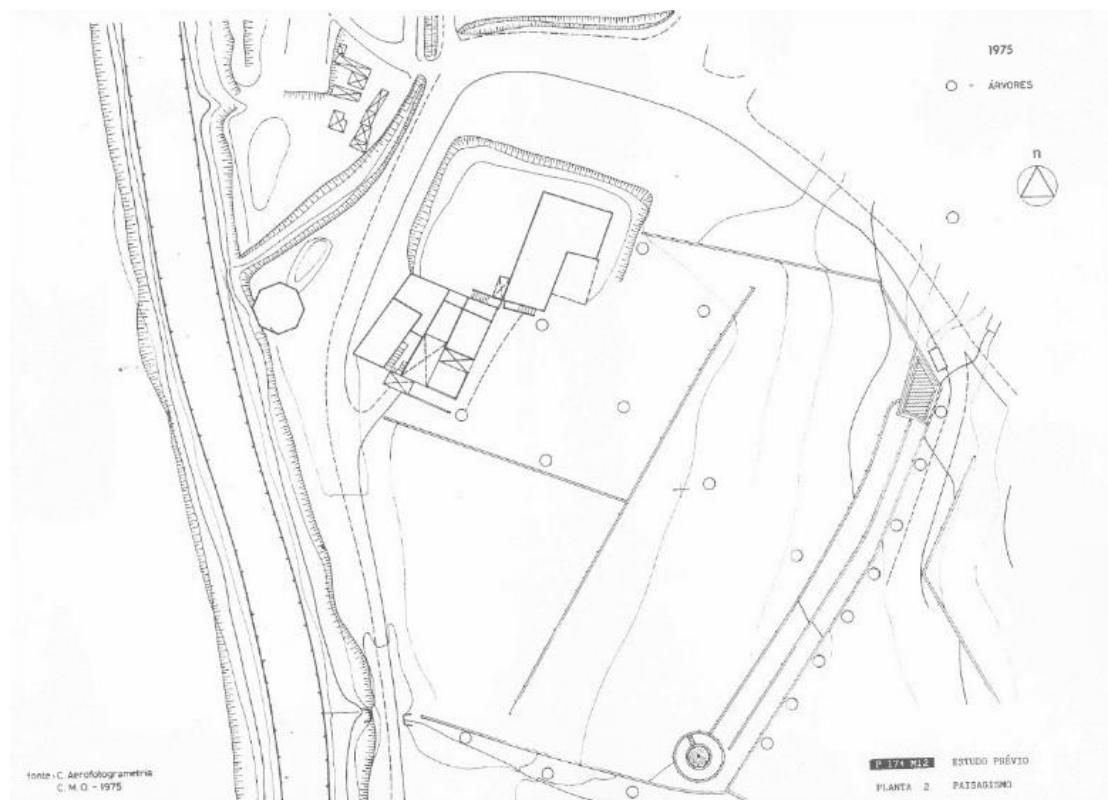


Figura 37 – Planta da Quinta do Balteiro em 1975

É de notar que, na planta de 1975 (figura 37) encontra-se um elemento octogonal no lugar onde antes se localizava um dos poços da quinta. As margens aterradas pela movimentação mecanizada dos solos, expuseram o poço com nora e tanque que ali se encontravam, ficando o topo dos muros de protecção desta estrutura ao mesmo nível do piso, aumentando o perigo de queda para os transeuntes utilizadores do passeio da beira-



rio. Assim, a explicação mais plausível é que se tenha construído, à data da regularização do rio, 1973 (figura 36), uma edificação octogonal coberta para enclausuramento da nora. Isto explica a diferença de cotas de soleira entre esta construção e o restante edificado pré-existente, bem como a grande disparidade entre os níveis de degradação dos edifícios.

De referir é também o facto de, nesta planta, se verificar pela primeira vez o traçado de uma via ao longo do rio Jamor, executada em total desinformação relativamente à pré-existência, e isolando um dos originais poços do restante território da quinta a que pertence.



Figura 38 – Quinta do Balteiro, vista aérea. (Fotografia: João Antunes, Julho 2020)

A referida estrutura octogonal, construída sobre o antigo poço, nora e tanque associado, apresenta alguns vestígios destes elementos que vieram a ser cobertos. No interior, pode ainda observar-se a boca do poço, protegida por um murete. Ao seu redor, encontra-se um segundo muro, recordando os limites do antigo tanque, e entre eles supõe-se que existiria espaço para a circulação de um animal que faria o trabalho de elevar a água, fazendo uso de uma nora de eixo curto, sugerindo que, à data (anterior ao aterro das margens), este sistema de elevação se encontrava ao nível do leito do rio Jamor.





Figura 39 – Estrutura octogonal sobre antigo poço. Detalhes de interior e exterior.  
(Fotografias: João Antunes e Leonor Andrade, 2020)



Encontram-se ainda visíveis alguns elementos decorativos em alto relevo no antigo muro do tanque. Esta ornamentação, junto à bica de saída da água, e a proximidade deste tanque à habitação principal da quinta, poderiam indicar que esta água faria parte do sistema de irrigação do horto de recreio e eventuais jardins de buxo.

Ainda na planta de 1975 (figura 37) pode observar-se o desaparecimento de alguns dos muros delimitadores e a presença de construções efémeras a norte. Não só a Quinta do Balteiro, mas também a das Biscoiteiras e a Quinta de Graça, deram lugar a Casas de Função, onde habitaram trabalhadores do Estádio Nacional e as suas famílias, e ali se fixaram por várias décadas. Na Quinta do Balteiro, após o 25 de Abril, vieram instalar-se famílias retornadas das antigas colónias – maioritariamente vindas de Timor-Leste – que ali habitaram em condições de extrema precariedade, aguardando por uma solução mais favorável que lhes havia sido prometida. Esta situação gerou polémica nos meios de comunicação social (figura 40), onde foram levantadas questões relativas às disparidades entre os salários das famílias e as rendas aplicadas à habitação.

**NA QUINTA DO BALTEIRO AO VALE DO JAMOR** Algumas das barracas que albergam as quarenta famílias que restam na Quinta do Balteiro, no Vale do Jamor

## QUARENTA FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DRAMÁTICA

Murilo Lopes (texto) e Eurico Vasconcelos (fotos)

**A**inda há gente a viver em condições infra-humanas na Quinta do Balteiro, no Vale do Jamor. As se alojaram, precariamente, numa fileira de barracas que foram das avulsões do canal e pouco, o seu número foi decrescendo à medida que iam sendo encerradas por ordem do "Diário Popular" — um membro do gabinete de comunicação do presidente, Manuel Leal Gomes —, são quarenta famílias de pessoas que continuam a esperar de que os poderes públicos os tirem da situação dramática em que se encontram.

«O que nós queremos é que quem tem a ver com isto faça o levantamento, vá ao local, vá a ouvir e saber a situação exacta de cada família».

— reflete o nosso interlocutor, perante o isolamento de alguns homens e mulheres, amargurado, no meio de uma improvisada venda de bebidas.

«Não há vida pra ninguém», diz-nos um homem de quarenta anos, vigiando numa empresa de trabalho parte-vinte e um colega e a mulher, mas não são como os outros e diz: «A gente não quer casa de ponta, queremos pagar uma casa, uma coisa decente, mas pagando pouco, que cubra no nosso orçamento».

**Batem responderem, mas...**

Dados de várias estruturas diferenciadas junto de sucessivos Governos, a comissão de residentes da Quinta do Balteiro, criada no basti-

sempre com o nome de porta, decidiu escrever, há um ano, ao Presidente da República. Depois disso, foi aprovado um projeto de lei da Casa Civil do Presidente da República, o qual teve seu conteúdo que o assunto tinha sido encaminhado para o gabinete do então ministro do Trabalho e Segurança Social.

Leonardo Gomes conta: «A verdade é que o ANP, ao fazer a prática, não foram funcionários do estado (ANP) que se voltaram para algumas famílias sem ter casas em Lisboa e no estrangeiro. Os que não tinham mais de uma casa. E as poucas pessoas? A resposta que nós vemos foi que depois, veio aqui um "casamento" e depois veio aqui outro. Assim, sem mais explicações».

Voz de uma mulher grita: «Eu sei, senhores, disseram-me que o que eu devia fazer era não ter mais filhos que se sara a rua. A gente não quer nada aqui. Eu, o meu marido e os meus três filhos, aí tivemos 300 anos, depois se levantaram para onde... E se houverem empregos com remuneração que se mereça».

Leonardo Gomes é de opinião que os próprios serviços do Estado Nacional poderão, com uma ajuda para melhorar o problema destas famílias. Os membros também fizeram, sobre a situação, um relatório, com o qual enviaram a quem os dirigiu. Mas, até hoje, a comissão de residentes da Quinta do Balteiro desconfia se houve alguma resposta.

**«São se lembram da gente antes das eleições»**

Quem era o trabalhador com uma remuneração mensal baixa, diz a mulher, reclamando que eles não querem tratamento de favor. Que sabem que há outras famílias no País com os mesmos problemas, mas que não podem e não têm a quem recorrer. E afirma: «Sabe que há milhares de gente da política apanhar por aí. Dizem que

As crianças, vítimas inocentes de uma situação que outros criaram

não resolver o problema, mas depois não resolvem nada. E isso está mal. É isso que é o nosso problema e muito complicado, pois não é ao caso de ajudar e também o que é muito mais que estes, são as pessoas que lá estão, quem perdoou-se abrim a boca para

proteger. E isso contribui para que tudo continue na mesma».

Então, a um ano de novas eleições, terá que não esperar as próximas, do algo vai ser feito, do lado — e quanto antes —, em benefício das quarenta famílias que restam na Quinta do Balteiro.

O repórter ouve a raposa

Figura 40 – Artigo do “Diário Popular” de 23 de Outubro de 1984

“Enfim, a um ano de novas eleições, será que vão repetir-se as promessas, ou algo vai ser feito, de facto – e quanto antes –, em benefício das quarenta famílias que restam na Quinta do Balteiro?”<sup>107</sup>

Presumivelmente, e em resposta às fortes críticas que a Comissão de Residentes da Quinta do Balteiro endereçou aos poderes públicos por ignorarem este problema, a situação terá sido resolvida, e após décadas ao serviço da habitação “efémera”, a propriedade viu-se entregue a um casal de reformados que ali se fixou. Mantinham um pequeno pomar de árvores de fruto dispersas pela propriedade, e cultivavam hortícolas, grão, milho, batata, pimento, pepino, abóbora, rabanete, fava, entre outros vegetais<sup>108</sup>.



Figura 41 – Planta da Quinta do Balteiro em 1986

<sup>107</sup> LOPES, Murillo – Quarenta famílias em situação dramática: Na Quinta do Balteiro ao Vale do Jamor. **Diário Popular** [Em linha] 23 Out. 1984, p.12. [Consult. 5 Jan. 2020]. Disponível na internet: <URL: <http://arquivo.cm-oeiras.pt/digitalizacao/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=120280&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1> >.

<sup>108</sup> MONTEIRO, Carlos Branquinho – Ribeiras dos Concelhos de Oeiras e Cascais. Oeiras: CMO, 1987. P.28.

Em 1986 o arquitecto Raúl Hestnes Ferreira terá sido contactado para assumir o projecto de adaptação da Quinta do Balteiro a Clube e Federação de Golfe, integrado no programa do Complexo Desportivo Nacional do Jamor, que ficaria a proximidade, e conectado por uma ponte pedonal, do campo de golfe planeado para a margem oposta do rio Jamor. Nesta época, a propriedade encontrava-se já em estado avançado de degradação, maioritariamente devido às cheias que haviam assolado grande parte das quintas ao longo do vale. O edificado mais nobre, em L, bem como as construções anexas que teriam servido de apoio à exploração agrícola, encontravam-se rebaixadas relativamente ao já delineado percurso à beira-rio que fazia a conexão a Linda-a-Velha. Do antigo pomar de citrinos, restavam agora apenas algumas árvores, e a restante área da quinta era agora ocupada por hortas – presumivelmente mantidas para uso próprio por habitantes da Quinta das Biscoiteiras ou de outras habitações precárias ainda existentes.

O projecto proposto começava por oferecer um redesenho paisagístico cuidado, reafirmando os antigos limites da propriedade bem como a presença de hortifruticultura. Para além disso, e por forma a cumprir o programa exigido, previa para o espaço exterior zonas de parque infantil, campos de treino de golf, uma piscina lúdica e vias de acesso automóvel com respectivo estacionamento.

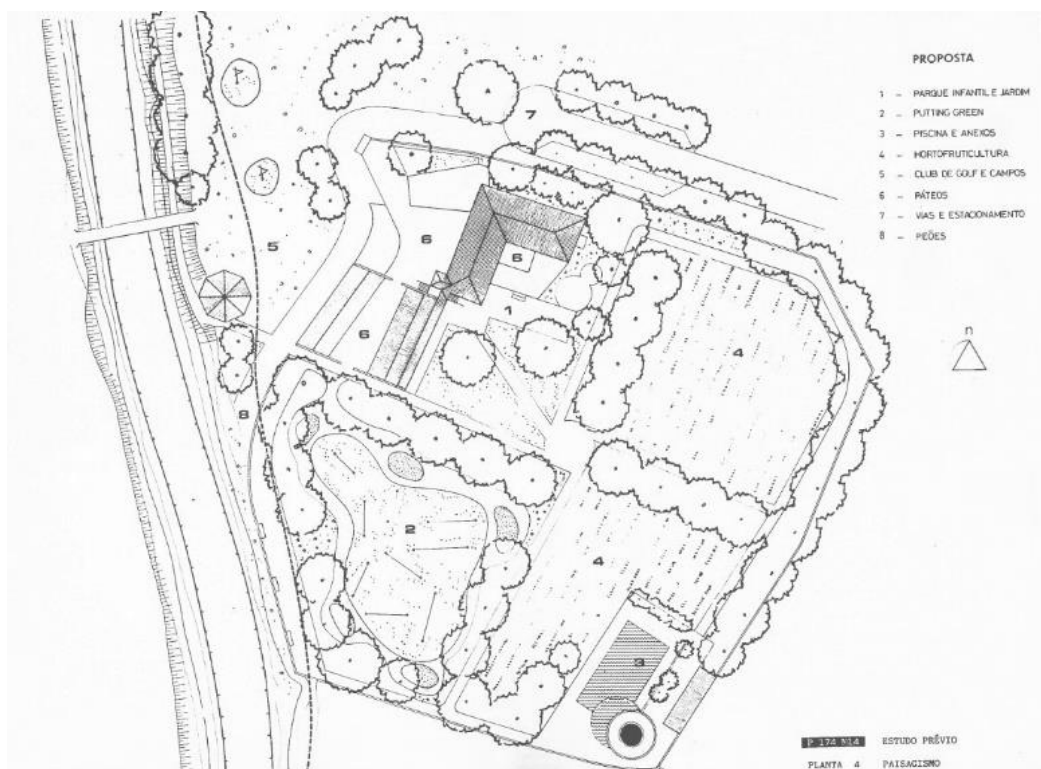


Figura 42 – Proposta de paisagismo do Arq. Hestnes Ferreira, 1986



Relativamente ao edificado, o arquitecto sugere a minuciosa reabilitação da pré-existência em L, complementando-o com construção nova para suprir as complexas exigências programáticas: recepção, administração, restaurante e cafetaria, cacifos e vestiários, entre outras. Esta proposta não foi construída, permanecendo a Quinta do Balteiro expectante e desprezada, apesar do constante desenvolvimento do Complexo Desportivo Nacional do Jamor.



Figura 43 – Carta Militar de Portugal de 1992

O território sofria constantes mutações, encontrava-se permanentemente num estaleiro de obra, não só devido à construção das novas estruturas do Estádio, mas também devido a variados momentos de instabilidade do rio Jamor.



Figura 44 – Carta do Sr. Presidente da Câmara à população em 1993

Assim, enquanto estes trabalhos de manutenção, certamente fundamentais, esgotavam o financiamento do CDNJ, a Quinta do Balteiro, bem como a Quinta da Graça e a das Biscoiteiras, ficavam novamente num plano secundário, nunca merecendo a atenção e reabilitação que poderia vir a valorizar todo o território do vale. Disso resultou a degradação profunda destes exemplares de património edificado e, como se pode verificar na Carta Militar de 2009 (figura 45), a Quinta do Balteiro terá eventualmente sofrido a queda da sua cobertura passando a assumir-se oficialmente como ruína.



Figura 45 – Carta Militar de Portugal de 2009

Actualmente pode encontrar-se na propriedade uma diversidade de elementos que ajudaram à reconstituição da evolução da quinta.

Da paisagem verde do CDNJ sobressai o corpo principal, antiga habitação, pelas suas qualidades arquitectónicas visíveis apesar do avançado estado de degradação do edifício que se observa pela inexistência de cobertura e da maioria das paredes interiores do piso superior, mas também pela carência de tratamento do terreno envolvente, onde a vegetação se desenvolve sem planeamento, e cujas cotas não coincidem com o corpo construído (figura 48). Neste podem encontrar-se vestígios de intervenções posteriores à construção, como vigas de reforço estrutural em betão armado, componentes de uma instalação eléctrica ou um pequeno alpendre de chegada àquela que seria a “Casa de Fora”.



Pode igualmente identificar-se a localização da Cozinha, graças à chaminé que permanece no seu local de origem, apesar de apresentar sinais de intervenção posterior, e às paredes revestidas a azulejo branco – provavelmente também posterior à construção original. O uso de azulejos era, à data da construção da Quinta, maioritariamente ornamental, pelo que estes painéis deveriam encontrar-se sobretudo nos espaços sociais, e os seus motivos eram representativos do ambiente rural e de vilegiatura que a propriedade promovia.



Figura 46 – Azulejos provenientes da Quinta do Balteiro

Na fachada principal, sob a escadaria de dois lanços para o piso superior, encontra-se uma pequena capela em conexão com uma fonte, que terá permitido gerar, através do som da água, uma ambiência ao pátio a que pertence. Este pátio, que à época seria local de chegada à quinta, sofreu consideráveis modificações ao nível da sua topografia aquando do aterro das margens do rio Jamor, pelo que, actualmente, o caminho pedonal do Eixo Verde-Azul que atravessa a propriedade se encontra elevado a cerca de dois metros da soleira do edifício, comprometendo de forma drástica o acesso ao mesmo.

A relação entre pátios encontra-se hoje impedida devido ao preenchimento do degradado pórtico que os une. Este segundo pátio, ladeado em tempos por dois edifícios posteriores e de menor destaque, encontra-se descaracterizado e sem leitura, devido à

demolição de um dos edifícios, à degradação dos restantes elementos que o delimitam, e ao desenvolvimento descontrolado da vegetação.

O sistema de exploração dos recursos hídricos do terreno, composto por dois poços com nora e levadas até aos respectivos locais de irrigação ou utilização da água, sofreu danos não apenas devido às movimentações e alterações topográficas, mas também ao desuso consequente do abandono da quinta. O poço e respectivo tanque junto ao rio Jamor viram-se soterrados quase na sua totalidade no momento de elevação da margem. Esta situação gerou um local de perigo para eventuais transeuntes, pelo que o tanque terá sido tapado, a nora retirada e construída a já referida estrutura octogonal coberta em redor do poço.

Os limites da propriedade foram-se desvanecendo ao longo do seu tempo de existência, em função das necessidades programáticas a que esta foi sujeita, e os troços que persistem até à actualidade apresentam problemas estruturais e de acabamento preocupantes.

Assim, a Quinta do Balteiro é hoje um vestígio longínquo e dissimulado de um lugar que, no seu tempo, ofereceu momentos de vilegiatura e veraneio, num contexto rural que funcionava em paralelo com a vida urbana. A sua marcante presença na paisagem do Vale do Jamor levanta questões, afirma memórias e conta histórias.





Figura 47 – Vista aérea da ruína da Quinta do Balteiro. (Fotografia: João Antunes, 2020)



Figura 48 – Fachada principal da antiga casa da Quinta. (Fotografia: Leonor Andrade, 2020)



Figura 49 – Pórtico de conexão entre dois pátios. (Fotografia: Leonor Andrade, 2020)





Figura 50 – Levada e fonte. (Fotografia: Leonor Andrade, 2020)



Figura 51 – Fachada norte da antiga casa da Quinta. (Fotografia: Leonor Andrade, 2020)



Figura 52 – Detalhe da fachada principal. (Fotografia: Leonor Andrade, 2020)





Figura 53 – Piso térreo: interior. (Fotografia: Leonor Andrade, 2020)



Figura 54 – Primeiro piso: interior. (Fotografia: Leonor Andrade, 2020)



Figura 55 – Pórtico e edifício anexo. (Fotografia: Leonor Andrade, 2020)

## capítulo 2 – da ruína ao centro património: um debate em processo

O património histórico edificado tem sido temática amplamente debatida por numerosos autores ao longo dos dois últimos séculos, apesar de ser já uma preocupação desde a época da Grécia e Roma antigas. Pode aferir-se esta preocupação considerando a qualidade inestimável das suas técnicas construtivas e materiais utilizados, que permitiram a alguns dos seus edifícios e monumentos chegar à actualidade, mais ou menos intactos. Este atravessamento dos edifícios ao longo do tempo levantou desde cedo interrogações sobre a forma como neles se deveria ou poderia intervir. O presente capítulo tem por objectivo debruçar-se sobre as questões éticas da intervenção em património edificado, e mais concretamente, em ruína, fazendo ressaltar três linhas de pensamento contemporâneas, complementares e distintas entre si.

A intervenção arquitectónica em pré-existências tem ganho, ao longo das últimas décadas, um lugar importante no campo da prática arquitectónica, como consequência não apenas de uma certa imposição ética da valorização do contacto entre o passado e o presente, mas também da propagação massiva do conceito de património.

Por definição, património<sup>109</sup> é um termo de abrangência significativa em diversas áreas e com nuances que o tornaram matéria para grandes controvérsias e mutações ao longo dos últimos séculos. Se originalmente esta palavra se relacionava sobretudo com as estruturas familiares, jurídicas e económicas de uma sociedade organizada, acabou por ganhar gradualmente interesse em diversos outros campos, acumulando assim funções semânticas. Aquando do desenvolvimento daquela que é hoje a organização de uma sociedade ocidental europeia, e com a criação dos Ministérios da Cultura, assume-se definitivamente que a gestão do património é responsabilidade do Estado, o que de alguma forma vem aproximar os termos “património”, “cultura” e “identidade”. Movimentos e estratégias de afirmação de identidade nacional na segunda metade do século XX exponenciaram a utilização do adjectivo “cultural” nos mais diversos

---

<sup>109</sup> **"património"** (latim *patrimonium*, -ii)

nome masculino

1. Conjunto de bens de família; herança familiar.
2. Conjunto de bens próprios, adquiridos ou herdados.
3. Bem ou conjunto de bens, materiais, naturais ou imateriais, reconhecidos pela sua importância cultural (ex.: património edificado).

in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha]. [Consult. em Junho 2020]. Disponível na internet: <URL: <https://dicionario.priberam.org/património>>.



contextos, e a sua associação ao substantivo “património” veio mais uma vez conturbar a semântica do termo, esbatendo assim as divergências entre os conceitos de monumento e monumento histórico<sup>110</sup>.

Françoise Choay, anunciando claramente o seu interesse pelo “património construído, arquitectónico, monumental, urbano, paisagista”<sup>111</sup>, promove uma tomada de consciência fundamental na contemporaneidade: assumindo o seu posicionamento crítico e pessimista, admite que há actualmente um conjunto de problemáticas a combater para que uma aproximação mais digna e justa ao património edificado se torne prática corrente no seio dos “profissionais do espaço”<sup>112</sup>. Mas a questão não se prende apenas com estes profissionais urbanistas, arquitectos, professores ou teóricos. Na sociedade contemporânea, o sistema capitalista que a move surte efeitos visíveis na abordagem feita à arquitectura pré-existente. Como identifica Laurajane Smith, a génese desta apropriação aos monumentos e monumentos históricos por parte dos governos para diversos usos, mais ou menos éticos e dignos, é motivada pela qualidade comercial encontrada numa natural necessidade humana de pertença social, étnica e cultural e definição de identidade de grupo<sup>113</sup>. Ou seja, um factor decisivo na forma como a abordagem ao património evoluiu, foi certamente o “valor económico patrimonial”. Relembra Choay a afirmação de Jacques Duhamel, Ministro da Cultura francês em 1978: “o património é uma riqueza fóssil que se pode gerir e explorar como o petróleo”<sup>114</sup>. Esta alarmante declaração faz questionar todo o sentido do termo.

“There is no such thing as heritage.”<sup>115</sup>

Laurajane Smith, directora do Centro de Património e Museologia da Universidade Nacional Australiana, sugere então uma visão relativamente ao património fundamentada na sua experiência pessoal de contacto com mulheres de uma comunidade aborígene no *Boodjjamulla National Park* e *Riversleigh World Heritage*. É através das histórias que ali ouve, das sensações que lhe são transmitidas, que a autora desconstrói a real “existência” do património, no seu sentido mais frequentemente utilizado, considerando-

---

<sup>110</sup> CHOAY, Françoise – **A Alegoria do Património**. Lisboa: Edições 70, 2000. P. 12.

<sup>111</sup> CHOAY, Françoise – **As Questões do Património : Antologias para um combate**. Lisboa: Edições 70, 2011. P. 11.

<sup>112</sup> CHOAY, Françoise – **As Questões do Património : Antologias para um combate**. Lisboa: Edições 70, 2011. P. 52.

<sup>113</sup> SMITH, Laurajane – **Uses of Heritage**. Oxon: Routledge, 2006. P. 49.

<sup>114</sup> CHOAY, Françoise – **As Questões do Património : Antologias para um combate**. Lisboa: Edições 70, 2011. P. 47.

<sup>115</sup> SMITH, Laurajane – **Uses of Heritage**. Oxon: Routledge, 2006. P. 11.

o “not so much a «thing» as a set of values and meanings”<sup>116</sup>. Estabelece-se assim uma forte relação do conceito com a prática cultural e com dimensões intangíveis como a memória, as histórias e os sentidos, que acabam por ser utilizadas enquanto ferramentas pelos agentes culturais e sociedades reguladoras que, no fundo delegam a si mesmas a responsabilidade de criação de um discurso sobre património.

Mas, seguindo a linha de raciocínio de Smith, “património nesta acepção não é um lugar, um edifício ou um objecto. Em vez disso, património são as histórias que o lugar, o edifício ou o objecto representa, o que não significa que um senso de lugar físico não seja importante, mas não representa a história completa do ser do património. Ou seja, são os usos que se fazem dos espaços que constituem os locais como património, e não o simples facto da sua existência<sup>117</sup>.”

Esta noção menos tangível do património transforma radicalmente a forma como se trata a preservação e conservação de arquitecturas pré-existentes com valor patrimonial. A discussão já havia sido longa e complexa, como nos mostra Choay na sua *Antologia para um Combate*<sup>118</sup>, onde revela cronologicamente a forma como autores no campo da teoria e prática arquitectónica ocidental europeia se posicionaram nesta abordagem. Desde o Abade Suger, responsável pela grande intervenção de ampliação da abadia de Saint-Denis (século XII) ainda anterior à própria invenção da noção de “antiguidade” e muito anterior à criação do conceito de “monumento histórico”, até à recente Convenção da UNESCO (1972 - 2008), uma tentativa de definir procedimentos jurídicos, financeiros, burocráticos e administrativos aplicáveis num contexto universal, tanto para a protecção de património natural como cultural<sup>119</sup>, Françoise Choay considera perigosa a forma como a abordagem ao património evoluiu e chegou à contemporaneidade. Rendida a uma “polarização dos actores políticos, administrativos, mediáticos”, esta problemática deu lugar a algum pessimismo. Laurajane Smith afirma mesmo que “The very context of heritage issues, ..., means that all heritage is political and thus «uncomfortable».”<sup>120</sup>

---

<sup>116</sup> SMITH, Laurajane – *Uses of Heritage*. Oxon: Routledge, 2006. P. 11.

<sup>117</sup> LUÍS, Nadia – *Refuncionalização da Arquitectura: Abordagens Patrimoniais na Cidade*. Lisboa: ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 2016. Tese de mestrado. P. 35.

<sup>118</sup> CHOAY, Françoise – *As Questões do Património : Antologias para um combate*. Lisboa: Edições 70, 2011. P. 57.

<sup>119</sup> CHOAY, Françoise – *As Questões do Património : Antologias para um combate*. Lisboa: Edições 70, 2011. P. 219.

<sup>120</sup> SMITH, Laurajane – *Uses of Heritage*. Oxon: Routledge, 2006. P. 307.

“O crescimento exponencial da mobilidade da população no planeta, os efeitos das alterações climáticas derivadas do aquecimento global, o aumento avassalador da indústria do turismo, a proliferação de conflitos armados, os movimentos migratórios, o terrorismo, mas, acima de tudo, o aumento do fosso entre pobreza e riqueza levam-nos a questionar a utilidade do património cultural (no seu sentido mais lato) para a sociedade e aquilo que é hoje mais relevante.”<sup>121</sup>

Também nesta postura crítica de reacção a um discurso hegemónico, capitalizado e universalizado, surge a revista anual *OBL/QUE : Critical Conservation*, enquanto espaço especulativo e laboratorial sobre a temática da conservação de património edificado. No seio da Harvard University Graduate School of Design, professores, estudantes, investigadores e arquitectos são convidados a integrar a publicação sugerindo uma actualização do olhar arquitectónico perante o património, criando narrativas socialmente inclusivas através do desenho e projecto de arquitectura com intervenção em pré-existências. O projecto, assumidamente situado na periferia das publicações dedicadas à conservação arquitectónica, permite-se publicar artigos e entrevistas de não profissionais ou especialistas na matéria e colocar assuntos tangenciais à conservação no cerne do seu estudo.

Desta forma, num contexto de crítica à conservação arquitectónica e à intervenção em património construído, surgem reflexões dedicadas a uma multiplicidade de temáticas adjacentes que têm potencialidade para informar a prática da reabilitação e relação com a pré-existência, contrariando a ideia de que existe uma metodologia padronizada<sup>122</sup>, com regras e preceitos puramente técnicos e arquitectónicos, trazendo assim à discussão da conservação questões políticas, sociais, utilitárias e sensoriais, retomando a ideia de que o intangível é também interveniente na definição do património cultural.

---

<sup>121</sup> LACERDA, Manuel – **Revista Património** : Resumo Gráfico [Em linha]. Nº 4 (2016). P.1. [Consult. Junho 2020]. Disponível em <URL:

[http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/docs/2017/03/07/PP4\\_WEB.pdf](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/docs/2017/03/07/PP4_WEB.pdf) >.

<sup>122</sup> CASTRILLON, Natalia Escobar – **Oblique: Critical Conservation** [Em linha]. Vol. 2. Cambridge: Harvard University, 2017. P. 55. [Consult. Maio 2020]. Disponível na internet: <URL: <http://www.criticalconservation.com/downloads> >.



“Heritage is a cultural and social process; it is the experiences that may happen at sites or during the acting out of certain events; it is a process of remembering and memory making – of mediating cultural and social change, of negotiating and creating and recreating values, meanings and identity.”<sup>123</sup>

Este processo de que nos fala Smith, é anunciado no artigo de Silvia Danielak, publicado na revista *OBLIQUE* (2017), relativo ao projecto de intervenção na *Green Line*, uma estrutura murada que separa fisicamente, desde 1964, os territórios do Chipre grego e do Chipre turco. Este elemento construído carrega um significado de grande força política que influencia diariamente a vivência da comunidade cipriota, não apenas pelo seu simbolismo de conflito entre duas frentes, que reaviva memórias e afirma a existência de uma separação social e cultural, mas também por constituir um obstáculo físico que gera intransponibilidade, sombreamento, bloqueio sonoro e visual, e, por consequência, padrões comportamentais cegos e inquestionáveis. As duas comunidades adjacentes ao muro desenvolvem-se contra ele, limitadas por ele a todos os níveis. Como afirma Danielak, “both communities develop their identity against the wall and against the «Other»”<sup>124</sup>.

Esta pré-existência conflituosa motivou uma série de intervenções ao longo dos últimos anos que, aproveitando a evidência de uma necessidade social e política, tornaram a *Green Line* um elemento mediador e reconciliador entre as pessoas que com ela contactavam diariamente e mantinham uma relação de distância e pessimismo.

“Heritage is a subjective political negotiation of identity.”<sup>125</sup>

Se considerarmos então, relembrando Smith, a ideia de que património é um processo social e cultural potenciador de experiências e criação de memórias, a descoberta da potencialidade da *Green Line* enquanto ferramenta de património veio demonstrar o interesse de uma intervenção informada, cuidada e assertiva. Afastando-se da oportunidade de “museificação” ou comercialização desta estrutura e da história que ela

---

<sup>123</sup> SMITH, Laurajane – *Uses of Heritage*. Oxon: Routledge, 2006. P. 307.

<sup>124</sup> DANIELAK, Silvia in CASTRILLON, Natalia Escobar – *Oblique: Critical Conservation* [Em linha]. Vol. 2. Cambridge: Harvard University, 2017. P. 34. [Consult. Maio 2020]. Disponível na internet: <URL: <http://www.criticalconservation.com/downloads> >.

<sup>125</sup> SMITH, Laurajane – *Uses of Heritage*. Oxon: Routledge, 2006. P. 300.

conta, a referida intervenção gera lugares, promove experiências e memórias, investe na valorização da cultura e da identidade.

## ruína como ponto de partida

Da mesma forma que um grande muro carregado de simbologia suscita ideias e oportunidades de intervenção, assim também o pode uma ruína<sup>126</sup>. Dizia o filósofo José Ortega y Gasset que a ruína é um afrodisíaco para os arquitectos<sup>127</sup>.

“Las Ruinas parecen así fabricadas para el arquitecto, para su placer como ejercicio conceptual, quintaesencia de la proyectación, donde los datos del presente dan actualidad y continuidad a la experiencia.”<sup>128</sup>

Em arquitectura, a ruína resulta de edifícios que, por negligência e abandono, foram deixados à mercê da acção do tempo, perdendo progressivamente a sua forma e utilidade. Há na ruína uma sobreposição de factores que fazem dela um foco de interesse não só para os arquitectos como para todos os interessados no passado e na história da humanidade. A forma de habitar é reveladora de todo o funcionamento de uma determinada sociedade. Sendo a ruína um testemunho do passado, sobrevivente à passagem do tempo, é fonte primária do conhecimento que chega à contemporaneidade. Afirmava Montfaucon que “os conhecimentos que retiramos dos monumentos são muito mais seguros do que os que aprendemos nos livros”<sup>129</sup>.

---

<sup>126</sup> "**ruína**" (latim ruina, -ae, queda, ruína, desastre, destruição)

nome feminino

1. Acto ou efeito de ruir.
2. Resto de edifício desmoronado.
3. Dissipação.
4. Perda; destruição.
5. Decadência.
6. Degradação; desmoralização.
7. Causa de males, perda de bens.
8. [Por extensão] Reflexo; vestígio.

in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha]. [Consult. em Junho 2020]. Disponível na internet: <URL: <https://dicionario.priberam.org/ruína>>.

<sup>127</sup> RODRIGUEZ-SALMONES, Cristina – **José Ortega y Gasset : imágenes de una vida 1883-1955**. Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia, Fundación José Ortega y Gasset, 1983. P. 236. ISBN 84-300-9518-7

<sup>128</sup> USTÁRROZ, Alberto – **La lección de las Ruinas**. Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos, 1997. P.13. ISBN 84-922594-0-x.

<sup>129</sup> Montfaucon in CHOAY, Françoise – **A Alegoria do património**. Lisboa: Edições 70, 2000. P.56.

Mas se, por um lado, carrega toda esta informação e nostalgia do passado, a ruína tem também uma acção física, uma presença no mundo real. Interage com a paisagem e com o meio construído e social que a envolve. Apresenta-se como objecto estático, expectante, como que aguardando pela próxima destruição que o tempo lhe reserva e, no limite, caminhando para o destino quase inevitável do seu total desaparecimento.

“La cicatriz de la historia en cierta medida enriquece y da una densidad distinta a las cosas, haciendo desaparecer lo que no es esencial, lo que no es verdaderamente sólido, y esa es la belleza de la ruina porque también hace referencia a lo que ya no existe pero se percibe en la ausencia.”<sup>130</sup>

Um dos interesses do arquitecto e do seu olhar perante a ruína é o de compreender o que poderá ter sido o edifício na sua origem. O trajecto desta descoberta, captando os sinais que os fragmentos presentes revelam, assemelha-se a certo ponto com uma tentativa de encarnar o arquitecto que a pensou e que a construiu<sup>131</sup>. A compreensão das tipologias, das técnicas e materialidades divulgam em primeira mão um passado que dificilmente poderia ser tão detalhado e correctamente percebido através de outras fontes. Mas este exercício não se prende meramente com a componente técnica e construtiva. Para além da pesquisa formal e histórica, indispensáveis, surge também um interesse intangível que convida a projectar.

“Un deseo de juventud que se hacía presente cada vez con más fuerza en mi interior con el paso de los años. En la fábrica se advierte todo lo que concierne al patrimonio: un espacio tocado por la historia más reciente donde se vive el futuro con antelación.”<sup>132</sup>

---

<sup>130</sup> SIZA VIEIRA, Álvaro in Juan Domingo Santos – El sentido de las cosas. Una conversación con Álvaro Siza. Madrid: **El Croquis**, nº 140, 2008. P. 22.

<sup>131</sup> USTÁRROZ, Alberto – **La lección de las Ruinas**. Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos, 1997. P. 22. ISBN 84-922594-0-x.

<sup>132</sup> SANTOS, Juan Domingos – Patrimonio y Experiencia in **Piedra sobre Piedra : 30 años de intervención pública en el patrimonio arquitectónico español 1985/2005**. Madrid: Ministerio de Fomento, 2016. P. 225.

Esta afirmação de Juan Domingo Santos revela, de certa forma, a poética que as ruínas transmitem aos arquitectos e confirma a ideia de Ortega y Gasset. Para além do conhecimento que as ruínas transportam relativamente ao passado e ao saber dos antigos, os sistemas e a realidade construtiva despida revelam também inúmeras dicotomias que partilham com o arquitecto no momento da sua intervenção – a tensão entre o passado e o presente, entre a memória do que o edifício foi na origem e o que é na contemporaneidade, entre a presença e ausência física, entre o que a ruína mostra e o que a ruína omite, entre o que o arquitecto quer dela e o que ela pode de facto dar.

Assim, a ruína, mais do que responder a perguntas ou esclarecer dúvidas, é material para o surgimento de mais inquietações e incerteza. O arquitecto, perante ela, sabe que tem em mãos uma tarefa de responsabilidade, sem respostas certas ou erradas e sem um guia de instruções para orientar as suas decisões. Assim o dizia Pikionis relativamente ao projecto de requalificação dos acessos à Acrópole de Atenas.

“... mi intervención en el área será extremadamente delicada y pesará sobre mi una responsabilidad incommensurable (...)”<sup>133</sup>

John Ruskin, na sua publicação *The Seven Lamps of Architecture* (1849), dedica um capítulo à memória, onde deixa explícita a importância da valorização do antigo e da passagem do tempo na avaliação da arquitectura.

“«See ! this our fathers did for us.» For, indeed, the greatest glory of a building is not in its stones, or in its gold. Its glory is in its Age, and in that deep sense of voicefulness, of stern watching, of mysterious sympathy, nay, even of approval or condemnation, which we feel in walls that have long been washed by the passing waves of humanity.”<sup>134</sup>

---

<sup>133</sup> PIKIONIS, Dimitris in ÁLVAREZ, Darío Álvarez – El Paisaje como obra de arte total: Dimitris Pikionis y el entorno de la Acrópolis. **Revista de Arquitectura** [Em linha], Vol. 13 (2011). P.37. [Consult. Abril 2020]. Disponível na internet: <URL: <https://revistas.unav.edu/index.php/revista-de-arquitectura/article/view/4942>>.

<sup>134</sup> RUSKIN, John – **The Seven Lamps of Architecture**. [Em linha]. Nova Iorque: John Wiley, 161 Broadway, 1849. P. 155. [Consult. Maio 2020]. Disponível na internet: < URL: <http://academics.triton.edu/faculty/fheitzman/Ruskin,%20John%20The%20Seven%20Lamps%20of%20Architecture%201849.pdf> >.

Segundo Ruskin, nenhum homem teria capacidade de se colocar no lugar de um outro mais antigo por forma a fazer renascer de uma ruína o edifício que ali existiu no passado, acima de tudo porque este sofreu uma alteração de contexto social, histórico e cultural que faria com que qualquer tentativa de imitação do antigo não passasse de uma farsa.

“There is a sanctity in a good man's house which cannot be renewed in every tenement that rises on its ruins.”<sup>135</sup>

Esta visão contrariava a prática arquitectónica do seu contemporâneo arquitecto francês Viollet-le-Duc, fascinado pela arquitectura gótica, e responsável pela investigação arqueológica e sucessivo restauro de dezenas de edifícios medievais, no sentido de lhes devolver a sua forma primitiva. Esta prática foi alvo de severas críticas por pares, uma vez que vinha ainda contradizer a sua produção teórica sobre a arquitectura. O autor fez previsões sobre o futuro da arquitectura francesa, que seria racional e coerente com os avanços técnicos da construção (como via no Gótico) devendo, no entanto, ser um reflexo directo dos materiais e sistemas construtivos contemporâneos, bem como das necessidades funcionais.

Riegl, afastando-se de outros autores que se haviam debruçado sobre o assunto, apresenta uma teoria alternativa de classificação na sua publicação *O Culto Moderno dos Monumentos* (1903), onde coloca os parâmetros em dois grandes conjuntos, à época inovadores, que consideravam a relação do homem “moderno” com um determinado edifício à época do seu surgimento e a relação do mesmo com o edifício tal qual se apresentava na sua contemporaneidade. As propostas, apesar de pouco influentes de forma directa na legislação ou em decisões de poderes públicos, vieram fundamentar diversas outras manifestações e teorias ao longo do século XX que, essas sim, impactaram na forma como ainda hoje se interage e dialoga com património edificado<sup>136</sup>.

---

<sup>135</sup> RUSKIN, John – **The Seven Lamps of Architecture**. [Em linha]. Nova Iorque: John Wiley, 161 Broadway, 1849. P. 148. [Consult. Maio 2020]. Disponível na internet: <URL: <http://academics.triton.edu/faculty/fheitzman/Ruskin,%20John%20The%20Seven%20Lamps%20of%20Architecture%201849.pdf> >.

<sup>136</sup> ALVES, Alice Nogueira – **Os Valores dos Monumentos: a Importância de Riegl no Passado e no Presente** [Em linha]. Lisboa: Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa/CIEBA, 2014. [Consult. Maio 2020]. Disponível na internet: <URL: [https://www.academia.edu/15658091/Os\\_Valores\\_dos\\_Monumentos\\_a\\_Import%C3%A2ncia\\_de\\_Riegl\\_no\\_Passado\\_e\\_no\\_Presente\\_-\\_2014](https://www.academia.edu/15658091/Os_Valores_dos_Monumentos_a_Import%C3%A2ncia_de_Riegl_no_Passado_e_no_Presente_-_2014) >.

Encontra-se um ponto em comum não somente entre as ideias dos autores acima mencionados, como também com as diversas teorias e convenções que delas surgiram: a ruína surge como **ponto de partida** para a intervenção arquitectónica.

A intervenção inicia-se assim no momento da observação. No momento em que o olhar do arquitecto interpela uma determinada pré-existência na qual encontra arquitectura, e começa a representá-la. Faz representações descomprometidas, desligadas de toda a história que a ruína carrega, e assim, o desenho transforma a ruína num embrião de projecto, influenciado pela forma como o arquitecto a percebeu pela primeira vez. Após a primeira representação segue-se a curiosidade de um conhecimento mais fundamentado e informado sobre o passado da construção. É este conhecimento que orienta a reflexão relativa a uma possível intervenção arquitectónica, considerando questões éticas, estéticas, funcionalistas, racionalistas, historicistas e tradicionalistas subjacentes ao posicionamento do arquitecto perante a pré-existência.

Pode entender-se a complexidade desta tomada de posição no ensaio que Adalberto Libera faz a uma eventual reconstrução da cúpula do Panteão em Roma. O arquitecto, ainda enquanto estudante em Roma, na *Scuola Superiore di Architettura* (1926 – 28), resolve o exercício académico através de um “contruir de novo”, à luz das oportunidades tecnológicas existentes e lançando uma proposta vanguardista e polémica à época<sup>137</sup>. O mais icónico espaço de planta central, com a maior cúpula de betão não armado, testemunha de quase 2 mil anos de civilização, viria a transformar-se numa estrutura ligeira, esbelta, com uma nova cobertura – “leve invólucro sem peso”<sup>138</sup> – que, recuperando os elementos construtivos existentes na original cúpula, ofereceria qualidades inovadoras ao espaço, como a possibilidade de iluminação zenital através de cada um dos nichos interiores.

“«Construir de nuevo» el Pantheon «in cemento armado» no será un mero formulismo moderno, sino un esfuerzo por traer al presente una forma ejemplar del pasado (...).”<sup>139</sup>

---

<sup>137</sup> USTÁRROZ, Alberto – **La lección de las Ruinas**. Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos, 1997. P.239. ISBN 84-922594-0-x.

<sup>138</sup> USTÁRROZ, Alberto – **La lección de las Ruinas**. Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos, 1997. P.239. ISBN 84-922594-0-x.

<sup>139</sup> USTÁRROZ, Alberto – **La lección de las Ruinas**. Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos, 1997. P.239. ISBN 84-922594-0-x.

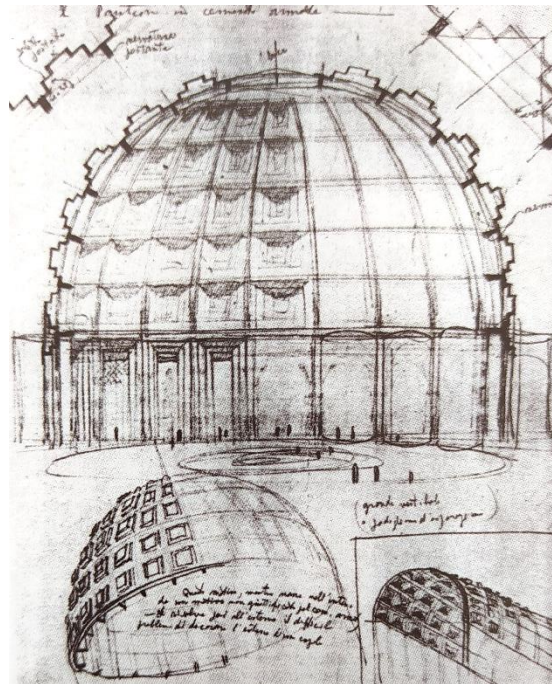


Figura 56 – Pantheon in cemento armato. A. Libera, 1926 – 28

A problemática da intervenção em pré-existências, levou diversos arquitectos e autores ligados ao restauro crítico italiano à tentativa de sistematizar as opções possíveis para o exercício da tarefa do diálogo arquitectónico com a ruína. Esta preocupação do diálogo fundamentado e informado acentuou-se com o crescimento da consciencialização da sustentabilidade nas medidas governamentais das últimas décadas. A ruína, para além do seu simbolismo, da sua carga histórica, da intangível empatia que provoca, é também uma evidência física feita de materialidade e estrutura. E por esta multiplicidade de elementos a equacionar, o trabalho de intervenção em ruínas é frequentemente considerado mais complexo e desafiante do que a construção nova, como assim o refere Beatrice Vivio, propondo uma representação esquemática das distintas abordagens possíveis:



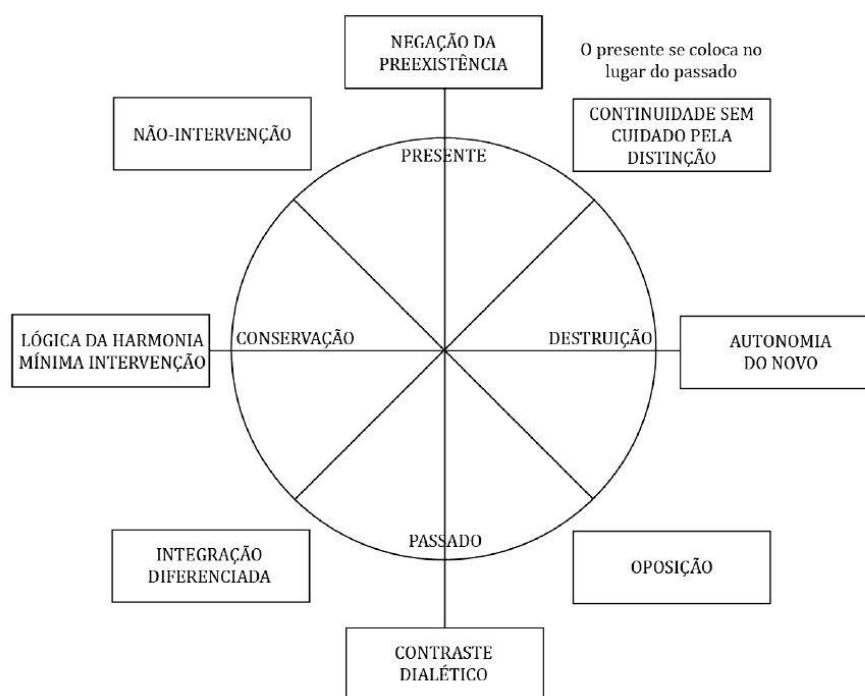


Figura 57 – Esquema com abordagens de intervenção arquitectónica em pré-existências elaborado por Beatrice Vivio

A interpretação esquematizada da autora, suportada por dois eixos fundamentais, evidencia claramente os diversos aspectos que pesam na tarefa de intervir arquitectonicamente numa ruína, categorizando em soluções extremas e intermédias as possibilidades de diálogo. Vivio manifesta de forma clara a importância da temporalidade, confrontando o momento de origem da pré-existência ao momento da intervenção, e a partir desta relação que estabelece, relembra questões como a linguagem arquitectónica e materialidade, a tensão entre demolição e construção e ainda a funcionalidade e os usos<sup>140</sup>. O carácter centralizado do esquema coloca as diferentes metodologias num único plano, sem hierarquias, não impondo quaisquer juízos de valor implícitos na sua análise. Assim, esta multiplicidade de abordagens permite demonstrar a imensidão de possibilidades que se abrem ao arquitecto no momento de interagir e intervir, e recorda a ideia de que não existe um guia prático orientador, ou uma receita de acção perante a ruína. Beatrice Vivio apresenta uma visão da análise e prática da reabilitação muito metódica e quase científica que se afasta da dimensão intangível de que nos falava Juan Domingos Santos, com o seu “desejo de juventude” em transformar

<sup>140</sup> VETRONE, Mariana Lunardi – Diálogos com a preexistência: leitura crítica de projetos de intervenção no património edificado de Coimbra nas últimas décadas. **GE Conservación** [Em linha]. 15, 2019. P. 78. [Consult. Abril 2020]. Disponível na internet: <URL: <https://www.ge-iic.com/ojs/index.php/revista/article/view/678/896> >. ISSN: 1989-8568.

a “fábrica azucarera de San Isidro” no seu estúdio de arquitectura<sup>141</sup>, e que é levada a um extremo quase “afrodisíaco” pelo arquitecto Fernando Távora relatando a sua experiência de intervenção na Casa da Covilhã, em Guimarães (1973-1976).



Figura 58 – Casa da Covilhã, Guimarães

“De há muito que nos conhecíamos...

Eu sabia algo da sua alma e do seu corpo. (...)

Eu sabia-a forte e segura, nas suas espessas paredes de granito ou nas suas armações de castanho, mas descobrira-lhe já algumas cicatrizes, fruto de sucessivos crescimentos ou de agravos do tempo que, também a ela, não soube perdoar.

Eu amava a sua pobre riqueza, a sua carreira, o seu portão com o seu mouro, o seu terreiro, o seu jardim que outrora fora de buxo, algumas das suas fontes sem água, a sua velha noqueira, a beleza das suas camélias de Fevereiro.

De há muito que nos conhecíamos...

---

<sup>141</sup> SANTOS, Juan Domingos – Patrimonio y Experiencia in **Piedra sobre Piedra : 30 años de intervención pública en el patrimonio arquitectónico español 1985/2005**. Madrid: Ministerio de Fomento, 2016. P. 225.

Mas só comecei a conhecê-la melhor quando, juntos iniciamos o romance da sua – e nossa – transformação. Havia que tocar-lhe e tocar-lhe foi um acto de amor, longo e lento, persistente e cauteloso, com dúvidas e certezas, foi um processo sinuoso e flexível e não um projecto de estirador, foi um método de homem apaixonado e não de frio tecnocrata, foi um desenho de gesto mais do que um desenho no papel.

Foram, assim, dez anos de muito longos gestos e de algum pouco papel, dez anos fixando e decidindo com cautela as transformações que ambos – ela e eu – íamos amorosamente aceitando.

Assim cruzamos as nossas vidas: hoje ela lá está prosseguindo e no seu tempo e o seu desenho aí está escrevendo e recordando a história do nosso romance.

De há muito que nos conhecíamos.

Porém agora conhecemo-nos melhor e ambos estamos diferentes.”<sup>142</sup>

Entende-se que, não existindo um *modus operandi* linear na intervenção em ruínas, é responsabilidade do arquitecto analisar e compreender a melhor estratégia a adoptar, considerando todas as possibilidades, que podem ir desde a não intervenção até à demolição. Essa análise e decisão pode ter por base questões programáticas, históricas ou técnicas que definem o futuro da pré-existência.

A Abadia de Villers-la-Ville (Bélgica) é hoje uma ruína visitável, amplamente absorvida pela paisagem em que se insere, e cuja história remonta ao século XII. O seu estado de degradação permite a compreensão da evolução histórica e social do lugar, e revela uma realidade construtiva de extrema relevância. Estes dados constituem, por si só, importantes referências e mais-valias na sua valorização e no ordenamento do território, permanecendo este lugar num estado de adormecimento e contemplação, que se relaciona com a sua função original, desactivada pelo tempo.

---

<sup>142</sup> TÁVORA, Fernando. Casa da Covilhã in TRIGUEIROS, Luiz (coord.) [et al.] – **Fernando Távora**. Lisboa: Editorial BLAU, 1993. P. 128-130. ISBN 9789728311292.



Figura 59 – Abadia de Villers-la-Ville – vista aérea.



Figura 60 – Abadia de Villers-la-Ville. (Fotografia: Leonor Andrade, Janeiro 2018)

Numa situação de contraponto, a ruína pode apresentar características gerais e especificidades construtivas ou funcionais que estimulam os agentes de intervenção no território – arquitectos, urbanistas, paisagistas – a traçar um ponto de viragem no percurso do seu tempo, dando-lhe utilidade e longevidade, mas procurando salvaguardar a importante função contemplativa e carga histórica, aparentemente inactiva, de um edifício abandonado à acção do tempo.



Assim acontece no projecto de João Mendes Ribeiro em parceria com o atelier Menos é Mais, para refuncionalização de uma antiga Fábrica de Álcool em Centro de Arte Contemporânea na Ribeira Grande, Açores. Os momentos de intervenção são claros e objectivos, mantendo uma distinção evidente entre o antigo e o novo. O carácter industrial é preservado pelas opções tectónicas, e o dinamismo inerente à produção de uma usina é reconvertido num dinamismo contemporâneo, de promoção e divulgação artística.

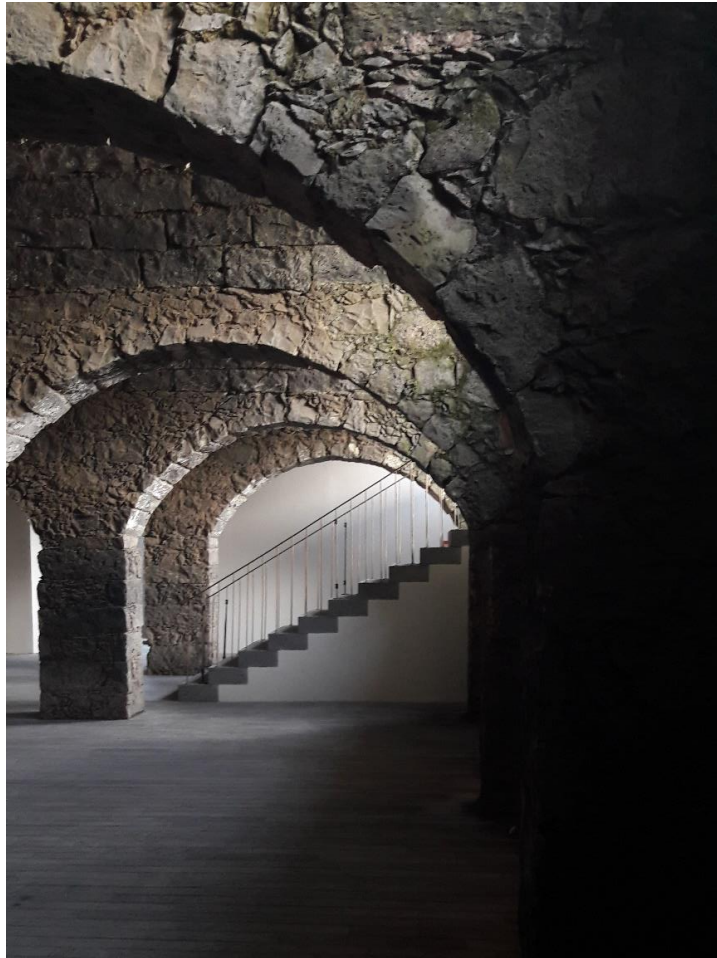


Figura 61 – Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas da Ribeira Grande  
(Fotografia: Leonor Andrade, Janeiro 2018)



## espaço, ambiente, lugar

Se os arquitectos, como Fernando Távora, vêem na ruína um potenciador de proposta projectual arquitectónica é, em primeira mão, pelo facto de serem tocados pela empatia que esta emana, criando uma relação binária entre o objecto edificado e o indivíduo observador, mas em segundo plano, pela intuição de imaginar que uma intervenção pode ser o elemento que falta para estender esta relação binária aos restantes indivíduos, cujo conhecimento não lhes permite descobrir a carga histórica e a qualidade espacial e arquitectónica inerente ao que pode parecer uma construção condenada à demolição ou desaparecimento.

Este mesmo processo ocorreu na década de 60 do século XX quando Jane Jacobs, motivada pelas incoerências que observava no funcionamento das grandes cidades americanas, desenvolveu a sua publicação *The Death and Life of Great American Cities*. Graças à sua perspectiva e capacidade de análise enquanto profunda conhecedora da história e teoria do planeamento urbano, e em parceria com os seus estudos em ciência política e economia, a autora instiga a que as pessoas tomem as ruas como suas, uma vez que esse é o grande objectivo de uma sociedade ao organizar-se em urbanidades que, presumivelmente, quanto maiores são, mais oportunidades abrem.

“A city’s very wholeness in bringing together people with communities of interest is one of its greatest assets, possibly the greatest.”<sup>143</sup>

A autora, na tentativa de compreender e desmistificar crenças e dogmas sobre determinados locais e zonas destas grandes cidades, preocupa-se em focar a sua análise à escala das pessoas que as habitam e dos elementos urbanos que compõem um lugar e que eventualmente geram nele um determinado **ambiente**.

“Districts have to help bring the resources of a city down to where they are needed by the street neighbourhoods, and they have to help translate the experiences of real life, in street neighbourhoods into policies and purposes of their city as a

---

<sup>143</sup> JACOBS, Jane – **The Death and Life of Great American Cities**. St. Ives: Penguin Books, 1961. P. 128.

whole. And they have to maintain an area that is usable, in a civilized way, not only for its own residents but for other users – workers, customers, visitors – from the city as a whole.”<sup>144</sup>

Jacobs produz duras críticas à forma como a arquitectura e o planeamento urbano tendem a servir os poderes governamentais e políticos, em detrimento de um interesse pelos utilizadores e pelo real impacto das suas intervenções na vida quotidiana. Esta publicação marcou um momento de alerta ao revelar este afastamento entre os arquitectos e urbanistas e as pessoas para quem, presumivelmente, eles exerciam as suas funções, motivando assim o desenvolvimento de diversos outros estudos de confronto entre o papel das ciências sociais e a intervenção arquitectónica em contexto urbano.

William Whyte, sociólogo, desenvolve, ao longo da década de 70 do século XX, uma investigação incontornável que dá origem ao documentário *The Social Life of Small Urban Spaces*<sup>145</sup> no qual analisa através da ferramenta da observação directa o comportamento das pessoas que, ao longo do dia, vivem e utilizam a praça adjacente ao Seagram Building em Nova York. Este estudo vem reforçar a ideia de que a intervenção arquitectónica influencia a forma como o **espaço** é experienciado pelos seus ocupantes que, por motivos inconscientes e sensoriais, se comportam de maneiras padronizáveis, e graças a esses padrões, podem compreender-se vontades e necessidades associadas a um determinado **lugar**.

“We come to the question: Why do some plazas work and others not? (...) People tend to sit where there are places to sit.”<sup>146</sup>

Com esta afirmação confirma-se a reacção intuitiva da relação dos corpos com o espaço. Isto significa que, através da modulação do espaço, podem gerar-se lugares que funcionam tanto melhor quanto mais se aproximam das respostas às necessidades inconscientes dos seus visitantes. O autor identifica e enumera diversos elementos

---

<sup>144</sup> JACOBS, Jane – **The Death and Life of Great American Cities**. St. Ives: Penguin Books, 1961. P. 132.

<sup>145</sup> WHYTE, William – **The Social Life of Small Urban Spaces** [Registo vídeo], [Em linha]. Nova York: The Municipal Art Society of New York, 1979. (58 min). [Consult. Junho 2020]. Disponível na internet: <URL: <https://www.youtube.com/watch?v=HH9fhmyTRjI> >.

<sup>146</sup> WHYTE, William – **The Social Life of Small Urban Spaces** [Registo vídeo], [Em linha]. Nova York: The Municipal Art Society of New York, 1979. (58 min). [Consult. Junho 2020]. Disponível na internet: <URL: <https://www.youtube.com/watch?v=HH9fhmyTRjI> >. (11’13’’).

fundamentais ao bom funcionamento de um espaço público, sugerindo assim um guia orientador aos arquitectos e urbanistas, para uma intervenção bem sucedida<sup>147</sup>.

Jacobs e Whyte, graças às suas investigações e publicações, motivaram o surgimento da organização sem fins lucrativos Project for Public Spaces (PPS) que, desde 1975, trabalha com as mais diversas comunidades em todo o mundo no sentido de lhes dar ideias e ferramentas para que, através da participação activa e conexão com o capital construído que habitam, transformem a rua em lugares de conforto, felicidade e sentimento de pertença. Desta organização surge o conceito de **placemaking** enquanto processo colaborativo de aproximação das pessoas aos sítios, na perspectiva de uma optimização do valor partilhado do espaço público através da observação crítica do contexto urbano, físico, cultural e social enquanto elementos estruturantes e definidores de um determinado lugar. Este trabalho de intervenção no espaço e na comunidade segue uma metodologia de aproximação e abordagem que foi desenvolvida e alterada ao longo do tempo, com base nas cerca de 3500 experiências já postas em prática<sup>148</sup>.

À semelhança da intervenção na *Green Line*, no Chipre, mencionada anteriormente, o objectivo deste trabalho de campo é a procura pela melhoria da habitabilidade e vivência de uma localização, para que esta deixe de ser algo abstracto e se transforme num lugar gerador de momentos, experiências e memórias.

“O lugar não é mais do que a relação poética do homem com o mundo, não é mais do que o seu habitar poético.”<sup>149</sup>

Sobre a relação entre a arquitectura e a poesia do habitar também já o arquitecto norueguês Christian Norberg-Schulz havia amplamente estudado, quando em 1971 desenvolve a sua publicação *Existence, Space and Architecture*. O autor procura neste ensaio uma representação do conceito de espaço arquitectónico total, que refuta o olhar meramente físico, material e concreto da arquitectura e parte do conceito de “espaço existencial” para afirmar que também as ciências sociais e a filosofia têm um papel

---

<sup>147</sup> DIAS, Catarina – **Placemaking : Projeto de um Centro de artes para a Estação Central de Michigan (Detroit)**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2015. Tese de mestrado. P. 34.

<sup>148</sup> Project for Public Places [Em linha]. Our mission. [Consult. Junho 2020] Disponível em <URL: <https://www.pps.org/about> >.

<sup>149</sup> PESSANHA, Matilde – **Siza : Lugares Sagrados – Monumentos**. Porto: Campo das Letras, 2003. P. 76. ISBN 972-610-672-9.

importante na sua definição<sup>150</sup>. Interessado na fenomenologia enquanto teoria filosófica humanista desenvolvida por Husserl e Heidegger, Schulz defende que esta é um elemento fundamental à arquitectura, sem a qual não se atinge a poética do habitar que transforma uma localização num lugar.

“(…) «place» means something more than location.”<sup>151</sup>

A acção do arquitecto, de quem se espera a criação de uma arquitectura, deve então procurar algo mais do que o desenho de um projecto que ganha volume. Este deve ser consciente de que a “arquitectura é o nosso principal instrumento de relação com o espaço e o tempo”<sup>152</sup>.

---

<sup>150</sup> NORBERG-SCHULZ, Christian – **Existence, Space and Architecture**. Nova York: Praeger Publishers, 1971. P. 15.

<sup>151</sup> NORBERG-SCHULZ, Christian – **Existence, Space and Architecture**. Nova York: Praeger Publishers, 1971. P. 10.

<sup>152</sup> PALLASMAA, Juhani – **Os Olhos da Pele : A arquitectura dos sentidos**. Porto Alegre: Bookman, 2011. P. ISBN 978-85-7780-777-2.

## centro interpretativo: um programa

A relação estabelecida no sub-capítulo precedente, entre os elementos Espaço, Tempo, Utilizador e Experiência demonstrou-se fundamental para a definição de um Lugar. Este passa a manifestar-se enquanto um todo tangível e intangível que pode, no seu conjunto, apresentar qualidades com interesse social, cultural e patrimonial. A definição de lugar está na origem do objectivo em desenvolver estruturas para dinamizar, promover e divulgar estes locais e as suas enunciadas qualidades.

A origem dos Centros Interpretativos remonta, de forma ainda anónima, ao final do século XIX, com a criação dos primeiros parques naturais, nos Estados Unidos da América, tendo, no entanto, o conceito surgido apenas em meados do século XX, com o crescente interesse na valorização e divulgação do património edificado e cultural<sup>153</sup>. A interpretação consiste numa metodologia de tratamento e cruzamento de informação com o objectivo de criar material de comunicação e leitura de um determinado elemento patrimonial, seja ele territorial, arquitectónico ou imaterial.

“(…) an educational activity which aims to reveal meanings and relationships through the use of original objects, by firsthand experience, and by illustrative media, rather than simply to communicate factual information.”<sup>154</sup>

Assim, dada a abrangência do conceito e a falta de uma referenciação oficial e legal, a definição de Centro Interpretativo foi também alvo de diversas alterações ao longo das últimas décadas, deixando liberdade aos diferentes autores para identificar os elementos fundamentais que constituíam este novo conceito programático.

---

<sup>153</sup> BAEYENS, Herman [et al.] – **The Hicira Handbook : Heritage Interpretation Centres**. Barcelona: Diputació Barcelona, 2005. P. 15.

<sup>154</sup> TILDEN, Freeman – **Interpreting our Heritage** (1957) cit. por BAEYENS, Herman [et al.] – **The Hicira Handbook : Heritage Interpretation Centres**. Barcelona: Diputació Barcelona, 2005. P. 16.



Autor	Definição	Ano
Morales Miranda	Os centros devem ser: inspiradores e comoventes para o espírito dos indivíduos; estimulantes ao uso dos sentidos; motivadores e provadores; sugestivos e persuasivos; incentivadores de participação activa e de sentido crítico; facilitadores de uma mensagem clara; reveladores de significados e de inter-relações; promotores da consciência cívica.	1998
Federación Española de Municipios y Provincias	Equipamento destinado a promover e difundir um determinado território a partir de um discurso interpretativo específico que o distingue de forma singular. Esta leitura baseia-se nos elementos que compõem o património cultural e natural do território. As suas áreas básicas são: entrada, gestão e administração, área de exposição, difusão, centro de documentação e armazém.	2003
Izquierdo, P. Juan, J., Matamala, J.	Os centros interpretativos são equipamentos de avaliação do património cultural e natural de uma determinada área geográfica com o intuito de, com ela, gerar produtos educativos, culturais ou turísticos. Contrariamente aos museus, não têm como objectivo principal coleccionar e preservar o seu objecto de interpretação, mas sim a apresentação deste enquanto material patrimonial singular.	2005
Consejería Economía e Innovación Tecn. (C. Madrid)	Centros que pretendem ir além de meras oficinas, ajudando o visitante a interpretar o que vai poder conhecer no seu destino: património cultural, recursos naturais, história, costumes e tradições, gastronomia, oferecendo num único espaço, e de forma atractiva, as potencialidades do destino.	2006
Castaño Blanco	Os centros interpretativos, de maneira geral, definem-se como entidades cuja finalidade principal é dar a conhecer determinados valores culturais, históricos e naturais, geralmente situados em contexto rural, que se destacam pela sua própria identidade e que utilizam como estratégia de comunicação a interpretação do património.	2007
Bertonatti, Iriani & Castelli	Um centro interpretativo é uma exposição em torno de um guião de tipo museográfico, com intenção pedagógica, que relaciona emocionalmente o visitante com o património, estimulando o seu interesse em comprometer-se com a sua conservação ou cuidado.	2010
Martín Piñol	Entende-se por centro interpretativo um equipamento situado em edifício fechado ou a céu aberto que normalmente não dispõe de objectos originais e que tem como objectivo revelar a evidência e o oculto do território a que se propõe interpretar.	2011
Ayuntamiento de Santo Domingo de la Calzada	Um centro transmissor de cultura, integrado na cidade, que garante a continuidade e a criação de novos hábitos culturais. Um centro que gera comunicação e intensifica a vida social, que promove a participação cívica e mobiliza uma parte considerável da população.	2011

Garrido & Sánchez	Instalações públicas ou privadas cujo propósito final é a interpretação, consciencialização e disseminação de um bem patrimonial, definido na sua perspectiva global e pode abranger aspectos naturais, históricos, culturais e etnográficos. Estes centros devem ter um tema monográfico apresentado a partir de uma perspectiva geográfica e cultural integradora. Da mesma forma, eles devem estar localizados no contexto geográfico onde se localiza o bem patrimonial interpretado. Assim, o mesmo espaço interpretativo pode servir para promover turisticamente o espaço geográfico em que se enquadra e promover-se através de produtos locais.	2015
-------------------	--	------

Tabela 1 – Evolução do conceito de Centro Interpretativo

Adaptado de COSTA, Vanda – **Centros de Interpretação e Turismo Cultural: o CITA de Vila Nova da Barquinha**. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 2019. Tese de mestrado. P. 43.

A partir da leitura evolutiva da definição, podem identificar-se preocupações e visões comuns aos diversos autores citados, tais como a diferenciação de um centro interpretativo face a uma instituição museológica, relembrando que não se pressupõe como objectivo fundamental o armazenamento e conservação de material histórico original do local. A função do centro interpretativo é mais frequentemente assumida como uma produção de materiais de comunicação a partir das características do lugar, tornando-se essencial a sua localização no território a ser interpretado. Esta apreciação, apesar de, hoje, se manifestar como uma evidência, terá sido mencionada apenas pela primeira vez por Garrido e Sánchez<sup>155</sup>.

“These centres work to educate and raise awareness from the heritage site where they are located.”<sup>156</sup>

Pode ainda verificar-se a importância dada à conexão emocional e afectiva que estas estruturas têm como objectivo. Pretende-se uma abordagem que consiga gerar um

<sup>155</sup> GARRIDO, Manuel; Sánchez, José - Los centros de interpretación como motor de desarrollo turístico local, ¿un modelo fracasado? El caso de la provincia de Cádiz [Em linha], [Consult. Julho 2020]. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**, N.º 67, 2015. P. 148. Disponível na internet: <URL: file:///C:/Users/Leonor%20Andrade/Downloads/Dialnet-LosCentrosDeInterpretacionComoMotorDeDesarrolloTur-5035571.pdf >.

<sup>156</sup> BAEYENS, Herman [et al.] – **The Hicira Handbook : Heritage Interpretation Centres** [Em linha]. [Consult. Julho 2020]. Barcelona: Diputació Barcelona, 2005. P. 31. Disponível na internet: <URL: https://www.diba.cat/c/document\_library/get\_file?uuid=63952a92-928c-4eb9-a698-587bea5cf637&groupId=99058 >.

sentimento de empatia entre o visitante e o local que este descobre, como estratégia de o tornar agente implicado na preservação do património que lhe é apresentado.

Neste sentido, encontram-se pontos de convergência entre os objectivos, por definição, de um Centro Interpretativo, e as ideias de Laurajane Smith, com o fundamento de que o património subsiste da capacidade da arquitectura gerar experiências, de Távora ao relatar a relação quase personificada que manteve e alimentou com uma ruína, de Whyte com a prova de que o construído influencia o modo como as pessoas agem e se movimentam e ainda de Siza:

“Quando nos lembramos de casas o mais das vezes o que recordamos são episódios, fragmentos de tempo diacronicamente desordenados, pedaços de vivências de onde se destacam as pessoas que ocasionalmente preenchiam o cenário que, com maior ou menor nitidez, lhes servia de fundo. Raramente nos lembramos de casas sem coisas e sem gente.”<sup>157</sup>

---

<sup>157</sup> SIZA VIEIRA, Álvaro – **Entrevista de José Salgado a Álvaro Siza : A Casa em Roberto Ivens** [Em linha]. Porto: Casa da Arquitectura, 2011. [Consult. Julho 2020]. Disponível na internet: <URL: <https://ultimasreportagens.com/especial-robertoivens.html> >.

# capítulo 3 – o projecto

## contexto

Proposta de grupo

Carlos Félix, Leonor Andrade, Nancy Pereira, Renata Almeida, Simão Abreu, Stefani Roman

A presente proposta surge no contexto de um hipotético acolhimento dos Jogos Olímpicos 2020 em Lisboa, a partir do qual foi lançado o desafio de requalificação e adaptação do Centro Desportivo Nacional do Jamor, por forma a tornar-se este o local central do evento.

A magnitude de uma Olimpíada impõe exigências estruturais, urbanísticas e logísticas à cidade anfitriã, pelo que a estratégia partiu de uma reflexão à macro-escala, identificando este momento como mais um ponto de viragem na expansão da capital portuguesa. Compreendeu-se que, devido à sua reduzida área, o Vale do Jamor não seria suficiente para acolher todas as modalidades e os atletas e espectadores a elas inerentes. Por outro lado, entendeu-se que o investimento para um evento desta complexidade deveria permitir o seu bom funcionamento, mas simultaneamente reflectir-se numa modificação vantajosa para a cidade que o acolhe.

Assim, procurou-se alocar uma maioria das modalidades desportivas em locais já existentes, dispersos por Lisboa e arredores, e integrar as restantes no Centro Desportivo Nacional do Jamor, sobre o qual se trabalharia no sentido de atingir as exigências impostas. Esta estratégia passou por uma reestruturação das circulações à escala da cidade, principalmente orientada para os meios de transporte públicos, por forma a facilitar as movimentações entre polos do evento, e sobretudo agilizar o acesso entre o centro de Lisboa e o centro dos Jogos Olímpicos, o Vale do Jamor.



LISBOA 2020



Figura 62 – Proposta de logótipo oficial dos Jogos Olímpicos Lisboa 2020



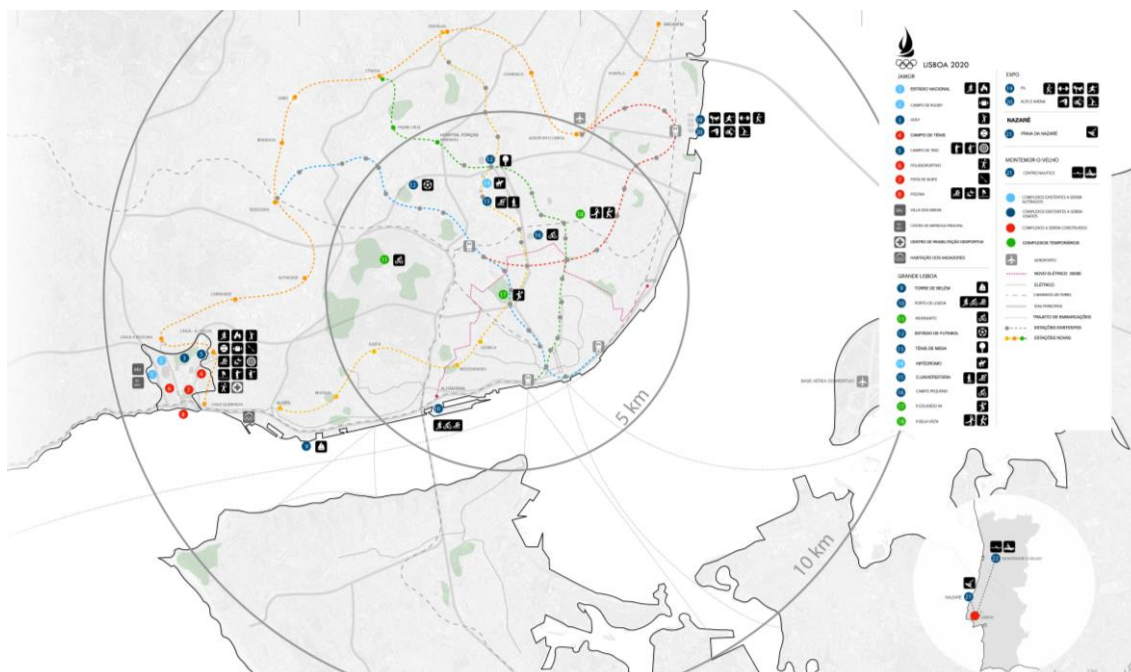


Figura 63 – Proposta de folheto informativo oficial dos Jogos Olímpicos Lisboa 2020 (Ver anexo B)

No Centro Desportivo Nacional do Jamor foram alocadas as modalidades para as quais já existem instalações necessárias, procedendo-se às devidas intervenções para as adaptar aos requisitos do evento olímpico, tanto a nível técnico e desportivo como às questões de lotação de espectadores. Foi simultaneamente reestruturado o sistema de percursos pedonais e viários, com base na leitura e interpretação dos projectos originais de Francisco Caldeira Cabral e Miguel Jacobetty Rosa, numa perspectiva de facilitar a conexão entre pontos fundamentais do complexo.

A estratégia à escala do Vale do Jamor foi alimentada por um estudo sobre as localidades que se encontram adjacentes ao CDNJ, e identificação das instituições de ensino aí existentes, que actualmente não fazem uso das instalações desportivas por motivos de dificuldade de acesso. Assim, propôs-se igualmente um investimento na rede de transportes públicos e vias de mobilidade leve com vista a activar a relação do complexo com estas escolas, que farão uso do parque urbano e das suas valências, num período pós-olímpico.

### **1. Estádio de Honra**

Intervenção efémera de ampliação do Estádio de Honra para aumento da lotação das bancadas.

### **2. Campo de Ténis Coberto**

Substituição do actual pavilhão coberto de ténis por novo edifício com capacidade para alojar um maior número de cortes de treino e para acolher provas oficiais nacionais e internacionais com grande afluência de público. Conexão com Eléctrico 15E.

### **3. Pavilhão FMH**

Requalificação e refuncionalização do actual pavilhão coberto de ténis - cedência do espaço à FMH para realocação das funções instaladas actualmente no pavilhão dos Esteiros. Conexão com Eléctrico 15E.

### **4. Pavilhão Polidesportivo**

Implantação de pavilhão polidesportivo no local do actual Complexo de Piscinas. Conexão com Vaivém.

### **5. Piscina Olímpica**

Implantação de nova piscina olímpica no local da fábrica da Lusalite, actualmente desactivada.

### **6. Centro de Medicina Desportiva**

Implantação de novo Centro de Medicina Desportiva no local da antiga fábrica dos Fermentos Holandeses.

### **7. Quinta do Balteiro**

Reabilitação e refuncionalização da Quinta do Balteiro para criação de Centro Interpretativo do Vale do Jamor.

### **8. Estação da Cruz Quebrada**

Alteração de trajectória da linha férrea para junto da estrada Marginal. Transferência da estação ferroviária da Cruz Quebrada para a margem esquerda do rio Jamor, funcionando como interface de transportes públicos: Comboio CP - linha de Cascais, Vaivém 2020, Eléctrico 15, e Metropolitano de Lisboa - linha laranja.

### **9. Estação Vaivém 2020**

Novo edifício adjacente à Praça da Maratona para apoio e manutenção dos carris e veículo Vaivém 2020, e resguardo fora de horário de funcionamento.

### **10. Percurso Vaivém 2020**

Extensão do percurso do Vaivém até Linda-a-Pastora utilizando passagem subterrânea existente sob a A5. Conexão entre CDNJ e três instituições escolares.

### **11. Percurso Eléctrico 15E**

Prolongamento do percurso do eléctrico 15 que actualmente termina em Algés, até à zona Oeste de Linda-a-Velha.

### **12. Intervenções Urbanas**

#### **13. Percursos Pedonais**

Miradouro de Sta. Catarina e reestruturação do sistema de percursos pedonais e limite nascente do CDNJ.

#### **14. Skateparque**

#### **15. Passeio Marítimo de Algés**

Requalificação do Passeio Marítimo de Algés, com implantação das habitações para acolhimento dos atletas no período olímpico e habitação colectiva de renda acessível no período pós-olímpico.



Figura 64 – Planta e cortes do CDNJ: localização de equipamentos a intervir

## programa

Perante o contexto proposto na anterior fase de projecto, o Vale do Jamor constitui-se como um parque urbano dedicado à promoção da prática desportiva, tanto amadora como profissional, em espaços fechados ou no exterior, e de fácil acesso graças às conexões geradas com a rede de transportes públicos da área metropolitana de Lisboa. Apresenta-se igualmente como um local de lazer e recreio para os habitantes das localidades adjacentes, graças à reestruturação dos percursos pedonais e tratamento dos limites do Centro Desportivo Nacional do Jamor.

Com a instalação de infraestruturas dedicadas à mobilidade suave, como o Vaivém 2020 ou o novo troço do eléctrico 15E, as instituições de ensino das localidades de Linda-a-Velha, Linda-a-Pastora e o Dafundo, antes totalmente desligadas do centro desportivo, encontram-se agora numa posição privilegiada para permitir aos seus alunos o usufruto da diversidade de infra-estruturas que compõem o CDNJ.



Figura 65 – Instituições de ensino próximas do CDNJ

A proposta de uma eventual aproximação entre o Centro Desportivo Nacional do Jamor e as instituições de ensino em seu redor, prende-se, para além das vantagens desportivas, com o facto de este território possuir uma carga histórica, social e política de extrema relevância, cuja observação *in situ* poderá valorizar e complementar a aprendizagem convencional.

Como forma de agilizar esta relação de comunicação entre o complexo desportivo e as escolas, considera-se importante a criação de um local especializado e focado nas questões de divulgação e promoção do território que os acolhe, centralizando aqui toda a documentação referente à evolução do Vale do Jamor, nas suas diversas vertentes.

Desde os primordiais momentos de idealização do parque urbano a implementar no Vale do Jamor, a intenção de oferecer um local de passeio em contacto com a natureza revelou-se essencial na conceptualização das diversas propostas.

“Deverá o Estádio de Lisboa a construir no Vale do Jamor, ter o carácter de um parque dentro do qual estarão situados os vários edifícios e campos de jogos por forma a que os que o frequentarem ao mesmo tempo que executam ou se associam a exercícios se sintam em contacto com a vida da natureza através da vegetação do parque.”<sup>158</sup>

Os diferentes planos de organização do CDNJ foram, ao longo de décadas, alterando a paisagem do Vale do Jamor no sentido de se aproximarem desta vontade inicial. Assim, a rede de percursos pedonais e cicláveis desenvolveu-se numa perspectiva de articulação entre as diversas estruturas que constituem o complexo. Um dos percursos que permite o atravessamento do Centro Desportivo, e que o conecta com os polos residenciais mais próximos, surge de uma parceria entre os municípios por onde passa o curso do rio Jamor. Este projecto, denominado Eixo Verde-Azul, tem como objectivo a requalificação do leito do rio e das suas respectivas margens, criando um passeio para a fruição e valorização de um dos poucos afluentes junto à foz do rio Tejo que se encontra a céu aberto e que impõe a sua presença na paisagem que atravessa.

---

<sup>158</sup> CABRAL, Francisco Caldeira cit. por ANDRESEN, Teresa in TOSTÕES, Ana [et al.] – **Do Estádio Nacional ao Jardim da Gulbenkian**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. P. 32.





Figura 66 – Eixo Verde-Azul no CDNJ

A Quinta do Balteiro, localizada na zona norte do CDNJ, é um dos últimos vestígios da realidade que se vivia nas margens deste rio, antes da decisão de ali implantar o Estádio Nacional. Testemunha de todas as intervenções de expansão do actual parque urbano, a quinta permanece abandonada e expectante, já em estado de ruína, tornando cada vez mais longínqua a memória do contexto em que ela surgiu e da sua própria história. Situada na margem esquerda do rio Jamor, a propriedade é despreocupadamente atravessada pelo percurso pedonal actualmente pertencente ao Eixo Verde-Azul, tornando a leitura da pré-existência ainda menos óbvia.

A existência desta ruína, a curiosidade pela sua história, a localização central em relação às diversas escolas identificadas e a sua proximidade ao leito do rio Jamor, motivam a opção programática de intervir na Quinta do Balteiro no sentido de a requalificar, valorizar e refuncionalizar, implantando aqui o Centro Interpretativo do Vale

do Jamor, focado em consciencializar e disseminar o valor patrimonial do território onde se implanta, oferecendo um ponto de paragem e aproximação ao plano de água, aos utilizadores do Eixo Verde-Azul e do CDNJ.

“Este [o rio Jamor] continua a correr, agora costas voltadas a Carnaxide, entra num túnel, por cima do qual passa a auto-estrada. É o preparativo para o deslumbramento; da obscuridade e do ruído trovoento dos automóveis que lhe correm por cima, quem vier portado pelas suas águas terá diante dos olhos o vale escancarado numa folia de verde.”<sup>159</sup>



Figura 67 – Planta de localização da Quinta do Balteiro

<sup>159</sup> MONTEIRO, Gilberto – **O Sítio da Cruz Quebrada: Nótulas de Micro-História**. Lisboa: Tipografia Ibérica, 1964. P. 129.

O Complexo Desportivo Nacional do Jamor, resultado actual de uma longa sucessão de intervenções e mudanças que o território do Vale do Jamor sofreu, tem a sua história amplamente contada em suportes diversificados que se encontram distribuídos por vários arquivos, bibliotecas e museus. Esta documentação, quando confrontada com as evidências físicas do lugar, são material essencial para a dinamização do Centro Interpretativo e produção dos materiais de comunicação. Este sistema sugere uma interacção dinâmica entre a estrutura expositiva e a documentação arquivada. Assim, parece confirmar-se a necessidade de alargar a intervenção a nível programático, associando-lhe um centro de documentação capaz de reunir os materiais, actualmente dispersos, que narram a existência do Vale do Jamor.

Sugere-se, a nível programático, que o Centro seja constituído por espaços expositivos versáteis e adaptáveis a diferentes organizações museológicas e curatoriais, um local de arquivo, centralizador de toda a informação relacionada com o Vale do Jamor - material gráfico e cartográfico antigo, planos de urbanização, recortes de imprensa, bibliografia específica, maquetes, entre outros - um espaço de serviço educativo dedicado ao trabalho pedagógico prático, um local de restauração e ainda um ponto de apoio, paragem e fruição junto ao rio Jamor.

## conceito

O programa seleccionado para incorporar na Quinta do Balteiro surgiu em paralelo com a investigação relativa à mesma. Esta pesquisa revelou variados elementos que facilitaram a criação de uma relação de proximidade e empatia com a ruína, manifestando-se esta fundamental no desenvolvimento do conceito orientador do projecto de intervenção.

O reconhecimento da história do contexto territorial e da propriedade permite gerar pontes entre temporalidades, e sugere as primeiras indicações sobre a lógica de conservação e demolição a aplicar na proposta arquitectónica. As características arquitectónicas gerais e delineadoras dos edifícios, as funções a eles associadas e a observação de detalhes - construtivos, ornamentais - são dados fundamentais para o cruzamento de informação e a descoberta de uma identidade que se pretende pôr em evidência.

O estado de degradação geral da pré-existência exige uma ponderação sobre a ética a adoptar na prática arquitectónica. As características de uma arquitectura saloia com materiais de qualidade presentes no corpo central do conjunto são elementos da construção original que permitem ajudar a reconstituir a vivência da sua época de Quinta de Recreio. Pretende-se assim respeitar este edifício, devolvendo-lhe dignidade e habitabilidade. Esta intervenção passa por demolir acrescentos entretanto construídos (posteriores à original quinta), que dificultam a sua leitura enquanto arquitectura exemplar da região. Da mesma forma, à escala do terreno, sugere-se a demolição quase total de construções posteriores que surgiram de necessidades funcionais – relacionadas com a exploração agrícola do terreno – e que não apresentam as características arquitectónicas da tipologia nem qualidade construtiva relevante.

A intervenção proposta surge do cruzamento de um olhar sobre o passado - história e memória - com uma percepção e constatação do presente e uma idealização relativa ao futuro. Este projecto, como a reabilitação de património construído, apresenta-se como um jogo de épocas e de tempos.

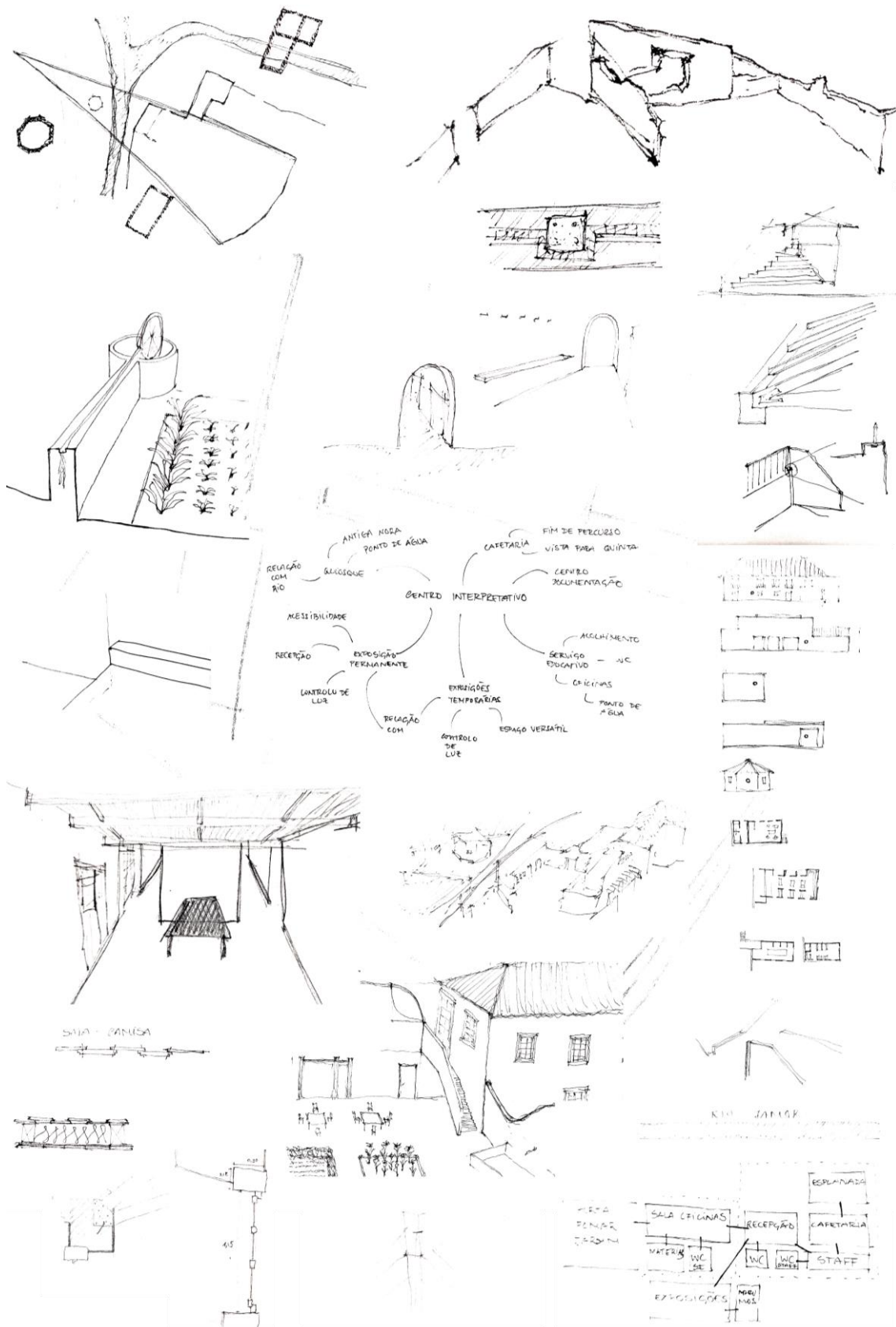


Figura 68 – Esquços de estudo



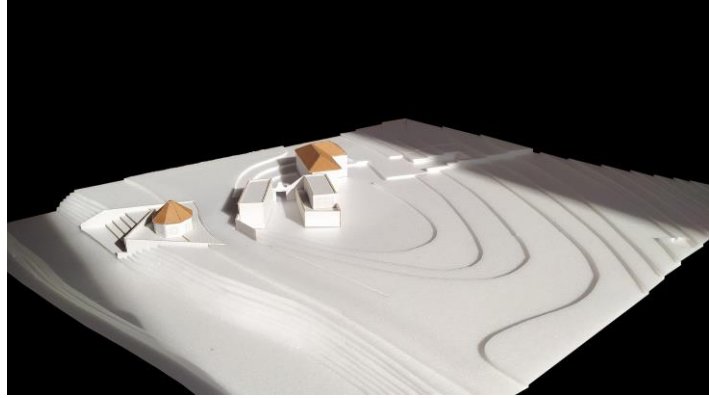
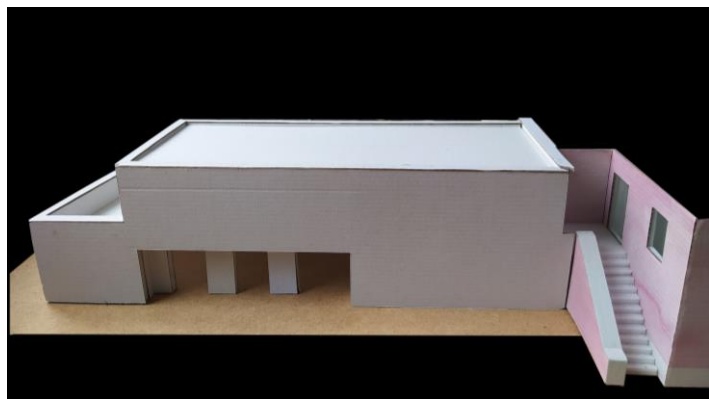
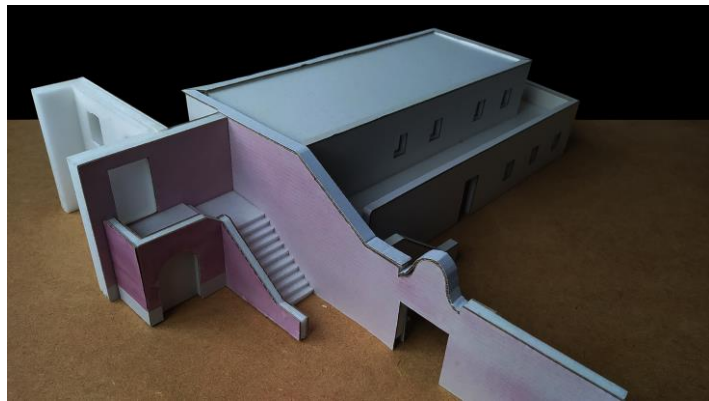


Figura 69 – Maquetes de estudo



## proposta

### estratégia e implantação

A proposta de refuncionalização da Quinta do Balteiro em Centro Interpretativo pretende criar um local de valorização e disseminação das histórias que esta ruína preserva. Assim, a intervenção passa pela reabilitação da pré-existência através da procura de uma aproximação à sua volumetria e espacialidade originais, e o seu complemento com construção nova para cumprimento da proposta programática.

Propõem-se manter os elementos pré-existentes que revelem características de interesse histórico, pedagógico e arquitectónico, e intervir nestes por forma a devolver-lhes a sua dignidade e presença na paisagem e, simultaneamente, adaptá-los às novas funções. Este tipo de intervenção terá lugar no corpo principal da Quinta, bem como na estrutura octogonal junto ao rio e nos muros definidores dos antigos limites da propriedade. Sugere-se ainda a demolição de elementos que se encontrem em estado de degradação avançado ou que não apresentem valor arquitectónico de relevância.

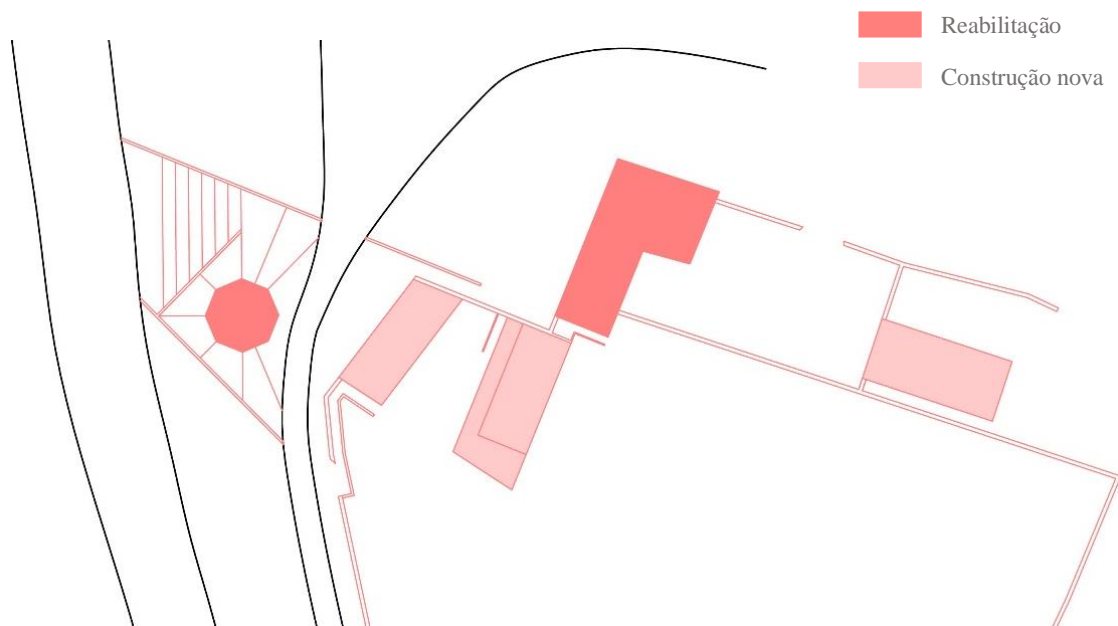
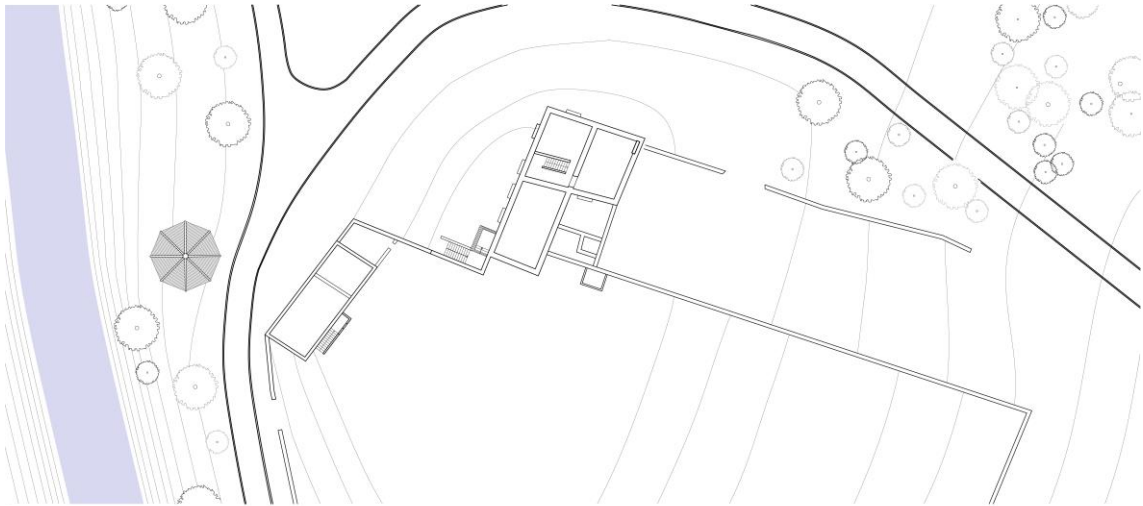


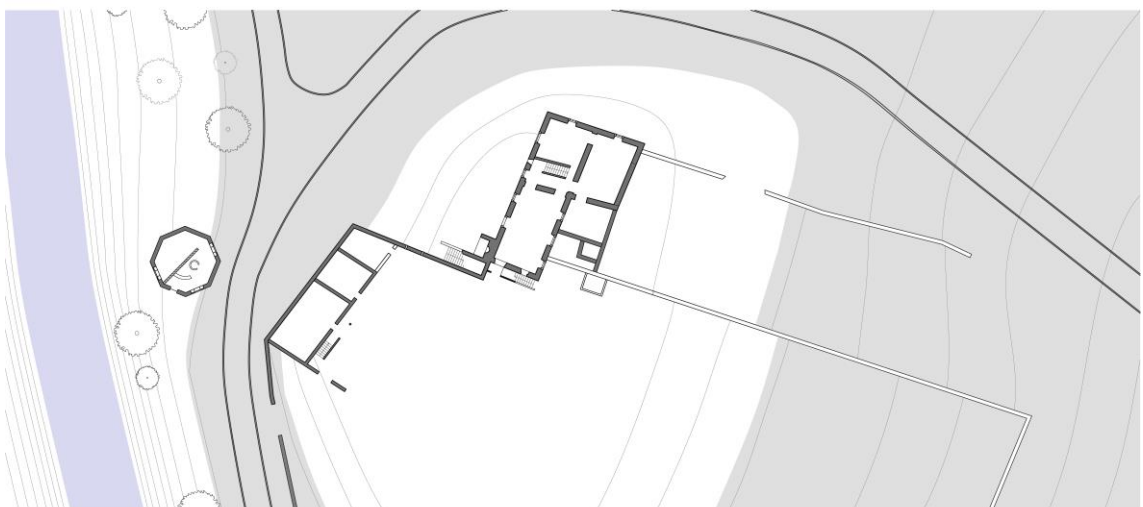
Figura 70 – Planta esquemática da intervenção



Cobertura



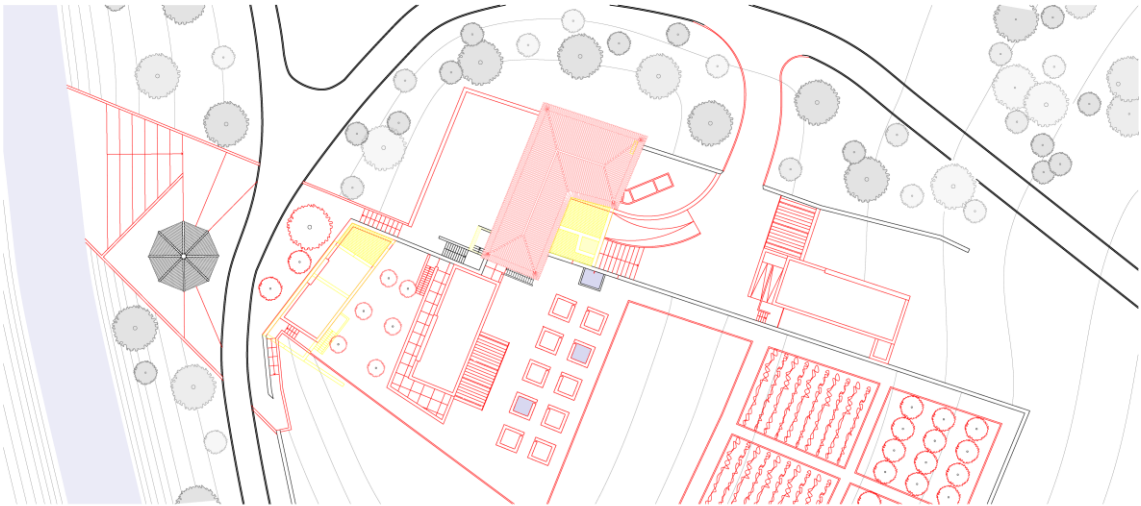
Piso 1



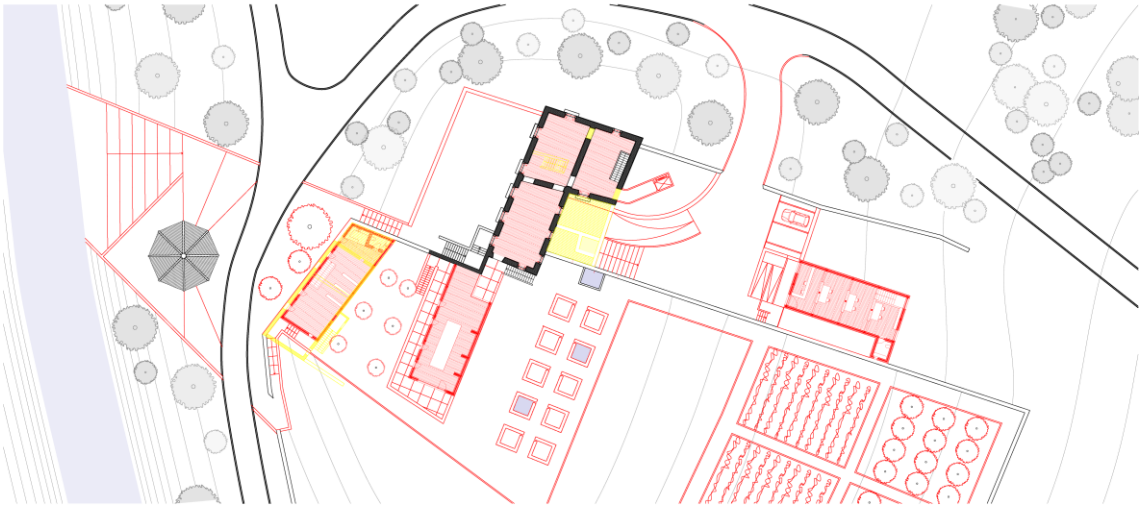
Piso 0



Figura 71 – Plantas da pré-existência



Cobertura



Piso 1



Piso 0

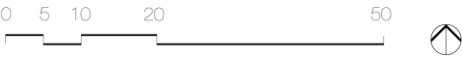


Figura 72 – Plantas de alterações

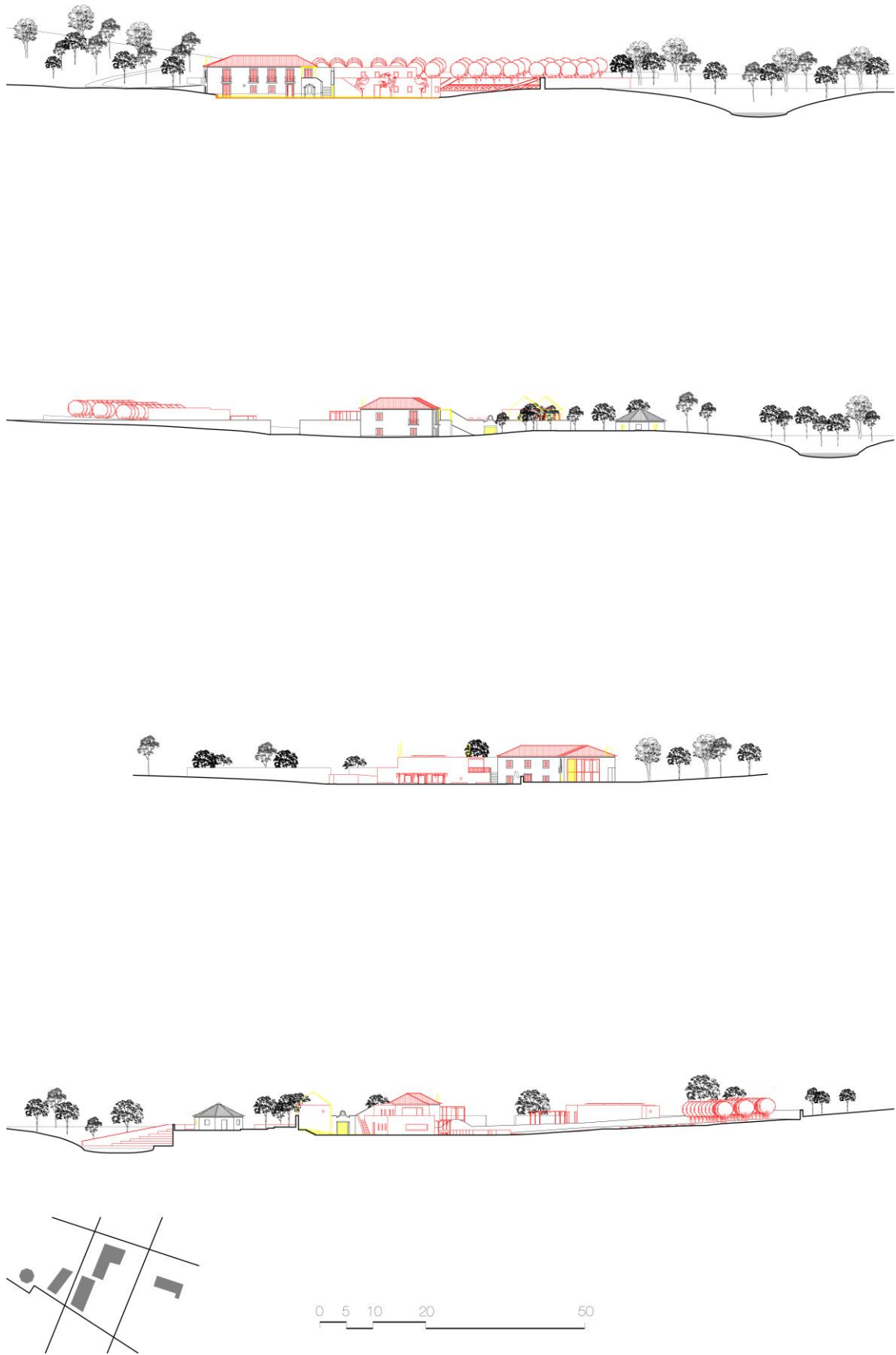


Figura 73 – Alçados gerais: alterações



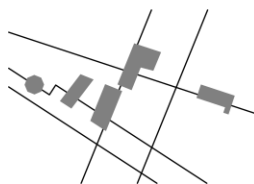
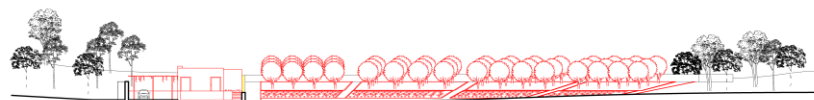
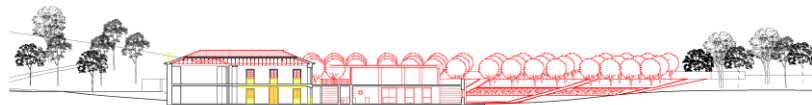
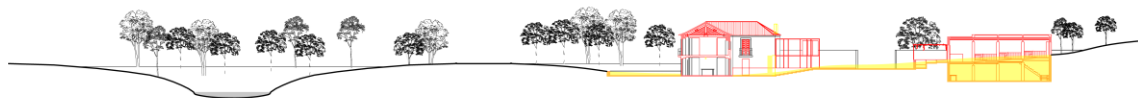


Figura 74 – Cortes gerais: alterações

A implantação dos corpos novos procura uma reinterpretação de antigas organizações espaciais da Quinta, onde estes dialogam com os elementos pré-existentes de forma a articular as diversas funções do Centro Interpretativo, permitindo ao visitante fazer a distinção entre épocas construtivas. Assim, a construção nova é alimentada pela ruína, sem tencionar camuflar-se ou mimetizar.

A organização de espaços exteriores segue uma estratégia de diálogo com os elementos mantidos e reabilitados, implantando-se segundo eixos estruturantes geradores de percursos diversificados de visita, com diversas possibilidades de acesso aos componentes programáticos do Centro, e a elementos do contexto em que se insere – Eixo Verde-Azul, caminho de Linda-a-Velha e rio Jamor.

### **1. Centro Interpretativo - Exposição Permanente**

Intervenção de reabilitação para espaço central do Centro Interpretativo: recepção e exposição permanente (2 pisos). Área útil = 340m<sup>2</sup>.

### **2. Sala Polivalente (piso 1)**

Espaço dedicado a exposições temporárias, acolhimento de eventos, reuniões ou apresentações de trabalho desenvolvido no Serviço Educativo. Área útil = 84m<sup>2</sup>.

#### **Cafetaria | Restauração (piso térreo)**

Espaço de refeições e leitura, com esplanada em diálogo com os jardins de buxo. Área útil = 110m<sup>2</sup>.

### **3. Serviço Educativo**

Acolhimento e arrumação (piso térreo). Espaço dedicado ao trabalho com grupos: dinamização de oficinas de análise e interpretação do território de Vale do Jamor (piso 1). Área útil = 133m<sup>2</sup>.

### **4. Centro de Documentação CDNJ**

Arquivo e arrumação (piso -1). Acolhimento e sala de consulta (piso térreo). Zona de estacionamento para dois veículos. Área útil = 172m<sup>2</sup>.

### **5. Quiosque “ao Jamor”**

Reabilitação de estrutura octogonal para criação de quiosque e ponto de paragem para os atletas e utilizadores do Eixo Verde-Azul. Área útil = 48m<sup>2</sup>.

Tratamento de espaços exteriores para aproximação ao plano de água do rio Jamor.

### **6. Horta**

Tratamento do solo para acolhimento de hortas a cuidado de equipa especializada. Dinamização de oficinas pontuais e projectos de longa duração com escolas das localidades adjacentes ao CDNJ.

### **7. Pomar**

Tratamento do solo para acolhimento de pomar a cuidado de equipa especializada. Dinamização de oficinas pontuais e projectos de longa duração com escolas das localidades adjacentes ao CDNJ.

### **8. Jardim de Buxo**

Revisitação de jardins de buxo e horto de recreio a cuidado de equipa especializada. Dinamização de oficinas pontuais e projectos de longa duração com escolas das localidades adjacentes ao CDNJ.

### **9. Rio Jamor**



Figura 75 – Planta de implantação do Centro Interpretativo do Vale do Jamor



Figura 76 – Alçados gerais da proposta



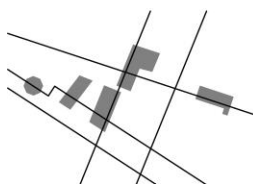
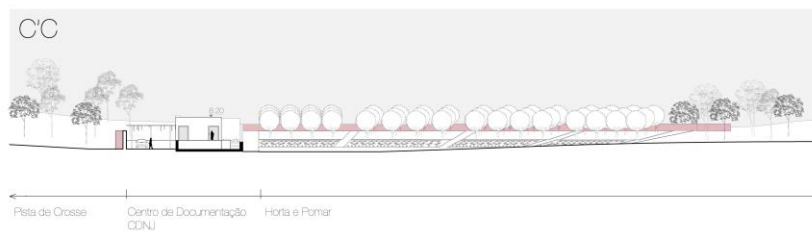
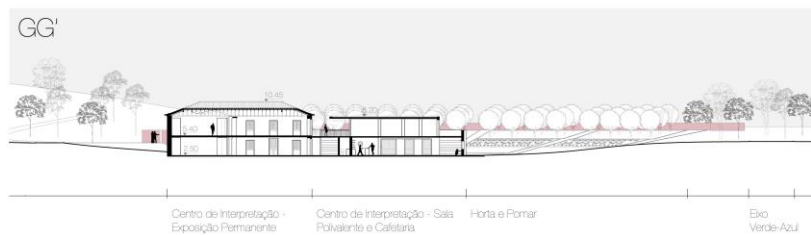
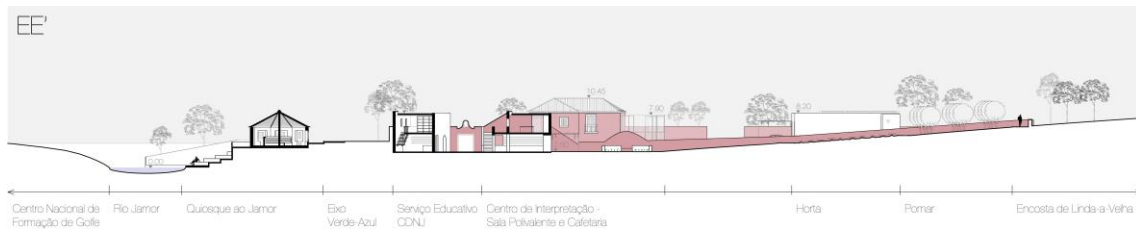


Figura 77 – Cortes gerais da proposta

1. Centro Interpretativo - Exposição Permanente
2. Cafeteria | Restauração
3. Serviço Educativo – Acolhimento e arrumação
4. Centro de Documentação CDNJ - arquivo
5. Quiosque “ao Jamor”
6. Horta
7. Jardim de Buxo
8. I.S.
9. Rio Jamor



Figura 78 – Planta à cota 3,80 m

1. Centro Interpretativo – Exposição Permanente
2. Sala Polivalente
3. Serviço Educativo – Oficina
4. Centro de Documentação CDNJ – sala de consulta
5. Eixo Verde-Azul
6. Horta
7. Pomar
8. Jardim de Buxo
9. Rio Jamor



Figura 79 – Planta à cota 4,65 m



## proposta

### reabilitação

Os trabalhos de reabilitação a desenvolver prendem-se sobretudo com questões de reforço estrutural, execução de lajes e novos caixilhos, substituição de argamassas, regularização de solos e tratamento de acabamentos.

Devido às acções de regularização do leito de rio Jamor, as suas margens sofreram acentuadas movimentações que alteraram consideravelmente a morfologia dos terrenos. O acesso aos edifícios da Quinta do Balteiro ficou comprometido pelo aterro da propriedade. Assim, considera-se que a regularização dos solos constitui um momento importante na reabilitação da ruína. Por observação e análise do estado de degradação das paredes do corpo principal da Quinta, propõe-se o seu reforço estrutural através da introdução de uma viga de coroamento em betão armado, agilizando a distribuição de cargas exercidas pela cobertura a reconstruir.

Para a reconstrução da cobertura, sugere-se uma revisitação informada às coberturas tradicionais associadas a esta tipologia, por forma a aproximar o edifício da sua volumetria original. Considerando a nova função informativa e didáctica que o conjunto assume, opta-se por revelar a verdade estrutural desta cobertura, deixando visível a hierarquia dos elementos construtivos que a compõem. Por motivos de conforto térmico e manutenção do edifício e do material museológico, sugere-se uma intervenção em conformidade com as técnicas contemporâneas de isolamento e impermeabilização, como complemento à acção das telhas de canudo. No edifício octogonal, é aplicado um sistema de isolamento e impermeabilização semelhante ao anterior, como complemento à cobertura existente.

O acabamento interior das paredes a reabilitar exige a aplicação de novo reboco à base de cal, vantajoso pela sua boa interacção com alvenarias antigas, e como acabamento sugere-se um tratamento neutro e versátil, adaptável a diferentes organizações curatoriais do espaço. Da mesma forma, a face exterior das paredes exige a substituição do reboco, cujo acabamento à base de cal aérea terá pigmentação semelhante à sua tonalidade de origem.

A estrutura octogonal é intervencionada no sentido de lhe conferir um maior conforto térmico, substituindo a sua caixilharia e aplicando o mesmo sistema de isolamento térmico e impermeabilização na cobertura. Recupera-se ainda o seu interior com vista a valorizar a estrutura do poço com nora que ali existiu e funcionou.

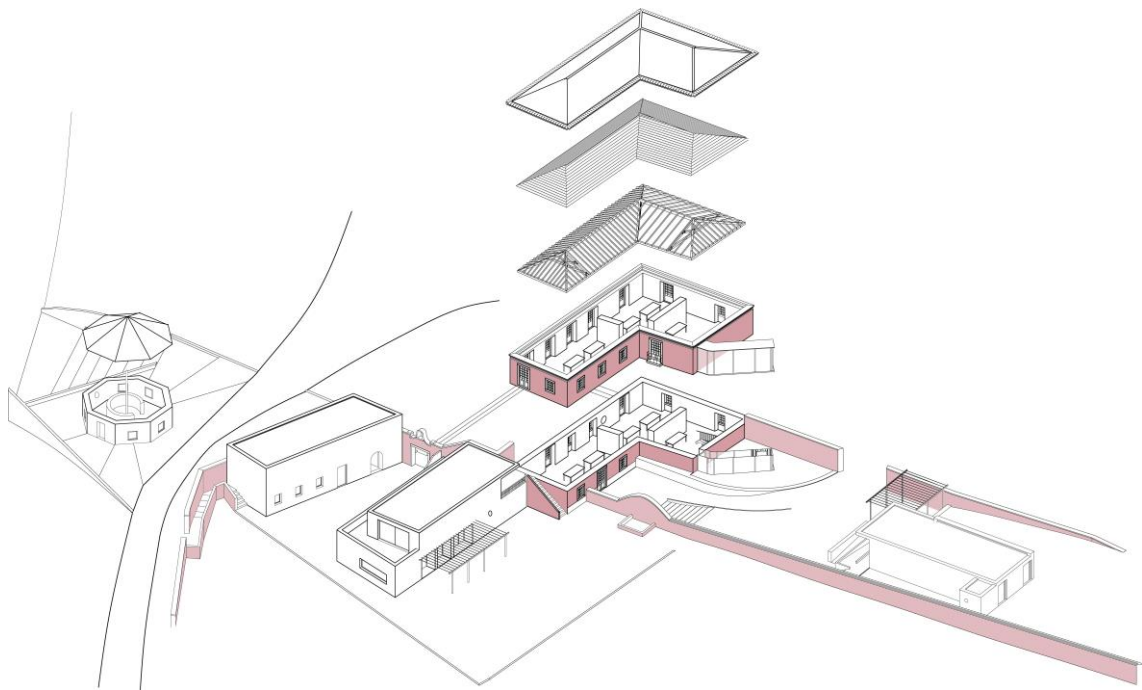


Figura 80 – Axonometria explodida de edificios rehabilitados



Figura 81 – Corte construtivo FF' pelo Centro Interpretativo – exposição permanente



Figura 82 – Corte construtivo GG' – conexão entre edifícios

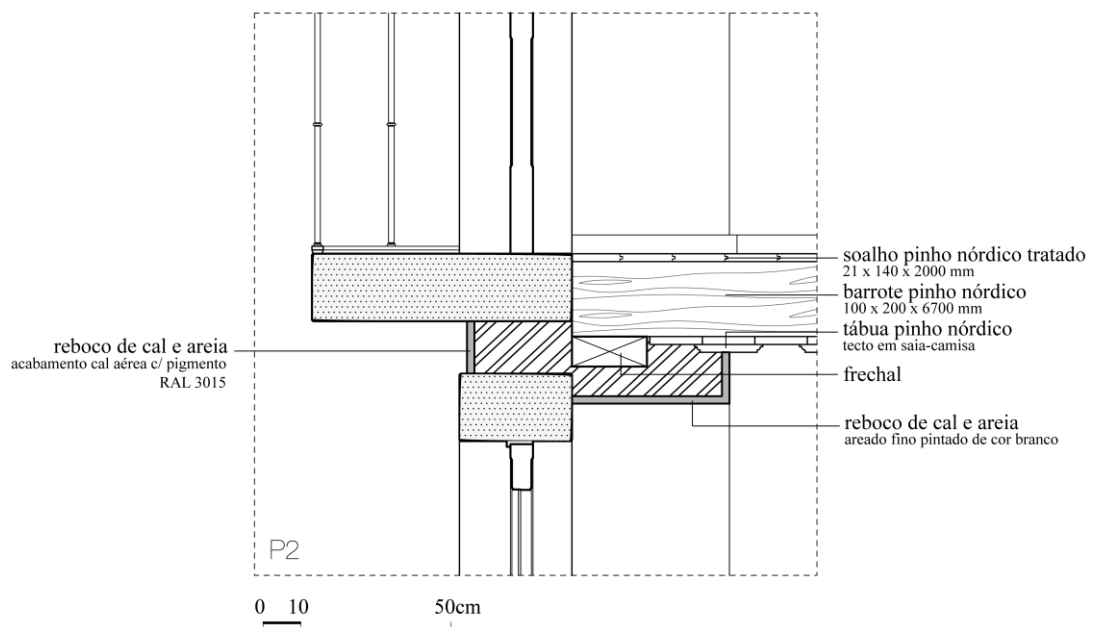
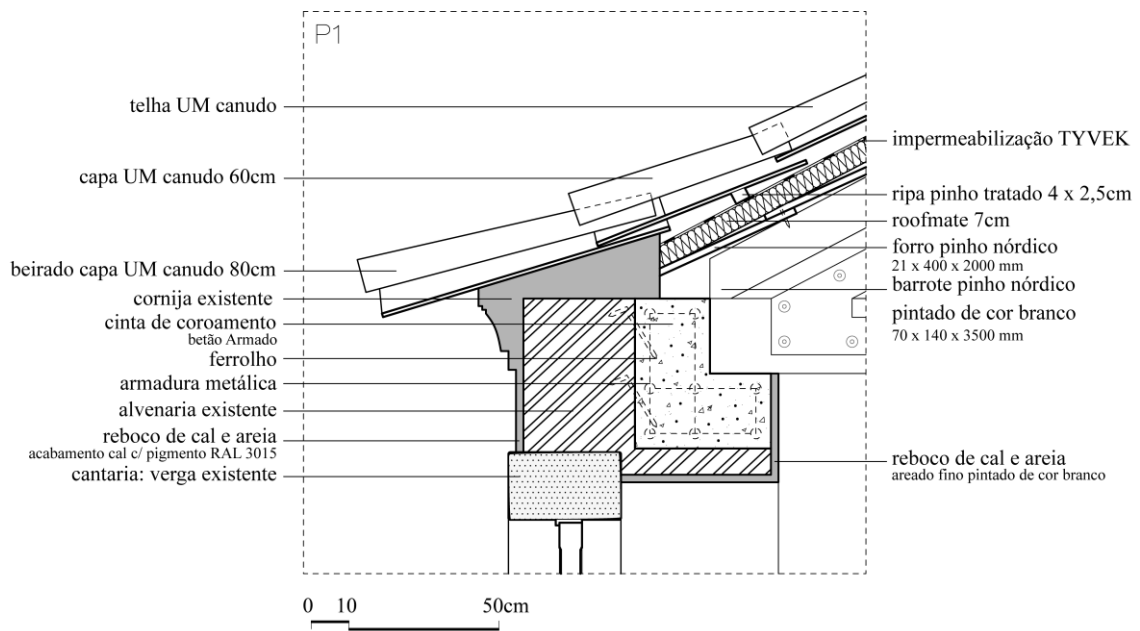


Figura 83 – Pormenores construtivos P1 e P2



Figura 84 – Corpo central rehabilitado, piso 1: render



## proposta

### construção nova

Os edifícios de complemento à pré-existência são implantados numa lógica de articulação com o antigo, por forma a gerar uma diversidade de percursos que se relacionam com as funções programáticas do conjunto. Se na ruína reabilitada se revisita o passado e a história do Vale, nos edifícios novos, adjacentes ao corpo principal, assumem-se actividades contemporâneas e dinamizadoras do Centro Interpretativo.

A arquitectura neutra e contrastante com a pré-existência pretende facilitar a leitura da ruína e marcar a distinção entre épocas. As opções tectónicas e cromáticas procuram reforçar a diferenciação dos tempos, numa lógica de harmonização geral dos diferentes edifícios, encontrando um equilíbrio entre elementos específicos para cada temporalidade e elementos de utilização transversal.

A sugestão de uma solução construtiva corrente, com estrutura em betão armado e elementos verticais em pano duplo de tijolo furado, tem como principal motivação a viabilidade do projecto. Considerando a longa espera por uma intervenção que a Quinta do Balteiro atravessa, pretende-se apresentar uma proposta que lance ao CDNJ o debate sobre o futuro desta ruína, que é sua propriedade.

A localização e proporção dos vãos baseia-se na análise da pré-existência, e pretende complementar a experiência da visita ao Centro, abrindo-se ao exterior em locais estratégicos, criando pontos de vista que se intercalam com o material proposto, e promovendo uma iluminação controlada dos espaços interiores.

Propõe-se, para os três edifícios novos, uma estrutura de iluminação artificial em grelha metálica, fixa à laje, que permite uma versatilidade e adaptabilidade dos pontos de luz às alterações de disposição dos diferentes espaços.

De modo a suprir as exigências logísticas da nova função programática da Quinta do Balteiro, complementa-se o conjunto com espaço de estacionamento e acessos facilitados para o transporte de peças de exposição entre o arquivo e o espaço de galeria.

Com base na investigação histórica demonstrativa dos diversos períodos de cheias junto à localização da Quinta, propõe-se a utilização de eco-saibro no tratamento de pavimento dos espaços exteriores, vantajoso pela sua permeabilidade e harmonização com a rede de percursos com a qual se conecta o Centro Interpretativo.

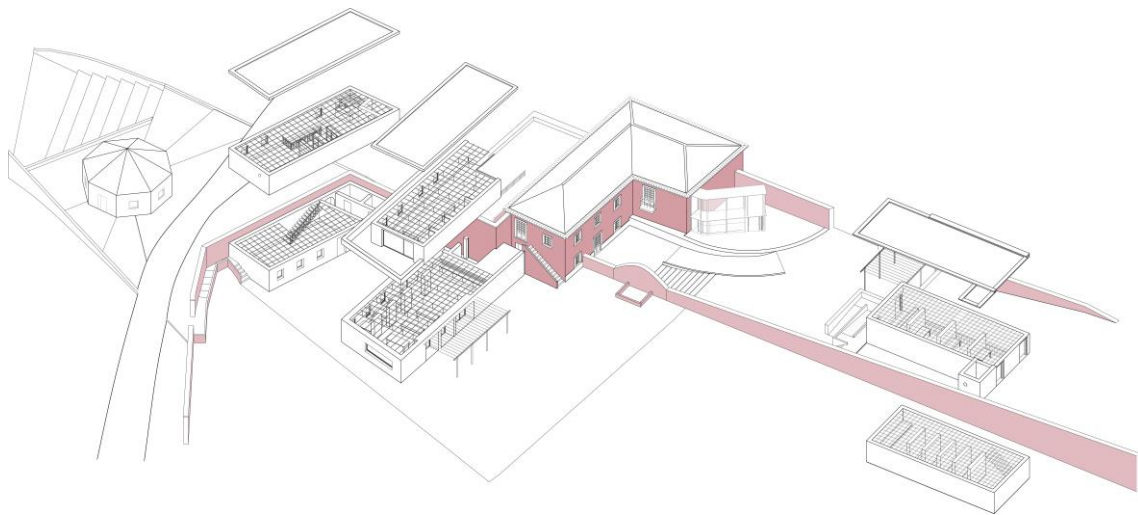


Figura 85 – Axonometria explodida de construção nova



Figura 86 – Corte construtivo EE' pelo Serviço Educativo

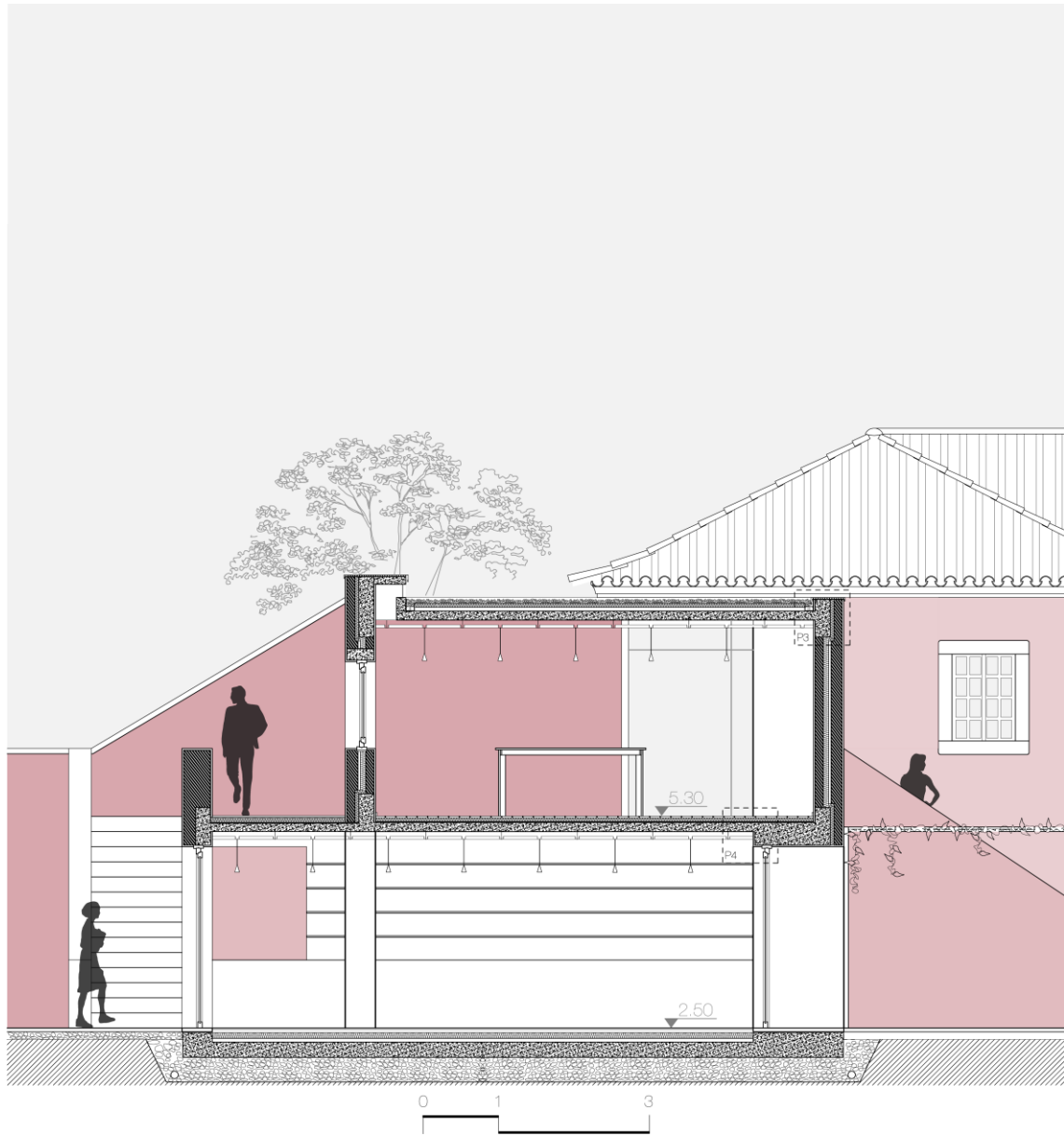


Figura 87 – Corte construtivo EE' pela sala polivalente e cafetaria

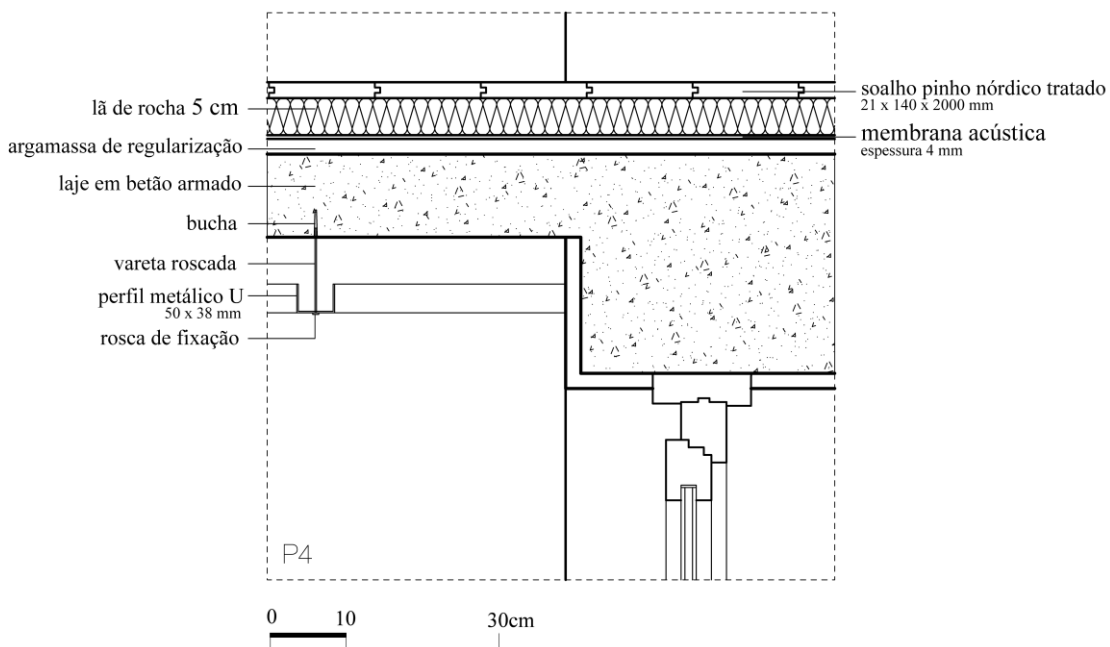
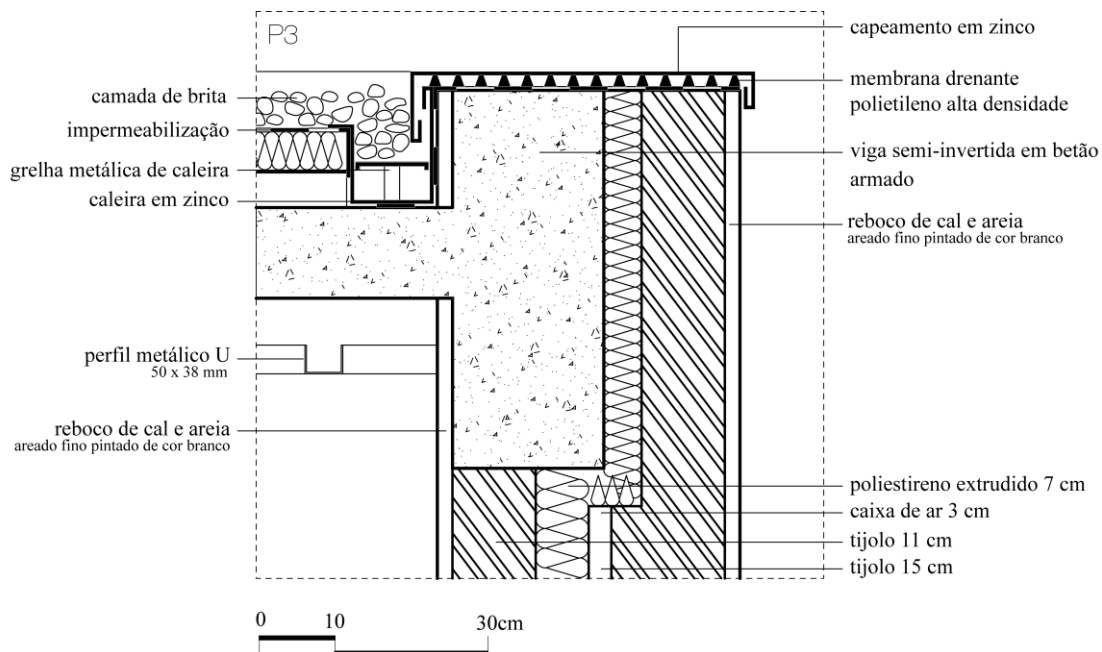


Figura 88 – Pormenores construtivos P3 e P4



Figura 89 –Renderização de edifício novo: cafeteria



## considerações finais e reflexões a prolongar

O presente trabalho de Projecto Final de Arquitectura procurou responder à dúvida que frequentemente surge na prática arquitectónica e que Jonathan Glancey sintetiza da seguinte forma:

“Abandoned and decaying buildings are a part of the modern landscape. Should we rebuild them or let them be?”<sup>160</sup>

Recordamos a abordagem de Laurajane Smith, ao afirmar que o património é maioritariamente definido por questões intangíveis, como as memórias que suscita e os momentos e interacções que promove. A autora refere a importância de desprivilegiar os aspectos físicos de um lugar, no sentido de dar espaço e visibilidade aos seus elementos imateriais que lhe conferem identidade e valor cultural e social.

“Above all, the theme of remembering alerts us to the idea that heritage is a culturally directed process of intense emotional power, that is both a personal and social act of making sense of, and understanding, the past and the present.”<sup>161</sup>

Assim, entendemos que a identificação de um local enquanto património requer principalmente, e para além da sua apreciação física e material, um conhecimento do seu passado, da sua vivência, do seu papel no contexto social e das memórias que gerou. Consideramos também que apenas a partir deste momento se torna possível intervir em património de maneira informada e crítica.

A Quinta do Balteiro, exemplar da tipologia de quinta de recreio, em que se enquadra, é um dos escassos vestígios da paisagem que caracterizava o Vale do Jamor antes de, em 1938, se ter iniciado a construção do Estádio Nacional. A sucessão de intervenções neste território, permitiu que o Centro Desportivo Nacional do Jamor se tornasse no maior centro de prática desportiva amadora e profissional do país, integrado num parque urbano nos arredores de Lisboa. Esta estrutura recebe diariamente centenas de atletas,

---

<sup>160</sup> GLANCEY, Jonathan. **Ruined Beauty: What should we do?** [Em linha]. BBC, 2015. [Consult. Novembro 2020]. Disponível na internet: <URL: <https://www.bbc.com/culture/article/20150420-ruined-beauty-what-should-we-do> >.

<sup>161</sup> SMITH, Laurajane – **Uses of Heritage**. Oxon: Routledge, 2006. P. 304.

caminhantes e famílias, que, usufruindo das potencialidades do complexo, provavelmente ignoram a carga histórica deste lugar.

Se o “Estádio do Jamor” é amplamente conhecido graças aos grandes eventos desportivos que acolhe, a sua ligação ao rio, elemento que lhe dá nome, é consideravelmente menos difundida. Não apenas esta relação de toponímia, mas também as questões históricas e políticas que estiveram na origem da grande transformação deste território, constituem um capital informativo e pedagógico de extrema relevância, que actualmente não se encontra dignificado.

A ruína da Quinta do Balteiro, testemunha das intervenções de expansão do CDNJ, tem sido deixada ao abandono, tornando cada vez mais longínqua a memória do contexto em que surgiu e da sua própria história, que é um reflexo da organização da sociedade portuguesa da época em que foi construída e vivenciada.

A opção de implantação de um Centro Interpretativo no Vale do Jamor responde a uma problemática actual e concreta de questionamento sobre o futuro da ruína da Quinta do Balteiro, propriedade do Centro Desportivo Nacional do Jamor. A sua localização privilegiada na margem do rio Jamor, a desconexão inexplicável entre o complexo e as instituições escolares mais próximas, a descentralização da documentação referente ao Vale e ao centro desportivo e o reduzido número de estruturas de apoio aos utilizadores do Eixo Verde-Azul manifestaram-se como oportunidades de definição de um programa geral.

O presente estudo permitiu o reconhecimento de diversas visões e posturas possíveis na intervenção arquitectónica perante uma ruína. Consideramos que, como em qualquer intervenção, a pré-existência deve constituir-se como ponto de partida para todo o processo de desenvolvimento do projecto. Esta abordagem não parte de um modelo de intervenção generalista mas sim de uma metodologia de trabalho necessária para uma intervenção tão informada quanto possível. Esta metodologia consiste numa pesquisa exaustiva e aprofundada sobre a pré-existência e a sua evolução ao longo do tempo, que conduz a um diagnóstico do seu potencial arquitectónico bem como das suas fragilidades – construtivas, espaciais, funcionais. Este processo encaminha para a elaboração de um programa/projecto de intervenção enquanto síntese analítica e criativa fundamentada na salvaguarda dos valores patrimoniais e na sua legível articulação com a contemporaneidade.

Num hipotético desenvolvimento da proposta projectual apresentada no presente trabalho, consideramos essencial a elaboração paralela de um projecto museológico com

base nos materiais recolhidos em fase de investigação. De igual modo, seria indispensável um estudo paisagístico que permitisse uma rigorosa consolidação do território, do ponto de vista das espécies autóctones e dos sistemas de irrigação e drenagem da Quinta.

A ruína da Quinta do Balteiro, que surge no território como que emersa de uma outra época, foi personagem principal do presente exercício. A proposta desenvolvida foi uma longa viagem no tempo

“De há muito que nos conhecíamos. Porém agora conhecemo-nos melhor e ambos estamos diferentes.”<sup>162</sup>

---

<sup>162</sup> TÁVORA, Fernando. Casa da Covilhã in TRIGUEIROS, Luiz (coord.) [et al.] – **Fernando Távora**. Lisboa: Editorial BLAU, 1993. P. 128-130. ISBN 9789728311292.

## bibliografia

- ÁLVAREZ, Darío Álvarez – El Paisaje como obra de arte total: Dimitris Pikionis y el entorno de la Acrópolis. **Revista de Arquitectura** [Em linha], Vol. 13 (2011). P.37. [Consult. Abril 2020]. Disponível na internet: <URL: <https://revistas.unav.edu/index.php/revista-de-arquitectura/article/view/4942> >.
- ALVES, Alice Nogueira – **Os Valores dos Monumentos: a Importância de Riegl no Passado e no Presente** [Em linha]. Lisboa: Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa/CIEBA, 2014. [Consul. Maio 2020]. Disponível na internet: <URL: [https://www.academia.edu/15658091/Os\\_Valores\\_dos\\_Monumentos\\_a\\_Import%C3%A2ncia\\_de\\_Riegl\\_no\\_Passado\\_e\\_no\\_Presente\\_-\\_2014](https://www.academia.edu/15658091/Os_Valores_dos_Monumentos_a_Import%C3%A2ncia_de_Riegl_no_Passado_e_no_Presente_-_2014) >.
- ANDRESEN, Teresa [et al.] – **O Estádio Nacional: Um paradigma na arquitectura do desporto e do lazer**. Oeiras: CMO, 2007. ISBN 978-989-608-043-3.
- ARROYO, Elizabeth - **Arquitecturas transformadas: Reutilización adaptativa de edificaciones en Lisboa 1980 – 2002. Los antiguos conventos**. Barcelona: Universidad Politécnica de Cataluña, 2011. Tese de doutoramento.
- BAEYENS, Herman [et al.] – **The Hicira Handbook : Heritage Interpretation Centres** [Em linha]. [Consult. Julho 2020]. Barcelona: Diputació Barcelona, 2005. Disponível na internet: <URL: [https://www.diba.cat/c/document\\_library/get\\_file?uuid=63952a92-928c-4eb9-a698-587bea5cf637&groupId=99058](https://www.diba.cat/c/document_library/get_file?uuid=63952a92-928c-4eb9-a698-587bea5cf637&groupId=99058) >.
- BECKFORD, William. **Italy: with sketches of Spain and Portugal**, Vol. 2. Londres: Richard Bentley, New Burlington Street, 1834.
- CALDAS, João Vieira – **A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII**. 2ª Edição. Porto: FAUP, 1999.
- CARAPINHA, Aurora – **Da Essência do Jardim Português**, Vol. 1. Évora: Universidade de Évora, 1995. Tese de doutoramento.
- CASTRILLON, Natalia Escobar [et al.] – **Oblique: Critical Conservation** [Em linha]. Vol. 2. Cambridge: Harvard University, 2017. [Consult. Maio 2020]. Disponível na internet: <URL: <http://www.criticalconservation.com/downloads> >.
- CDNJ – História [Em linha]. [Consult. Outubro 2020]. Disponível na internet: <URL: <https://jamor.ipdj.pt/index.php?lang=pt&s=white&pid=108&title=historia> >.
- CHOAY, Françoise – **A Alegoria do Património**. Lisboa: Edições 70, 2000.
- CHOAY, Françoise – **As Questões do Património : Antologias para um combate**. Lisboa: Edições 70, 2011. ISBN 978-972-44-1624-3.
- COLAÇO, Branca; ARCHER, Maria – **Memórias da Linha de Cascais**. Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia, 1943.
- CORDEIRO, Maria – **(Re)Interpretar a memória**. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, 2019. Tese de mestrado.
- CORREIA, Fernando – **Estádio Nacional: 62 anos depois**. 1ª Edição. Lisboa: Sete Caminhos, 2006.

- COSTA, Luís Filipe – **Há Só uma Terra : As Cheias de 1967**. [Registo vídeo]. [Em linha]. Lisboa: Arquivo RTP, 1973. Programa documental. (28min). Preto e branco. Disponível na internet: <URL: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/as-cheias-de-1967/> >.
- COSTA, Vanda – **Centros de Interpretação e Turismo Cultural: o CITA de Vila Nova da Barquinha**. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 2019. Tese de mestrado.
- DIAS, Catarina – **Placemaking : Projeto de um Centro de artes para a Estação Central de Michigan (Detroit)**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2015. Tese de mestrado.
- Direcção Geral dos Desportos – **Complexo Desportivo do Jamor : Programa Gráfico 1992**. Lisboa: D. G. D., D.L., 1989.
- FERNANDES, José Manuel – **A Arquitectura**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1991.
- FERNANDES, José Manuel – **Arquitectura Vernácula da Região Saloia**. 1ª Edição. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1991.
- FERREIRA, Raul Hestnes [et al.] – Adaptação da Quinta do Balteiro: Clube e Federação de Golfe (estudo prévio). Acervo Centro Desportivo Nacional do Jamor.
- GARRIDO, Manuel; Sánchez, José – Los centros de interpretación como motor de desarrollo turístico local, ¿un modelo fracasado? El caso de la provincia de Cádiz [Em linha], [Consult. Julho 2020]. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**, N.º 67, 2015. P. 143-165. Disponível na internet: <URL: <file:///C:/Users/Leonor%20Andrade/Downloads/Dialnet-LosCentrosDeInterpretacionComoMotorDeDesarrolloTur-5035571.pdf> >.
- GUIA, Diogo [et al.] – **Jamor: o Palco Maior do Desporto Nacional**. 1ª Edição. Lisboa: INCM, MND, IPDJ, 2014. ISBN 978-072-27-2317-6.
- JACOBS, Jane – **The Death and Life of Great American Cities**. St. Ives: Penguin Books, 1961.
- Julgado d'Oeiras – **Testamento de Manuel Annes Balteiro** [Em linha]. Livro 8º de registo de testamentos do Concelho de Oeiras, 1864. [Consult. Novembro 2019]. Disponível na internet: <URL: <http://arquivo.cm-oeiras.pt/Result.aspx?id=142985&type=PCD> >.
- LACERDA, Manuel – **Revista Património : Resumo Gráfico** [Em linha]. Nº 4 (2016). P.1. [Consult. Junho 2020]. Disponível em <URL: [http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/docs/2017/03/07/RP4\\_WEB.pdf](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/docs/2017/03/07/RP4_WEB.pdf) >.
- LOPES, Murillo – Quarenta famílias em situação dramática: Na Quinta do Balteiro ao Vale do Jamor. **Diário Popular** [Em linha] 23 Out. 1984, p.12. [Consult. Janeiro 2020]. Disponível na internet: <URL: <http://arquivo.cm-oeiras.pt/digitalizacao/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=120280&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1> >.
- LUÍS, Nadia – **Refuncionalização da Arquitectura: Abordagens Patrimoniais na Cidade**. Lisboa: ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 2016. Tese de mestrado.
- MONTEIRO, Carlos Branquinho – **Ribeiras dos Concelhos de Oeiras e Cascais**. Oeiras: CMO, 1987.
- MONTEIRO, Gilberto – **O Sítio da Cruz Quebrada: Nótulas de Micro-História**. Lisboa: Tipografia Ibérica, 1964.

- MORAIS, Isaltino – **Mau-Cheiro da Ribeira do Jamor em vias de solução**. [Em linha]. Oeiras: 1993. [Consult. Fevereiro 2020]. Disponível na internet: <URL: <http://arquivo.cm-oeiras.pt/Result.aspx?id=77443&type=PCD> >.
- Narração da Descoberta da Imagem de N. Sra da Conceição da Rocha em o dia 31 de Maio de 1822**. Porto: Imprensa do Gandra, 1824.
- NORBERG-SCHULZ, Christian – **Existencia, Espacio y Arquitectura**. Barcelona: Ed. Blume, 1975.
- O Século**. [Em linha]. Lisboa: 10 de Agosto de 1973. [Consult. Janeiro 2020]. Disponível na internet: <URL: <http://arquivo.cm-oeiras.pt/Result.aspx?id=119552&type=PCD> >.
- Obras de Eça de Queiroz : A Ilustre Casa de Ramires**. Volume 1. Porto: Lello & Irmão Editores, [?]. P. 1273.
- Olympics: Sports [Em linha] Olympic Organization [Consult. Setembro 2019]. Disponível na internet: <URL: <https://www.olympic.org/sports> >.
- PALLASMAA, Juhani – **Os Olhos da Pele : A arquitectura dos sentidos**. Porto Alegre: Bookman, 2011. ISBN 978-85-7780-777-2.
- PIRES, Amílcar de Gil e – **A Quinta de Recreio em Portugal: Vilegiatura, Lugar e Arquitectura**. Sintra: Caleidoscópio, 2013. ISBN 978-989-658-245-6.
- PIRES, Amílcar de Gil e – **O Lugar da Quinta de Recreio da Periferia de Lisboa**. [Em linha]. Sintra: Revista Tritão, nº1, Dezembro 2012. [Consult. Janeiro 2020]. Disponível na internet: <URL: <http://revistatritao.cm-sintra.pt/index.php/numero-1> >.
- Project for Public Places [Em linha]. [Consult. Junho 2020] Disponível na internet: <URL: <https://www.pps.org/about> >.
- RODRIGUEZ-SALMONES, Cristina – **José Ortega y Gasset : imágenes de una vida 1883-1955**. Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia, Fundación José Ortega y Gasset, 1983. ISBN 84-300-9518-7.
- RUSKIN, John – **The Seven Lamps of Architecture**. [Em linha]. Nova Iorque: John Wiley, 161 Broadway, 1849. [Consult. Maio 2020]. Disponível na internet: <URL: <http://academics.triton.edu/faculty/fheitzman/Ruskin,%20John%20The%20Seven%20Lamps%20of%20Architecture%201849.pdf> >.
- SANTOS, Juan Domingos – **Patrimonio y Experiencia in Piedra sobre Piedra : 30 años de intervención pública en el patrimonio arquitectónico español 1985/2005**. Madrid: Ministerio de Fomento, 2016.
- SANTOS, Soraia – **A Reabilitação como Processo de Adição e Estratificação Contínua**. Leiria: ESAD, Politécnico de Leiria, 2015. Tese de mestrado.
- SILVA, Augusto Vieira da – **Os Limites de Lisboa**. Revista Municipal [Em linha]. Volume nº5, 1941. [Consult. Outubro 2019]. Disponível na internet: <URL: [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N5/N5\\_master/N5.pdf](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N5/N5_master/N5.pdf) >.
- SILVA, Augusto Vieira da – **Dispersos** [Em linha]. 2ª Edição. Lisboa: CML, 1968. [Consult. Outubro 2019]. Disponível na internet: <URL: [http://geo.cm-lisboa.pt/fileadmin/GEO/Imagens/GEO/Livro\\_do\\_mes/Vieira\\_da\\_Silva/Dispersos/MON\\_69-P\\_PART\\_02.pdf](http://geo.cm-lisboa.pt/fileadmin/GEO/Imagens/GEO/Livro_do_mes/Vieira_da_Silva/Dispersos/MON_69-P_PART_02.pdf) >.



- STOOP, Anne de, BESSA, A. Moura (coord.) – **Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa**. Barcelos: Livraria Civilização, 1986. ISBN
- TAVARES, Pedro – **Entre terra e água. Museu e Centro Interpretativo do Baixo Sabor**. Braga: Universidade do Minho, 2019. Tese de mestrado.
- TÁVORA, Fernando. Casa da Covilhã in TRIGUEIROS, Luiz (coord.) [et al.] – **Fernando Távora**. Lisboa: Editorial BLAU, 1993. ISBN 9789728311292.
- TOSTÕES, Ana [et al.] – **Do Estádio Nacional ao Jardim da Gulbenkian**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- USTÁRROZ, Alberto – **La lección de las Ruinas**. Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos, 1997. P.13. ISBN 84-922594-0-x
- SIZA VIEIRA, Álvaro in Juan Domingo Santos – El sentido de las cosas. Una conversación con Álvaro Siza. Madrid: **El Croquis**, nº 140, 2008.
- SIZA VIEIRA, Álvaro – **Entrevista de José Salgado a Álvaro Siza : A Casa em Roberto Ivens** [Em linha]. Porto: Casa da Arquitectura, 2011. [Consult. Julho 2020]. Disponível na internet: <URL: <https://ultimasreportagens.com/especial-robertoivens.html> >.
- SMITH, LAURAJANE – **Uses of Heritage**. Oxon: Routledge, 2006.
- VETRONE, Mariana Lunardi – Diálogos com a preexistência: leitura crítica de projetos de intervenção no património edificado de Coimbra nas últimas décadas. **GE Conservación** [Em linha]. 15, 2019. P. 76 – 88. [Consult. Abril 2020]. Disponível na internet: <URL: <https://www.ge-ic.com/ojs/index.php/revista/article/view/678/896> >. ISSN: 1989-8568.
- WHYTE, William – **The Social Life of Small Urban Spaces** [Registo vídeo], [Em linha]. Nova York: The Municipal Art Society of New York, 1979. (58 min). [Consult. Junho 2020]. Disponível na internet: <URL: <https://www.youtube.com/watch?v=HH9fhmyTRjI> >.

# anexos

## anexo A – enunciado da uc de projecto final de arquitectura 2019/2020

ISCTE Instituto Universitário de Lisboa  
Dep. de Arquitectura e Urbanismo



Projecto Final de Arquitectura 2019/2020 - Turma 1

### Enquadramento

Os principais eventos desportivos internacionais têm vindo a estreitar a sua realização a cada vez menos palcos e países do Mundo, em consequência dos grandes investimentos que implicam, dificilmente ao alcance de países de menor recursos e dimensão. Se, por um lado, os Jogos Olímpicos têm aumentado o seu número de modalidades e atletas, nas competições de futebol as fases finais têm aumentado sucessivamente o número de participantes: em 1978, os Mundiais de Futebol tinham somente 16 participantes, tendo esse número dobrado até aos actuais 32, e o campeonato do Mundo de 2026, que terá lugar no Canadá, Estados Unidos da América e México terá 48 equipas. O Euro de Futebol, que em 1992 tinha apenas 8 participantes, subiu ao seu triplo actual!

Resultados desses incrementos são: a virtual falta de competitividade e relevância das respectivas fases de apuramento, que passam a formalidades onde equipas de alta-competição se confrontam com micro-estados – e a redução do número de países capazes de suportar semelhante investimento. Não por acaso, os Estados Unidos receberam em 1928 (dois anos depois do Mundial de Futebol de 1926) os seus quintos jogos olímpicos, no Memorial Coliseum de Los Angeles, que se tornará o primeiro estádio a receber três Jogos Olímpicos na história. Berlim recebeu a final do Mundial de 2006, no mesmo estádio olímpico que em 1936 ficou célebre (também) por razões controversas de ordem política, enquanto na Alemanha – dividida, após a 2ª Guerra Mundial – houve lugar ainda às Olimpíadas de 1972 (conhecidas por razões ainda piores), no mesmo estádio de Munique onde, dois anos depois, se jogou a final do Mundial de 1974, e em 1988 a final do Euro.

Paris receberá novamente, em 2024, os Jogos Olímpicos, desta feita no mesmo *Stade de France* onde teve lugar a final do Mundial de Futebol de 1998, e em que Portugal venceu o Euro 2016. A capital francesa já havia recebido, em 1938, a final do Mundial, no Stade de Colombes - onde, em 1924, haviam decorrido os segundos jogos olímpicos parisienses – tendo a cidade sido palco, por mais duas vezes, da final de um Europeu de Futebol, no Estádio dos Príncipes (para além da terceira vez, de 2016). Londres já teve três Jogos Olímpicos, o segundo dos quais teve por palco o Estádio de Wembley, que em 1966 recebeu uma final de um Mundial de Futebol e 30 anos depois a final de um Europeu de futebol.

Nos processos por detrás da escolha dos locais para estas competições, repetem-se casos de suborno juntos das entidades regionais e nacionais, abrindo lugar à sua realização em cleptocracias como a Rússia - onde ocorreu o Campeonato Mundial de Futebol de 2018 -, ou à inexplicável escolha do Qatar como palco dessa competição, que obrigará à realização dessa prova, pela primeira vez, no fim do ano civil, entre 21 de novembro e 18 de dezembro. O Qatar é um estado absolutista e hereditário, com a área de 11.437 km<sup>2</sup> (ligeiramente maior que o Distrito de Beja) onde os direitos humanos são desrespeitados. A população qatari não alcança 2 milhões de habitantes: número muito aquém do total de ingressos para as partidas dessa prova que irão decorrer nesse emirato, nos 6 novos estádios especialmente construídos, a que se somarão 2 reformulados. O arquitecto alemão Albert Speer (filho do arquitecto nazi do mesmo nome, autor do parque olímpico de Berlim de 1936, que seria Ministro do Armamento da Alemanha durante a maior parte da 2ª Guerra Mundial) esteve envolvido no projecto de

candidatura, tendo um estádio sido projectado por Norman Foster e outro por Zaha Hadid - exercício ainda modesto, quando comparado com os 8 estádios construídos, e os 2 profundamente remodelados (quando o caderno de encargos da UEFA só exigia 8) do Euro 2004 em Portugal, para uma prova com metade das equipas.

#### Os Jogos Olímpicos de Lisboa

2020 teria os seus Jogos Olímpicos realizados em Tóquio. A capital do Japão fora seleccionada para receber os jogos de 1940 - que teriam chegado a constar que poderiam ser em Lisboa (André Cruz, p.44) – mas a 2ª Guerra Mundial impediu a sua concretização, que seria finalmente realizada em 1964, na primeira vez em que a competição se realizou pela primeira vez em solo asiático. O mesmo país recebeu – agora, em parceria com a Coreia do Sul – parte dos confrontos do Mundial de Futebol de 2002 incluindo a respectiva final. Porém, uma sensibilidade surpreendente para com os direitos dos mais pequenos desenvolveu-se no Comité Olímpico Internacional, que em *volte-face* preferiu que a prova se realizasse na capital mais ocidental da Europa.

Alguns dos principais núcleos de provas serão: o Pavilhão Atlântico, na Expo, para as provas de desportos colectivos; os estádios do Sport Lisboa e Benfica e do Sporting Clube de Portugal, para os desportos colectivos ao ar livre; o cais da antiga Docapesca, em Algés, e a marina de Cascais, para as provas de vela; uma nova infraestrutura desportiva para a prática do remo, no esteiro da Lançada (Montijo). O epicentro da prova, contudo, estará no Vale do Jamor: onde chegou a constar que os Jogos Olímpicos de 1940 (André Cruz, p.44).

O Centro Desportivo Nacional do Jamor (CDNJ) será objecto de um plano de intervenção alargado, incluindo a adaptação dos circuitos rodoviários e pedonais. Será realizado um apeadeiro terminal ferroviário que, por retoma do antigo ramal realizado aquando da construção do estádio, no começo dos anos '40, permita receber composições chegadas do Cais do Sodré. A estação ferroviária da Cruz Quebrada será também remodelada.

O Estádio Nacional terá uma ampliação dos 37.593 lugares actuais para 57.000 lugares, eventualmente recorrendo a sistemas reversíveis. Receberá uma nova piscina olímpica, onde decorrerão as provas de natação, natação sincronizada, polo aquático e ginástica aquática, com tanque de saltos adjacente, a localizar nos terrenos da antiga fábrica da Lusalite, de frente para o Tejo.

A “Cidade do Futebol” será deslocalizada para outro lugar, sendo os seus terrenos ocupados com um refeitório, executado em sistema construtivo que permita a sua desmontagem parcial após a realização das provas, durante as quais estará aberto 24 horas/dia, com capacidade para servir 1800 refeições diárias. Será realizado um novo parque de estacionamento na sua adjacência.

Deverá prever-se alojamento residencial de 1000 atletas de natação, natação sincronizada, polo aquático e mergulho, em edifícios de apartamentos a realizar nos terrenos da antiga fábrica de fermentos holandeses (junto da fábrica da Lusalite), os quais deverão reverter para venda no mercado imobiliário, com uma população residente de sensivelmente 60% desse número, após os Jogos Olímpicos.

LISBOA 2020



Por fim, tendo em vista o futuro do Estádio Nacional, deverá proceder-se a:

- Pavilhão polidesportivo com 2 pisos de uso independente (treino e jogos), para modalidades como basquetebol, voleibol, ginástica, judo, etc..., com bancada no piso superior, de pequena a média dimensão, fixa e /ou amovível em parte e com estacionamento.
- Reabilitação da Quinta da Graça, na estrada da Costa, com programa/projeto de reabilitação para um pequeno hotel de charme ligado ao desporto/ universidade, como extensão do centro de estágio.
- Projecto de reabilitação e alterações da Quinta das Biscoiteiras, na estrada do mesmo nome, com programa habitacional, como polo suplementar do centro de estágios. Tipologias T0 a T2. Espaços comuns como zona de lazer exterior, sala de convívio/ lazer, lavandaria comunitária.
- Projecto de reabilitação da Quinta do Balteiro, junto ao Rio Jamor, com: núcleo de apoio à prática desportiva – como, por exemplo, a pista de “cross-country” - e eventos relacionados que contemple sanitários e balneários para 25 atletas, snack-bar ou pequeno restaurante de apoio com esplanada, 2 gabinetes para 2 pessoas cada, 1 sala de reuniões para 12 pessoas e uma sala open-space para diversas funções, nomeadamente para apoio a eventos. Servirá também de edifício de apoio aos transeuntes do Eixo-Verde-Azul, actualmente em realização<sup>1</sup>.

#### Faseamento do trabalho

Trabalho de Grupo - Os estudantes dividir-se-ão em 2 grupo de 5 a 6 estudantes, os quais, numa primeira fase, confrontarão o programa com o contexto, através de recolha de informação gráfica de vários tipos, e investigação sobre fontes escritas relativas ao Vale do Jamor e sua transformação, o seu edificado, as actividades desportivas que deverá receber nos Jogos Olímpicos de 2020, etc. Nomeadamente, deverão articular os sistemas de acesso e circulação no Centro Desportivo Nacional do Jamor, por via rodoviária (incluindo áreas de estacionamento), ferroviária (incluindo localização e disposição do apeadeiro do estádio e da estação da Cruz Quebrada) e pedonal – no que deverá apoiar-se no Eixo Verde-Azul, que acompanha o curso do Rio Jamor, facilitando a permeabilidade de acessos interior-litoral às populações a montante, adjacentes ao Vale do Jamor, e facilitando a fruição dos terrenos do Estádio Nacional.

Deverão produzir, em grupo, um plano de intervenção onde os principais aspectos da proposta fiquem apontados com clareza.

Elementos da entrega:

- Portfólio em formato A4 (em que peças de dimensão maior serão dobradas nesse formato) integrando elementos de leitura territorial e histórica, gráfica e impressa, do local e tema de trabalho. Data de entrega: último dia de aulas do 1º semestre de aulas.

<sup>1</sup> <http://jamor.ipdj.pt/index.php?lang=pt&s=noticias&id=930&title=EIXO+VERDE+E+AZUL>

- Maquete na escala 1/1000, englobando toda a superfície do Centro Desportivo Nacional do Jamor, e suas adjacências, onde o plano proposto pelo grupo possa ser ensaiado e caracterizado.

Data de entrega: **20 de Dezembro de 2019**, merecendo referência classificativa por parte dos orientadores.

**Trabalho Individual** – Cada estudante produzirá um trabalho de investigação para Projecto, que completará a investigação realizada em grupo. Os estudantes identificarão um tema de investigação individual, que desenvolverão com acompanhamento da Prof. Paula André, do Prof. Ricardo Resende, na qualidade de orientadores, ou de outro docente que, por razões relacionadas com a investigação proposta, se adequar melhor a essa função específica.

Tratando-se de uma unidade curricular que surtirá um projecto único, deverão existir convergências sensíveis entre o trabalho de projecto e investigação, dentro do **plano de fundo temático, histórico, territorial ou material comum**, como sejam (a título de exemplo): engenharia e infra-estruturação de transportes; transformação natural da encosta norte do Rio Tejo, a Ponte do Vale de Alcântara; património arquitectónico, existente ou pretérito, do Estádio Nacional e/ou constante da carreira dos seus autores; soluções construtivas a utilizar nos projectos a desenvolver individualmente pelos estudantes, quer para edificado novo, quer para reabilitação (grandes vãos; sistemas desmontáveis; materiais compósitos, etc.); soluções adoptadas noutros tempos, para problemas semelhantes, em estádios, teatros, anfiteatros, pavilhões desportivos – etc.

De acordo com as “Normas de apresentação e de harmonização gráfica para dissertação ou trabalho de projecto de mestrado ou tese de doutoramento”, o número máximo de páginas de texto para trabalhos de projecto de mestrado são 50, nas quais se incluirão aquelas correspondentes à fase de grupo a incluir na entrega. À imagem da prática de anos anteriores em PFA, recomenda-se que os textos de autoria individual não superem as 10.000 palavras.

A investigação acompanhará e informará o conhecimento contextual e/ou aplicação directa ao programa arquitectónico a desenvolver em cada grupo, em que cada membro realizará o projecto de um dos seguintes conjuntos, e sua envolvente mais próxima:

- |                                   |                                     |
|-----------------------------------|-------------------------------------|
| 1. Ampliação do Estádio.          | 7. Reabilitação Quinta da Graça, ou |
| 2. Piscina.                       | Quinta das Biscoiteiras, ou Quinta  |
| 3. Habitações dos nadadores.      | do Balteiro – em cada um dos        |
| 4. Refeitório.                    | casos, introduzindo um corpo        |
| 5. Apeadeiro do Estádio + estação | novo, com área mínima de 30%        |
| ferroviária da Cruz Quebrada.     | daquela que o edifício já possui.   |
| 6. Pavilhão polidesportivo.       |                                     |

Os projectos poderão ser desenhados à mão (devendo ser em seguida fotografados para inclusão nos portfólios) ou em programa informáticos à escolha do estudante. Os estudantes que entendam desenhar os seus projectos individuais em BIM poderão apoiar-se no acompanhamento do Prof. Ricardo Resende, juntamente com o Arqº. Luís Coroado.

LISBOA 2020



Elementos e datas das entregas:

- a). Inscrição do tema de projecto final e dos respectivos orientadores - **30 de Outubro de 2019**.
- b). Apresentação de estudo prévio desenvolvido individualmente na escala 1/500, para todos os projectos, e na escala 1/200 para os projectos de reabilitação, suportado em texto de acompanhamento resultante da investigação individual em desenvolvimento, composto de índice, introdução, desenvolvimento e conclusões retirada à data - **2 de Março de 2020**. Haverá lugar a uma classificação intercalar por parte dos orientadores.
- c). Apresentação de anteprojecto desenvolvido individualmente na escala mínima de 1/200 para o projecto individual, e na escala mínima de 1/100 para os projectos de reabilitação apresentados no ponto 6 acima, com plantas, cortes e alçados, assim como texto relativo à investigação desenvolvida - dia **30 de Junho de 2020**. Os estudantes que entendam proceder à defesa pública em júri antes das férias deverão proceder à entrega de acordo com as “Normas de apresentação e de harmonização gráfica para dissertação ou trabalho de projecto de mestrado ou tese de doutoramento”, incluindo nela a fase desenvolvida em grupo. Nos casos restantes, haverá lugar a uma classificação intercalar que apenas permitirá a prossecução do trabalho para acesso à Prova Final no caso de ambos os orientadores do estudante lhe atribuírem a valorização mínima de 10.
- d). Entrega do trabalho integralmente desenvolvido durante o ano lectivo 2019/2020, de acordo com as “Normas de apresentação e de harmonização gráfica para dissertação ou trabalho de projecto de mestrado ou tese de doutoramento” e a Fiche de Unidade Curricular - dias **30 de Setembro ou 30 de Outubro** (mediante pagamento de emolumento) de 2020.

#### **Acompanhamento do corpo docente**

As aulas correspondem ao desenvolvimento e consolidação da prática do projeto investigação, com acompanhamento da equipa docente. As aulas de 2ª e 6ª feira serão exclusivamente de prática laboratorial, enquanto nas de 4ª feira os professores Paula André e Ricardo Resende haverá lugar a:

- Visitas de estudo e apresentação de sessões de apoio teórico nos âmbitos culturais históricos, naturais, construtivos e outros, com participação pontual de convidados especialistas em âmbitos em abordagem na turma.
- Apresentação de sessões de esclarecimento metodológico do trabalho de investigação
- Acompanhamento e crítica, com todos os estudantes da turma, das investigações em curso e das suas relações com os projectos de arquitectura em elaboração nas aulas de prática laboratorial.
- Acompanhamento individual dos trabalhos de investigação em curso.

LISBOA 2020

### Bibliografia

ANDRESEN, Teresa (coord.). *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian*. Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

ANDRESEN, Teresa (coord.). *O Estádio Nacional. Um Paradigma da Arquitectura do Desporto e do Lazer*. Câmara Municipal de Oeiras, 2007.

BOIÇA, Joaquim (coord.). *Cartografia de Oeiras. 4 Séculos de Representação do Território (do Século XVI ao Século XX)*. Câmara Municipal de Oeiras, 2003.

CRUZ, André. *O Estádio Nacional e os novos paradigmas do culto. Miguel Jacobetty Rosa e a sua época*. Dissertação de Mestrado, Universidade Lusíada, 2005. Acessível em:

[https://www.academia.edu/258971/O\\_Est%C3%A1dio\\_Nacional\\_e\\_os\\_novos\\_paradigmas\\_do\\_culto.\\_Miguel\\_Jacobetty\\_Rosa\\_e\\_a\\_sua\\_%C3%A9poca](https://www.academia.edu/258971/O_Est%C3%A1dio_Nacional_e_os_novos_paradigmas_do_culto._Miguel_Jacobetty_Rosa_e_a_sua_%C3%A9poca).

GOSCINNY, René e UDERZO, Albert. *Astérix nos Jogos Olímpicos*. Edições Asa, 2004.

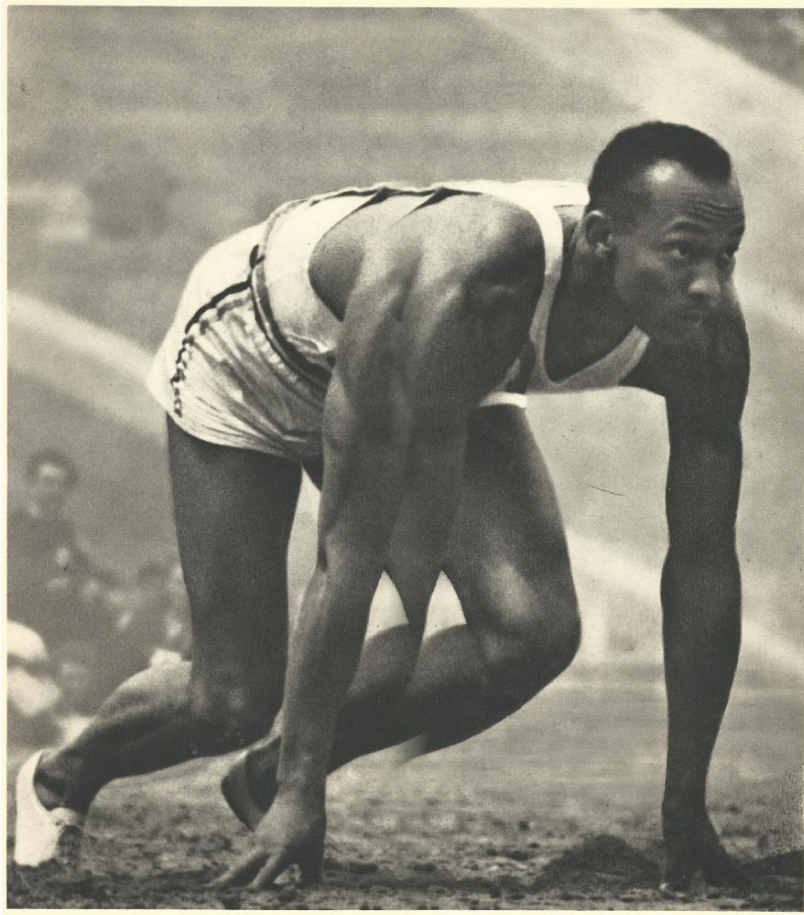
INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE. *Plano de Gestão e Ordenamento Estratégico do Centro Desportivo Nacional do Jamor*, 2014. Acessível em:

[http://www.idesporto.pt/ficheiros/file/PGOE\\_CDNJ\\_2014.pdf](http://www.idesporto.pt/ficheiros/file/PGOE_CDNJ_2014.pdf)

RIEFENSTAHL, Leni. *Schonheit Im Olympischen Kampf*. Im Deutschen Verlag. Berlim, 1937.

### Filmografia

FORESTIER, F./LANGMANN, T. *Astérix nos Jogos Olímpicos.*, 2008.



Jesse Owens, der schnellste Mann der Welt  
Jesse Owens, l'homme le plus rapide au monde  
Jesse Owens, the world's fastest man  
Jesse Owens, el hombre más veloz del mundo  
Jesse Owens, l'uomo più veloce del mondo

68

LISBOA 2020

# anexo B – jogos olímpicos Lisboa 2020: folheto síntese da estratégia de grupo

**História (área de Lisboa)**

Desde sempre, Lisboa tem sido o coração de Portugal. A sua história é rica e diversa, refletindo a sua posição estratégica no sudoeste da Europa. A cidade foi fundada por fenícios e cartagineses, e mais tarde conquistada por romanos, visigodos e muçulmanos. Durante o período das descobertas, Lisboa tornou-se um dos maiores portos do mundo, atraindo navegadores e comerciantes de todo o mundo.

Em 1928, a cidade de Lisboa foi designada sede dos Jogos Olímpicos de Verão de 1928, o primeiro a ser realizado em Portugal. No entanto, devido a dificuldades financeiras e políticas, os jogos não foram realizados em Lisboa, mas sim em Amsterdam. Este episódio marcou o início da história dos Jogos Olímpicos em Portugal, que se repetiu em 1936, quando a cidade foi novamente escolhida para sediar os jogos, mas novamente não realizados devido a circunstâncias semelhantes.

**Estratégia**

Esta estratégia tem como objetivo principal promover a cidade de Lisboa e o país de Portugal através dos Jogos Olímpicos de 2020. O plano estratégico inclui a criação de um legado sustentável, a melhoria da infraestrutura urbana, a promoção do turismo e a valorização do património cultural e histórico da cidade. A estratégia também prevê a criação de espaços públicos de qualidade, a melhoria da mobilidade urbana e a promoção da sustentabilidade ambiental.

**O terreno da Vila do Jantar foi alvo de diversas mudanças ao longo dos tempos, tendo uma evolução extremamente dinâmica e transformada ao longo do tempo. Atualmente, este terreno encontra-se dividido em diversas zonas, sendo a maior parte ocupada por edifícios residenciais e comerciais. A zona da Vila do Jantar é uma das áreas mais valorizadas da cidade, devido à sua localização privilegiada e à qualidade dos edifícios que a compõem.**

**O Complexo do Estádio Nacional foi integrado numa das mais importantes áreas orientadas realizadas pelo Estado Novo. Os terrenos foram adquiridos e a zona foi desenvolvida ao longo do tempo, tornando-se um dos principais pontos de referência da cidade. O complexo inclui o Estádio Nacional, o Pavilhão Atlético e o Pavilhão de Exposições, entre outros edifícios. A zona é atualmente utilizada para eventos desportivos e culturais, sendo um dos locais mais frequentados da cidade.**

**Assim sendo, o plano de desenvolvimento de Lisboa para a realização dos Jogos Olímpicos de 2020 inclui a requalificação do terreno da Vila do Jantar e a melhoria do complexo do Estádio Nacional. O plano prevê a criação de novos espaços públicos, a melhoria da infraestrutura urbana e a promoção da sustentabilidade ambiental. A estratégia também prevê a criação de um legado sustentável, que irá beneficiar a cidade e o país de forma duradoura.**



Carta: P&L | Henry Robles | Leonor Andrade  
 Sítio: Álvaro | Sónia Ramos | Helena Almeida

## anexo C – Transcrição do testamento de Manuel Annes Balteiro<sup>163</sup>, pela autora.

Livro 8º de registo de testamentos do Concelho de Oeiras

Livro quarenta, folhas dezasseis, [...] este publico Instrumento de Testamento [...] que no Anno de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos sessenta e quatro, nos cinco dias do mez de Julho do dito Anno, neste sítio da Ribeira do Jamor, Freguezia de São Romão de Carnaxide, neste Julgado d’Oeiras, onde eu Tabellião vim a casa de morada de Manuel Annes Balteiro, por seu chamado para este fim, o qual é residente no Largo de Belém, Freguezia de Santa Maria de Belém, e ao presente se acha nesta sua Casa e Quinta, tomando Ares, e ahi estava presente o dito Manuel Annes Balteiro, de mim Tabelaio bem conhecido, e das testemunhas ao diante nomeadas e no fim assignadas, do que dou fé, o qual se acha doente de cama, mas em seu prefecto juízo e entendimento segundo o meu parecer e das testemunhas presentes já alludidas, perante as quaes me disse que de sua livre e espontanea vontade queria fazer este seu testamento pela maneira seguinte: Em primeiro lugar declarou elle testador ser filho legitimo de Paulo Annes Gonçalves e de Luiza Gonçalves já fallecidos, natural e baptizado na Freguesia de São Lourenço de Codecôuso de Canedo Concelho de Boticas, Provincia de Tras os Montes. Que foi casado à face da Igreja segundo as Leis deste Reino com Eugenia Maria de quem he viuvo, sem que lhes ficassem filhos alguns, havendo entre elles testamento de mão commum. Em segundo lugar disse que não tendo herdeiros necessarios lhe he livre dispor de todos os seus bens que possui, o que faz pela maneira seguinte: Que deixa todos os bens de raiz que elle testador possui na Provincia de Traz os Montes, que foram por elle herdados de seu Pay e May afim de os usufruir somente em sua vida, à Irmã delle testador por nome Maria Gonçalves Balteiro, Solteira, moradora na dita Freguezia de São Lourenço de Codeçôuzo de Canedo, e por morte da dita sua Irmã, passarão estes bens para seus sobrinhos João Annes Balteiro e Pedro Annes Balteiro, filhos do Irmão delle testador por nome Pedro Gonçalves Annes Balteiro, e de Domingas Gonçalves. Que deixa a Judith Maria viúva de Antonio Baptista Ramos, moradora na Rua da Cadeia em Belem, numero quinze em quanto a mesma viva for, a quantia diária de duzentos e cessenta reis/treze vintens/ que lhe serão pagos mensalmente pelos herdeiros instituidos por elle testador, e igualmente lhes deixa os juros que se vencerem de quatro Inscriptões d’Assentamento, que a dita Judith Maria tem em seu poder do valor nominal de cem mil reis cada uma, e por morte della reverterão as ditas Inscriptões para os herdeiros instituidos por elle testador. Que instituirá por seus unicos e universaes herdeiros de todos os seus mais bens presentes e fucturos directos e acções, a seu Sobrinho Pedro Annes Balteiro, e à Sobrinha de sua fallecida mulher por nome Marianna Joaquina, que ambos se achão em sua companhia, o primeiro filho do já referido Irmão delle testador por nome Pedro Gonçalves Annes Balteiro e de Domingas Gonçalves, e a segunda filha do Irmão de sua fallecida mulher, por nome António Pedro e Brigida Maria, natural e baptizada nesta Freguezia de Carnaxide, com a condição porem de contrahirem

---

<sup>163</sup> Julgado d’Oeiras – **Testamento de Manuel Annes Balteiro** [Em linha]. Livro 8º de registo de testamentos do Concelho de Oeiras, 1864. Disponível na internet: <URL: <http://arquivo.cm-oeiras.pt/Result.aspx?id=142985&type=PCD>>.



um com o outro, o Sacramento do Matrimonio e quando aconteça que o dito seu sobrinho e herdeiro Pedro Annes Balteiro falleça sem contrahir o casamento supra dito, a dita Marianna Joaquina não sera então herdeira instituida delle testador, e nesse caso lhe deixa a pensão diária de mil reis metal, que lhe será paga todos os fins de cada mez pelos seus herdeiros, este somente enquanto ella Marianna Joaquina viva for sendo neste caso herdeiro de todos os bens directos e acções presentes e futuras delle testador, seu Sobrinho João Annes Balteiro já nesta mencionado, com a responsabilidade por legado e pensão nesta estipulados aquem por esse facto digo aquem por este facto, se se der, aqui o instituído seu único herdeiro, digo seu único e universal herdeiro. Que em caso de acontecer que a dita Marianna Joaquina falleça sem contrahir o casamento supra dito, neste caso da mesma forma fica sendo seu único herdeiro o referido seu sobrinho Pedro Annes Balteiro. Que no caso dos referidos seus dois herdeiros aqui instituídos se recusarem, não queirão nem venhão a effectuar o Sacramento do Matrimonio assima estipulado então ella Marianna Joaquina ficará somente com a pensão diária de mil reis Metal durante a sua vida como assima estipulado [...], e elle Pedro Annes Balteiro ficará sem cousa alguma, por que deixa de ser herdeiro delle testador, que por tal facto, se se der lhe retira a instituição de seu herdeiro, e todos os bens directos e acções presentes e futuras delle testador passam com a responsabilidade dos legados e pensão neste estipulados para o já mencionado Sobrinho delle testador por nome João Annes Balteiro, aquem por tal motivo, também aqui o instituo seu único e universal herdeiro. Que o seu funeral e sufrágios por [...], fica tudo à disposição de seu Sobrinho Pedro Annes Balteiro. Disse mais elle testador, que nomeia por seu Testamenteiro ao Senhor Antonio Joaquim Borges, estabelecido com logea de Mercearia na Rua directa de Belem, aquem [...] tenha a bondade de fazer cumperir esta disposição de ultima vontade, isto somente caso que ao tempo de fallecimento delle testador ainda não sejam casados os dois herdeiros instituídos com tal clausula, porque se o forem caducará desde logo a nomeação deste seu Testamenteiro, e fica também desde logo nomeado Testamenteiro este seu Sobrinho Pedro Annes Balteiro. Epor esta forma disse elle testador que dará por concluída a sua ultima disposição aqual queria valesse como testamento cedula ou codicillio, o que por este [...] o testamento facta no dia dez de Maio do corrente Anno, facta nesta minha Nota de folhas nove verço, a folhas dez verço, bem como outro qualquer outro que anteriormente tivesse facta. Eu testemunha de verdade assim o [...] sendo testemunhas presentes [...] desde o princípio até ao fim, e de mim Tabelião conhecidas, chamadas por parte delle testador, Joaquim da Silva Lavra Mercieiro, E. Pereira, Lavrador João da Lhosa proprietário, Mauriceo Francisco Sapateiro e José Pedro Dorotheo proprietário moradores no Lugar de Linda Pastora que aqui assegnarão com elle testador depois deste lhes ser lido a todos por mim Theodoro José Francisco da Costa Tabelião que o escrevi.

Eu Theodoro José Francisco da Costa Tabelião publico de Notas neste Julgado d'Oeiras, o presente extrahi de meu Livro de Notas a que me reporto, concertei numerei e rubriquei as tres as folhas em que vai escripto contendo quatro paginas, e esta metade, subscrevi e asseigno em publico e raso – Lugar de Segnal publico –

Theodoro José Francisco da Costa

Certifico que em dea de hoje me foi apresentado este Testamento aberto com que faleceu Manuel Annes Balteiro, morador na sua Quinta da Ribeira do Jamor, oqual vi e passando à sua lectura nelle não achei burrão entre linha [...] nem cousa que duvida faça o cujo



estava escripto em tres meias folhas de papel, oqual foi passado e assegno nas Notas do Tabelião deste Concelho Theodoro José Francisco da Costa. Para constar mandei passar o presente que assegno Regedorea da Paróchea de São Romão de Carnaxide quinze de Julho de mil oitocentos sessenta quatro. O Regedor da Paróchea Damazo Duarte Pedroso Junior. Sello Numero dezaseis – Recebi oito centos reis de Sello deste Testamento Recebera do Concelho d’Oeiras dezoito de Julho de mil oito centos sessenta e quatro Declaro que recebi mil duzentos reis. O Escrivão de Fazenda J V Monteiro pelo Recebedor José Pedro Gonçalves. E não contem mais o dito testamento que aqui registei ao qual me reporto. Administração do Concelho d’Oeiras dezanove de Julho de mil oito centos sessenta e quatro Eu José Victorino Monteiro Escrivão da Administração do Concelho que o escrevi e assegno

[...]

José Victorino Monteiro